

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO
RIO DE JANEIRO

FORUM DE CIÊNCIA E CULTURA

V - CURSO DE ATUALIZAÇÃO DE
ESTUDO DE
PROBLEMAS BRASILEIROS



O SISTEMA ECONÔMICO BRASILEIRO: PERSPECTIVAS

1975

206

Wynne
Wynne Lucas & S. P. Martin
Elyadeferuntawari
Marie Alice de Libe
P. M. M. M.

HOMENAGENS ESPECIAIS

PROFESSOR DR. HÉLIO FRAGA
MAGNÍFICO REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PRESIDENTE DO FORUM DE CIENCIA E CULTURA

PROFESSOR ATHOS DA SILVEIRA RAMOS
COORDENADOR DO CURSO DE ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS-FCC-UFRJ

SRA. MERCEDES FRANCO RAMIREZ
SUPERINTENDENTE

GILBERTO LIMA
JÚLIA ELIZABETH TROMPOWISK LIVRAMENTO
RELAÇÕES PÚBLICAS

LETÍCIA ANTÃO DE SOUZA
MARIA LUIZA BESSA NASCIMENTO PEREIRA DE ANDRADE
MIÉCIO TOLENTINO DA COSTA
RUTH GUSMÃO CROMACK
SERVIÇO TÉCNICO DE COMUNICAÇÃO

IRAM FREJAT
IMPrensa

MARILÚ NASCIMENTO PEREIRA DE ANDRADE
AUDIOVISUAL

ZÉLIA NUNES DE OLIVEIRA PUCCIONI
DESENHO

AMÉLIA ROSAUDO DE ALMEIDA - DIRETORA
MAGNÓLIA FREIRE COQUEIRO MENDES
ODETTE SENNA DE OLIVEIRA PENNA
EUNICE PENTEADO STEVENSON
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

MARIA JOSÉ MIRANDA SEPULVEDA
MARLI DE CASTRO MORGADO
WILSON VIEIRA DA SILVA
REPROGRAFIA

AGRADECIMENTOS

COMANDANTE JOSÉ CARLOS QUARESMA (CMG)

DIRETOR DO CENTRO DE ARMAMENTO DA MARINHA

DR. GILBERTO LEMOS

DIRETOR-PRESIDENTE DA LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
E DO ESTADO DA GUANABARA

DR. JÚLIO GONÇALVES

DELEGADO JUNTO A LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DR. ARTHUR PEDREIRA

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO INSTITUTO EUVALDO LODI

DR. RENATO BITTENCOURT

DIRETOR DO SERVIÇO AUDIO-VISUAL DA AGÊNCIA NACIONAL

MAJOR EDSON MARCONDES MENDES VIEIRA

PARQUE CENTRAL DE MOTOMECANIZAÇÃO

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

DRA. MYRIAM LÚCIA DE SOUZA PEREIRA MARTINS

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GERENCIAL - IDEG

DR. NISOMAR DE AZEVEDO

DIRETOR REGIONAL DO RIO DE JANEIRO DA FUNDAÇÃO - SESP

ASSESSOR DA SECRETARIA DE SAUDE - RJ

E S T A G I Á R I O S

ACIR GOULART
ADALBERTO VIEIRA DE SOUZA
ALDO GOMES DA SILVA
ALBERTO ROSSI LAZZOLI
ALDA PEREIRA PINTO
ÂNGELO CARIVALDO S. BARSOTTI
ARMANDO ANTONIO DE CASTRO COSTA
ARNALDO DA SILVA RODRIGUES
CARLOS CESAR GUTERRES TAVEIRA
DOMINGOS MARQUES GRELO
DONATO MELLO JUNIOR
ELZA DE JESUS TAVARES
ELISA INÊS TEIXEIRA
ERNESTO DOS SANTOS
EVERALDO GIOVANNI FERRARO
EDSON MARCONDES MENDES VIEIRA
FRANCISCO DA ROCHA GUIMARÃES
GASPAR SILVEIRA MARTINS R. PEREIRA
GERSON PEREIRA VALLE
GUSTAVO AMÉRICO WERNECK
GUILARDO MARTINS ALVES
GRACIEMA FÉLIX DE SOUZA
HÉLIO BLANCO TORRES
HOMERO HOMEM DE SILVEIRA CAVALCANTE
ISIS CURVO PEDROSO
IVONISE DOS SANTOS
IZABEL REGINA C. MARQUES DE OLIVEIRA
JONAS CORRÊA DA COSTA
JORGE SOARES MARQUES
JOADÉLIO DE PAULA CODEÇO
JOSÉ HENRIQUE MILLAN
JOSÉ LUIZ FRACCAROLI
JOSÉ MARIA IGNÁCIO
JOSETTE DE CAMPOS SOARES
JOSÉ MARCELO DE ALCÂNTARA PINTO
JOÃO ALFREDO DE SOUZA MONTENEGRO
LUBÉLIA DE SOUZA BRANDÃO
LUIZ CARLOS FERRARI GONÇALVES
LUIZ MISAEL DA COSTA CARVALHO DUQUE
LUIZ EDUARDO DA SILVA MACHADO
LUCIA BETHENCOURT DA SILVA FRANCO NETO
MARIA ALDICE DA SILVA
MARIA GABRIELA P DE A PANTIGOSO
MARCILIO NOLDING DA MOTTA
MARIA ANTONIETA DA C RODRIGUES
MARILÚ NASCIMENTO PEREIRA DE ANDRADE
MYRIAM LÚCIA DE SOUZA PEREIRA MARTINS
MARION MERLONE DOS SANTOS
NEUZIR TRINDADE REIS
PAULO EXPEDITO DE LYRA TELLES
RICARDO BICCA DE ALENCASTRO
SÉRGIO LUIZ LEAL N LOPES
SOLON LEONTSINIS
UMBERTO PEREGRINO SEABRA FAGUNDES
YOLANDA BAUMGARTEN
VALDO DA SILVA MARQUES
XIE GOLDMAN

TRABALHO DE GRUPO

TEMA: O SISTEMA ECONÔMICO BRASILEIRO: PERSPECTIVAS

COMPONENTES:

ACIR GOULART
ARMANDO ANTÔNIO DE CASTRO COSTA
EDSON MARCONDES MENDES VIEIRA
ELZA DE JESUS TAVARES
IZABEL REGINA C. MARQUES DE OLIVEIRA
JONAS CORRÊA DA COSTA
JORGE SOARES MARQUES
LUBÉLIA DE SOUZA BRANDÃO
MARIA ALDICE DA SILVA
MYRIAM LÚCIA DE SOUZA PEREIRA MARTINS - Relatora
YOLANDA BAUMGARTEN
XIE GOLDMAN - Coordenador

ASSESSORA DE COORDENAÇÃO JUNTO AO GRUPO:

PROF. MARIA MARTHA BARBOSA

1975

S U M Á R I O

1. INTRODUÇÃO

- ANTECEDENTES HISTÓRICOS: Considerações Relativas à Abordagem

2. MUDANÇAS DE ESTRUTURA - PLANEJAMENTO ECONÔMICO

3. EXPANSÃO ECONÔMICA - ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

4. PERSPECTIVAS:

- A expansão Econômica Brasileira
- O Sistema Econômico Brasileiro - Preservação dos Recursos Naturais
- Saúde e Desenvolvimento
- O Homem e o Meio
 - a) o aspecto demográfico
 - b) a poluição
 - c) o capital humano
- A problemática materno-infantil como prioridade

5. CONCLUSÃO

- A CONFIRMAÇÃO

I N T R O D U Ç Ã O

Uma análise indutiva, dos principais elementos que caracterizam um sistema econômico, nos levaria a identificar aquele existente em nosso país. Tal missão implicaria necessariamente na presença de especialistas nos diversos setores / ligados ao assunto em questão.

Pela composição deste grupo de trabalho é fácil verificar que o citado caminho, o qual é percorrido por Órgãos, Instituições e Técnicos dos altos escalões do PLANEJAMENTO E CONÔMICO NACIONAL, torna-se para nós pouco viável.

Qual foi então a diretriz proposta?

Ela partiu do reconhecimento tácito de um sistema econômico já caracterizado e plenamente discutido no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Esse Plano indica claramente a existência de um modelo no qual se assenta o planejamento que tem como objetivo consolidá-lo.

Fundamenta-se em quatro pontos principais:

- 1 - Economia moderada de mercado, com as conquistas a ela incorporadas, nas economias desenvolvidas, nos últimos 40 anos: condução da estratégia de desenvolvimento, ativamente, pelo governo; preocupação contínua com o crescimento; preservação de grau adequado de competição no sistema.
- 2 - Forte conteúdo social
- 3 - Pragmatismo reformista, nos campos econômico e social, principalmente com à agropecuária.
- 4 - Orientação de nacionalismo positivo, voltada / para assegurar a execução da estratégia nacional de desenvolvimento, realizando o equilíbrio entre capital nacional e estrangeiro, e garantindo, na articulação com a economia internacional, a consecução das metas do país.

A partir daí, nossa contribuição foi impelida no / sentido de trazer subsídios a esses pontos básicos, o que naturalmente amplia o conhecimento do SISTEMA ECONÔMICO BRASILEIRO e de suas PERSPECTIVAS.

Assim procuramos responder as seguintes interroga-

ções:

- 1 - Qual a importância do passado para o sistema econômico atual?
- 2 - O planejamento da economia já é um fato consolidado e implica cada vez mais no conhecimento do sistema existente?
- 3 - Entre os componentes do Sistema Social, podemos considerar a área da Saúde, entre outras, como uma das que merecem particular atenção a fim de se transformar em desencadeadora de um "Feed- / Back" positivo no contexto do desenvolvimento / econômico?
- 4 - As Instituições que visam a Segurança Nacional / contribuíram e contribuem para ativar os proces- / sos inerentes ao Sistema Econômico?
- 5 - As dinâmicas internas e externas da economia / permitem a plena realização de todas as perspec- / tivas?

Í N D I C E

Antecedentes Históricos	10
Mudanças de Estrutura	33
Expansão Econômica	65
Expansão Econômica Brasileira	101
O Sistema Econômico e a Preservação dos Recursos Naturais	106
Saúde e Desenvolvimento	109
O Homem e o Meio	112
A Confirmação	121

1 - ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Considerações Relativas à Abordagem

Nenhum Sistema Econômico pode ser visto sem que sejam levados em conta seus antecedentes.

Surgem daí dois pontos fundamentais: o objetivo da análise retrospectiva e o caminho metodológico a ser seguido.

Assim, pode ser definido o objetivo da presente análise não como a procura de respostas finais, para explicar as causas de fatos históricos pretéritos, mas, como o levantamento de alguns subsídios para melhor entendermos os efeitos desses fatos, que persistem até os nossos dias e que possam ser diagnosticados como problemas a serem transpostos.

Quanto a base metodológica, é certo que o assunto em questão pode ser abordado sob diferentes ângulos, merecendo por parte de especialistas, de diversos campos de conhecimento, análises profundas e ricas de conteúdo. Desta forma não foram desprezadas considerações oriundas de diferentes áreas porém, de forma mais abrangente, é no campo histórico / que encontramos as bases da orientação metodológica.

A Historiografia como matéria científica destina-se a integrar todo o conhecimento que envolva o pensar e o agir do homem. A abordagem histórica para o tema se faz tão necessária pelo seu próprio valor, entendido que para qualquer análise e interpretação as premissas históricas, ou as considerações do passado, são essenciais para um julgamento ou prospeção do presente.

A História e a Historiografia portanto constituem elementos básicos de informação para captação do comportamento coletivo do homem. Como tal, necessário é, tomar como objetivo de estudo os fatos retrospectivos históricos não diferenciais da análise sociológica, econômica e política, pela sua própria interligação. Principalmente se estes fenômenos se referem a realidade brasileira distinta de qualquer outra, em que os 475 anos que separam o seu descobrimento da atualidade são tão recentes como o seu próprio desenvolvimento.

É na História através dos fenômenos sociais políticos e econômicos, dos fatos concretos da formação e evolução

da nacionalidade e na especificação adstrita de cada país, / que se encontra o material básico para se compreender o processo histórico e daí dimensionar o problema, avaliando qualidade e quantidade das perspectivas.

Não podemos estabelecer um conhecimento "a priori" se o mesmo não está embasado de uma visão retrospectiva, por tanto explicadora da decorrência ou do efeito. Errado é pois, guiar-se por modelos pré-fixados apriorísticos seguidores de uma escola acadêmica e ortodoxa que ressaltam o papel da ciência moderna como causa do progresso tecnológico, abstraindo-se da substância ou do fundo da qual aquela emergiu.

Com respeito ainda a abordagem histórica, convém / ressaltar a impossibilidade de se estabelecer uma pesquisa / sistemática quantificada, pela quase total ausência de elementos estatísticos sistematizados que justifiquem os aspectos micro e macro-econômicos, sendo os períodos Colonia, Reino e início da República, a chamada República Velha, a fase considerada pré-literária da História Econômica.

Por outro lado, podemos ainda destacar a importância dos campos sociológicos e geográficos, merecerem considerações mais amplas em nossa análise, pelo que se justifica a seguir.

Sabe-se que um dos pontos básicos de ligação entre a Economia e a Sociedade encontra-se na análise cuidadosa / dos sistemas de estratificação social e de estrutura ocupacional. Assim a maneira pela qual os homens se interrelacionam / com o mundo afim de suprir suas necessidades e garantir sua sobrevivência influi também no plano do interrelacionamento / humano.

Na análise dos sistemas de estratificação social / consegue-se estabelecer as relações entre o desenvolvimento / simples econômico e o desenvolvimento social, encarado aqui como um processo global de mudança em todos os aspectos da / sociedade.

Nas sociedades como a brasileira atual, em processo acelerado de desenvolvimento, a observação da problemática das classes e estratos sociais irá permitir uma compreensão melhor dos processos de mudança social que ocorrem a todo o momento.

No que diz respeito ao conteúdo geográfico, uma valiosa contribuição decorre de sua necessidade intrínseca de assentar fatos, objetos e fenômenos num plano espacial. Da localização e extensão deles, chega-se ao estabelecimento de relação entre suas partes que se caracterizam por certas similaridades entre si, pelos seus graus de dependências, por suas funções e pelos seus limites.

As múltiplas características que individualizam regiões, fundamentam-se não apenas em aspectos humanos mas, / também em todo um quadro natural que oferece potencialidades e restrições, em um limite (fronteiras) que pode tender a expansões ou recuos, e em maiores ou menores relações com tudo aquilo que lhe é exterior.

Tal enfoque é necessário para o Brasil, principalmente quando levamos em conta as dimensões continentais do / país, a diversidade do seu quadro natural, a descontinuidade cronológica e espacial de sua efetiva ocupação e a distribuição de sua população e de suas atividades econômicas em seu território.

A Economia - da Colônia ao Império

- Diretrizes e Estruturas da Vida Econômica Brasileira

O Brasil se insere dentro do sistema capitalista / como Colônia, nos meados do século XVI, primeiramente como / território, onde se explorava a matéria prima para abastecer o mercado europeu exportador. Esse tipo de economia agrária / teve continuidade na medida em que se deu uniformidade à distribuição de terras em extensos latifúndios, predominando um único tipo de cultura voltado exclusivamente para a grande / propriedade rural.

Os grandes domínios rurais absorvem toda economia / e monopolizam os meios de subsistência subordinando-os. Condição-se assim a estrutura política da Colônia entregue / aos "homens bons" que manipulam o Estado Colonial como instrumento político, social e econômico. Ressalte-se desde aí as contradições, descompassos e dicotomias contemporâneas.

De simples Empresa Estatal com que Portugal se lançou ao Oceano com ideais universais, a evolução do processo / ocorre no momento em que se reconhece a importância da terra com fins de lucros. E tal é afirmativa de Pero de Magalhães /

Gandavo, no seu Tratado-1570, referindo-se as riquezas do Brasil, "para que esta fama venha a notícia de muitas pessoas / que nestes Reinos vivem em pobreza, e não duvidem escolhe-la/ para seu remédio".

Instala-se a Empresa de Colonização propriamente dita por volta de 1550 e agora já conta, além do nativo de cultura inferior, comparada as demais nações da América, e do português conquistador e colonizador, com escravo africano como a força de trabalho mais importante da Empresa Comercial de fins expansionistas e mercantis.

O tipo de organização adotada até então, de caráter esporádico como fora do ciclo do pau-brasil se repetirá numa constância de produção e de maior complexidade pela própria / natureza que qualquer evolução produz. A base no entanto é a mesma, centrada na abundância de produtos primários tropicais e na riqueza dos recursos naturais.

A cana de açúcar marca o ciclo que alcançará importante demanda e ocupará o primeiro lugar no comércio internacional.

Pelo exposto até aqui, concluímos que a colonização decorre da expansão mercantil configurando assim, que a ação predatória do tipo de exploração colonial não é utilizado como um meio, mas um fim em si mesmo e que a constituição organizacional tinha um caráter definido - o do negócio. Tal negócio em larga escala, não beneficia a sociedade brasileira, / pois na verdade o negócio não está para a sociedade e sim para ele. Tão evidente é a questão pelo que se delinearão a partir daí os horizontes da futura nação. Vários foram os óbices visualizados no decorrer do processo histórico, através dos / antagonismos entre os centros urbanos e rurais; entre os nativos - gente da terra, brasileiros-mazombos e os portugueses - habitantes da terra - reinos; entre a metrópole e a Colônia e que até hoje se expressam fortemente nos descompassos e contradições de um Brasil arcaico - rústico e um Brasil moderno, que cresceu descontinuamente pela sua própria conformação de paisagem física e humana, que comportam realidades distintas/ e significativas não integradas dentro do processo histórico/global e conjuntural.

Os efeitos emergentes da colonização, do tipo de or

ganização administrativa, de Empresa Comercial Mercantil são marcas que perduram na sociedade brasileira tradicional-aristocrática, até o século XIX e início do século XX.

A colocação do problema vejam bem, não é tão simples como nos possa afigurar. Ele é tão complexo como complexos são os atos humanos, daí o julgamento ser tarefa gradual e sistemática que não se pode fazer sem que não haja da parte do pesquisador abertura e imparcialidade.

Durante um século 1550-1650, a produção de açúcar/representará a base da economia brasileira.

Como maior produtor mundial de açúcar, o Brasil / torna-se o grande centro monocultor, utilizando o trabalho / escravo dentro de uma atividade sistematizada e sedentária / que a própria organização agrícola exige. A concentração do ecúmeno político-econômico nascente no Nordeste, permite destacar o papel da orla litorânea como elemento central de ligação entre Metrópole e Colônia e da qual Frei Vicente Salvador fez breve comentário em sua História do Brasil - "os homens arranham a costa como carangueijos". No caso o que importa ressaltar não é a posição em si, e sim o que essa sistemática veio deixar como herança para o estágio atual. Maior afluxo nas regiões costeiras e nenhum nas regiões centrais - interioranas. Mais do que isso, o caráter exógeno de nossa cultura vindo de fora, sem o qual não foi possível até hoje/ desatrelar o país liberto, soberano e independente da defasagem econômica e social. Esse caráter de dependência não é / fonte apenas de pacifismo, comodismo e incapacidade, é também fonte condicionante do passado - das origens tão próximas de uma nova mentalidade expressa nesses 30 anos atrás, / que se propõe através de um pensamento desenvolvimentista superar os condicionantes, embora saibamos que a dinâmica do / processo ocorre tanto no desenvolvimento quanto no subdesenvolvimento, entendido pois que, as sincronias são cada vez / mais difíceis de se estabelecerem, no que não impedem tentar-se uma aproximação e que essa tem sido a estratégia dos governantes atuais.

Neste tipo de Empresa Colonial que vai do Pau-Brasil, Cana de Açúcar, Gado e finalmente Mineração, há de se / destacar o papel dos centros urbanos e rurais e a correlação

ou não, que daí possa existir.

Centros rurais - casa grande e senzala. A grande / propriedade - de usineiros e fazendeiros versus escravos.

Centros urbanos - administração geral da Colonia - os homens livres - o arraial - os pequenos proprietários pa-
ra quem se destina uma agricultura de subsistência tão pobre
que mal dá para abastecer os centros de povoamento mais den-
sos sejam eles urbanos ou rurais. No que gerou a subnutrição
crônica das populações mais pobres, pois que os senhores de
engenho, a elite colonial, se abastece no exterior. Reporte-
mos aos diálogos das Grandezas do Brasil de Ambrósio Fernan-
des Brandão - "Tem por muito tempo perdido o que gastam em /
plantar uma árvore, que lhe haja de dar frutos em dois ou /
três anos, por lhes parecer que é muito a demora". Essa é /
uma crítica ao imediatismo passageiro dos que aqui estavam /
produzindo em larga escala para o consumo externo.

Na medida em que a população cresce e novos elemen-
tos se fazem presentes, a política de restrições econômicas/
se acentua. É o caso da produção se restringir ao que a Me-/
trópole não possui e a proibição de indústrias que venham /
concorrer com a Metrópole. Tal situação perdura de Colonia /
ao Reino.

Destaca-se aí pois, o corte Horizontal do Vertical:

- A) A exploração cíclica, conjuntural do produto ao /
longo da costa, sendo a própria interiorização ins-
trumento da Periferia.
- B) A passagem de um estágio político por outro em na-
da muda o aspecto sócio-econômico - Colonia-Reino.
A dependência antes política e com ela todas as de-
mais ligadas a Metrópole Portuguesa, agora se con-
figura na dependência econômica ligada a Europa /
(Inglaterra, França, Holanda, etc)
- C) As bases continuam inexistentes, pois que as Estru-
turas eram fragmentárias, obsoletas e incapazes.

O declínio da Agricultura criou dois caminhos: o /
das minas e o do comércio. Tanto um como o outro atendia ao
Reino enquanto aos naturais restava o ônus cíclico que se a-
vultava com a opressão colonial, imposta por uma burguesia /
comercial.

Assim entendido o crescimento cedeu sempre de fora para dentro e toda problemática daí resultante se configurou no plano quantitativo em detrimento do qualitativo. Ainda / dos diálogos os dois trechos que se seguem: "os moradores do Brasil toda a sua fazenda tem mantido em Bens de Raiz... E/ quando alguém para o reino vai os deixa na própria terra" - "Muitos em Portugal que não lhes é - possível deixarem cá / tanta fazenda e comprarem lá outra, contentando-se mais de a terem no Brasil pelo grande rendimento que colhem dela".

É do impacto das contradições, antagonismos e disparidades internas e externas que o Estado Brasileiro se integra na nova ordem - internacional do capitalismo. É uma recente organização que se volta para o atendimento da coletividade, sem contudo deixar de lado a base de que fora gerada a sua economia. Ou seja voltada para o exterior na condição / de apêndice do sistema internacional. Tal afirmativa porém / não quer dizer que os velhos ransos do passado - persistam / de igual forma, pois a evolução política, social e econômica é uma realidade mais palpável em termos desenvolvimentistas/ com a cultura do café e o que a mesma vem modificar os aspectos de produção e distribuição.

A independência traz consigo a organização de uma estruturação política na qual podem ser identificadas as raízes de consciências regionais e nacionais, as bases da participação do Estado na vida econômica do País e potencialmente a falência das restrições de produção existentes no período/ colonial.

Os Primeiros Séculos suas implicações na Sociedade Brasileira.

A sociedade brasileira baseia-se historicamente em uma economia rural orientada no sentido essencialmente mercantil. As características desta economia agrária (agricultura extensiva, monocultura, grandes unidades produtoras isoladas, produção para o mercado externo) evidenciam até que ponto tais elementos marcaram ou condicionaram a sociedade brasileira como um todo.

Neste contexto a utilização da mão de obra escrava aparece como elemento configurativo básico do sistema. Esta/ utilização é essencialmente consequência das condições espe-

cíficas do meio e das relações com a economia européias hegemônica. Havendo disponibilidade de terras e pequena oferta / de mão-de-obra a escravidão se evidencia como a forma econômica da força de trabalho.

No Brasil a opção de mão-de-obra escrava foi feita com a vinda dos negros africanos. Cabe chamar atenção para o fato da existência de uma grande população indígena, a qual / não foi deixada de lado pelas incursões escravagistas, que / procuram justificar posteriormente as suas derrotas criando / mitos como o da apatia e da indolência, quando a verdadeira / razão estava na própria cultura indígena e no conhecimento / que tinham do território, o que possibilitava a sua fuga, fato que não ocorreu com os negros. Assim a população indígena não se incorpora no sistema econômico de forma plena e seus / principais legados vão se basear em traços culturais e na / miscigenação.

Não podemos esquecer o fato de que a economia colonial está estritamente relacionada a economia européia capitalista em sua fase mercantil. Desta forma pode se compreender a diferença entre o escravismo clássico e o moderno. O / primeiro formava a base de um sistema econômico total - O escravismo da antiguidade, enquanto que o segundo, o que encontramos no Brasil, era elemento de um sistema econômico colonial dependente.

Na sociedade brasileira tradicional na base da pirâmide social situava-se o escravo tendo como seu extremo o posto o dono de terras e escravos. Entre os extremos encontramos estratos intermediários altamente diversificados. / Tais estratos não poderiam ser de fato considerados como / "classes" na medida em que as semelhanças entre os membros / de tais estratos não eram fundamentais e sendo de tal forma / heterogêneas não poderiam integrar-se (Obs. Mannheim - "fundamentais" são as semelhanças que induzem as pessoas a terem sentimentos comuns e agirem do mesmo modo). No sistema sócio-econômico baseado na produção açucareira não havia lugar para o pequeno produtor, pela própria natureza da cultura. / Os investimentos iniciais, grande quantidade de mão-de-obra, preparo do terreno, algum beneficiamento, entre outros fatos eliminam o pequeno empreendimento levando à concentração da

propriedade rural e com ela a obtenção do poder político.

Cabe relacionar a instituição familiar (família extensiva patriarcal) a economia do açúcar. Seu florescimento/ se explica facilmente por sua função nesta sociedade, em redor desse núcleo que era a família patriarcal circulavam escravos, agregados, afillhados enfim todos aqueles que dedendi am protegidos de tal centro de poder.

Com pequenas diferenças similar estrutura familiar também se instalou entre os fazendeiros de gado. Até mesmo / nos centros urbanos, nos quais naturalmente outras funções e ram atribuídas aos homens esta estrutura se firmou.

As Atividades Econômicas e suas Implicações no Espaço Brasileiro

Agricultura - Características e Expansão

Em meados do século XVI foi sendo porcessada paulatinamente a ocupação do território brasileiro pelos portugueses. Antes de tudo, tal ocupação visava uma estratégia de defesa dos territórios descoberto, com a construção de fortificações e instalação de núcleos de população, e estava res- trita ao litoral brasileiro.

Era um mundo diferente, onde o clima quente e úmido e a floresta tropical abrigavam populações indígenas, independentes entre sí e que viviam num estagio social e econômico bastante primitivo.

Nesta época o pau-brasil, encontrado em alguns trechos do litoral, representou o primeiro produto valorizado / de uma economia predatória que, além de ter contra ela os avanços da técnica de corantes entre os europeus, não tardou/ a reduzir em reduzir, dada a sua veracidade, os principais / redutos de extração.

É inegável, entretanto, que essa atividade pagava/ em parte a vinda dos portugueses e estabelecia um contato entre a Metrópole e a Colonia.

O único caminho de contato entre todos os povoados do litoral era o mar, fato que só deixou de existir nos últimos dez anos.

Cada um desses pontos para se expandir tinha que / se tornar importante para a Metrópole porém, só alguns, ori-

ginados nesse século conseguiram encontrar posteriormente essa qualidade (entre eles OLINDA, SALVADOR, SÃO VICENTE, e / RIO DE JANEIRO). Recife, Salvador e Rio de Janeiro colocam-se atualmente entre os centros brasileiros de maior hierarquia, outros como São Luiz e Belém, transformaram-se em importantes capitais de estado.

A ocupação efetiva do território dentro da política colonial da Metrópole consubstancia-se pela distribuição de títulos de terra. Implanta-se desta forma as raízes fundiárias da Economia Rural Brasileira.

Essa agricultura diferia daquelas europeias pelas condições naturais (clima, solos, relevos); pelos tipos de terreno em que eram realizadas - terras de mata; pelos produtos tropicais; pelos sistemas de produção agrícola - centrados na monocultura; e, em particular pelas relações de trabalho e por seus objetivos.

Entre os produtos plantados, rapidamente desenvolveu-se a cultura da cana-de-açúcar, produto extremamente valorizado no mercado mundial.

A posição estratégica do Nordeste em relação aos / mercados europeus, a extensão e a predisposição de seus solos em oferecer altos rendimentos para essa cultura, logo tornaram o centro da economia da Colônia, destacando-se Salvador e principalmente Recife, relegando São Vicente, ao Sul, onde também a cultura oferecia altos rendimentos, a um segundo plano.

A supremacia nordestina paulatinamente, durante os séculos XVII e XVIII, foi sendo consolidada, com o aumento / da produção, com o alargamento de sua área ao longo do litoral, com a ampliação das relações com a Metrópole e pelas iniciativas de defesa contra a cobiça de outros povos.

Com o declínio do valor de exportação da cana-de-açúcar resultados marcantes são detectados. A região nordestina perde sua posição de destaque no cenário nacional, passando a seguir para uma tendência ao isolamento, só reiniciando sua integração plena na vida nacional, timidamente a partir de 1950, trazendo com ela uma série de problemas conjunturais, o que lhe valeu o título de Região Problema.

Cabe destaque ainda a duas atividades econômicas: a

coleta de drogas do sertão e a pecuária.

O extrativismo e o comércio de drogas do sertão / não deve ser considerado como uma atividade econômica de ampla repercussão nacional. Constitui-se numa atividade regio-/nal que, embora tenha criado uma certa estrutura na área, teve seu maior mérito no reconhecimento da região amazônica, através da penetração realizada em seus principais rios. Po-/rém, as notícias e idéias trazidas sôbre as possibilidades / de riquezas do interior serviram, nos séculos XVII e XVIII / para aguçar a atenção dos colonizadores em preservar seu controle sôbre ela. As grandes riquezas propaladas não surgiram e até mesmo no Império a política do Brasil Colonia foi se-/guida, mantendo-se quase que fechada essa região até a meta-de do século XIX, quando o Governo já se sentia preparado pa-ra rechaçar qualquer pretensão estrangeira em relação a ela, e quando o extrativismo da borracha justificou sua explora-/ção.

O efêmero período da borracha não foi suficiente / para manter integrada essa Região na vida econômica nacional, somente nos últimos cinco anos iniciou-se um processo que se preocupava com sua integração de forma nacional no contexto/brasileiro.

Por sua vez a pecuária, através de sua presença / nos séculos XVII, XVIII e XIX, não deve ser considerada como uma atividade econômica isolada, mais sim como uma atividade que apesar de certa autonomia sempre se articulou com o sis-tema mais amplo da economia brasileira, como ocorreu de for-ma marcante com a economia da mineração.

Deve-se a pecuária inúmeros fatos importantes: contribuiu ao lado das Entradas e Bandeiras para a efetiva ocu-pação do interior (sul de Mato Grosso, oeste mineiro e baia-no, interior dos demais estados nordestinos e no sul a faixa costeira de Santa Catarina e os campos gaúchos); estabeleceu relações entre regiões brasileiras; organizou-se para um mer-cado interno; estabeleceu ligações entre o interior e inúmeras futuras capitais de litoral; deu uso aos terrenos pouco/rentáveis na época para a agricultura como o cerrado e a caa-tinga; e criou uma nova parcela na sociedade rural - os pecu-aristas.

Essa atividade, realizada de forma extensiva, também foi responsável pela abertura de caminhos, por onde passavam o gado bovino, muares e tropeiros de charque. Por sobre muitos desses caminhos hoje encontramos estradas modernas.

Atualmente em muitas áreas do país, a lavoura diversificada, e os novos objetivos, ainda têm diante de si, e com grande peso, a agricultura e a pecuária tradicionais.

O Extrativismo Mineral - Um Rápido Ciclo de Amplos Recursos

O sonho das riquezas do interior, acalentado pela Metrópole sempre encontrava eco nos que aqui aportavam ou nos que aqui viviam. Na busca de riquezas minerais ou no apresamento de índios partiam Bandeiras e Entradas.

As primeiras descobertas de riquezas minerais induziram mais ainda o ímpeto dessas jornadas e a presença de ouro e pedras preciosas afigurava-se como um novo alento para a economia da Metrópole.

Instala-se o ciclo da mineração e a política para sustar o contrabando fez convergir para o Rio de Janeiro os caminhos do ouro, de um lado contribuindo para a consolidação da cidade do Rio de Janeiro, de outro lado relegando ao abandono a extensa faixa litorânea que vai do Rio de Janeiro a Salvador.

Embora em grande parte filtrados pela Metrópole, os recursos advindos da mineração fizera crescer cidades, nas quais se expandiram as atuações dos comerciantes e liberais, galgando posições de destaque que sobrepujaram aquelas alcançadas pelos núcleos urbanos formados pelos donos das lavouras de cana do nordeste.

Se o sistema foi responsável pelo esgotamento dos recursos existentes nas antigas áreas mineradoras, também o foi pela ampliação da vida de relações no território brasileiro (ex: incorporação da Região Sul), pela ampliação do comércio, pela expansão do território nacional e pelas novas idéias que invadiram vários setores da população.

O Retorno à Agricultura como Sustentáculo da Economia Nacional

Com a Independência brasileira uma alteração profunda se fez sentir, os recursos oriundos das atividades econômicas deixaram de ir para a Metrópole porém, as estruturas do sistema econômico, mantiveram em suas partes muitos dos elementos que a caracterizaram no período Colonial.

Volta-se para a exportação de produtos agrícolas e os reinvestimentos em grande parte serviam, como ainda nas primeiras décadas da República, para facilitar a drenagem da produção para os portos exportadores. O porto criava seu "hinterland" vivendo e crescendo de suas riquezas que eram exportadas.

Para ingressar definitivamente no circuito internacional - industrial e tecnológico. Queima etapas quando ultrapassa em curto espaço aos anos coloniais e imperiais na medida em que intensifica a produção, organiza o comércio e cria condições de mobilidade e transporte através de estradas de ferro, instalações de portos e cabotagem marítima.

Km de Estradas de Ferro

1890	9 973
1900	15 316
1910	21 326
1920	28 535
1930	32 478
1940	34 252
1950	36 681

Fonte: The Brazilian Economy

As distorções do crescimento voltado para fora no entanto pré-existem quando só o Centro Sul da nação progride em ritmo acelerado e o resto entra em defasagem de difícil superação. Somando a esse fato um de maior gravidade do ano de 1929 com a quebra da Bolsa de Nova York que praticamente retira do mercado internacional o Brasil, com a queda dos produtos primários e em potencial o café.

A diversidade dos produtos primários cacau, borracha, cana de açúcar e algodão não conseguiram equilibrar o deficit da balança comercial o débito financeiro do país.

Ressalta-se, ainda, nesse período as duas Guerras Mundiais que além de outras implicações na economia brasilei

ra evidenciaram e influenciaram uma política de auto suficiência até mesmo no setor industrial, sendo exemplo patente a construção da Companhia Siderúrgica Nacional.

O Café Ainda Como Base da Economia

No final do século XIX e início do século XX um produto se destaca de forma crescente na economia nacional - a borracha. Seu crescimento na Região Norte do País, apesar/ de rápido, não foi duradouro, conseguindo reduzir um pouco / nessa fase a liderança do café, o qual não tardou a retornar à sua supremacia na pauta de exportação.

Assim o café até nossos dias mantém uma posição / destacada, entre tantos em sua evolução, apesar da rigidez a parente do sistema de produção, mudanças enormes de sua estrutura ocorreram, sem contudo mudar sua posição proeminente na economia nacional, pelo contrário mais ela foi acentuada.

Dessa mudança destacam-se: seu deslocamento espacial para Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e posteriormente norte do Pará; sua expansão em São Paulo - condições / altamente favoráveis de rendimento; libertação dos escravos/ mudando as relações de trabalho; a migração européia, em particular, a migração italiana para essa lavoura; a modernização a partir do reinvestimento na infraestrutura, voltada para exportação; liberação de capitais para a indústria; a criação de um amplo mercado consumidor (fazendo a Região Sul / produtora de alimentos a ela vinculada).

Nessa época o processo de industrialização, bastante restrito até então em confronto com a importância das atividades primárias, inicia uma trajetória de crescimento com importantes implicações no quadro social, político e econômico da Nação.

Firma-se a posição da Região Sudeste na economia / nacional, ampliam-se as perspectivas de emprego nas áreas urbanas, fundamentam-se relações e dependências entre as indústrias e os setores primários e terciários, aumentam as demandas de energia, ampliam-se as necessidades das comunicações/ viárias, das matérias primas minerais, diferenciam-se as atividades industriais, a princípio centradas nas indústrias / têxteis e de alimento.

No quadro abaixo podemos evidenciar a crescente expansão do setor industrial.

Brasil: Crescimento da Indústria de Manufatura

	1907	1920	1940	1950
Nº de estabelecimentos	3.250	13.336	49.418	89.086
Nº de operários	151.841	275.512	781.185	1.256.807
Energia utilizada (c.v.)	109.284	310.364	1.186.358	2.667.017

Fonte: Economic Growth

Repercussões Na Sociedade Brasileira

A Abolição e a República

Com a abolição da escravidão, a liberação da mão / de obra servil e a conseqüente passagem a um regime assalariado teve conseqüências nas desprezíveis para o sistema sócio-econômico brasileiro.

Primeiramente observamos a sua integração ao mercado de trabalho e conseqüentemente a relação desse fato a ampliação relativa de um mercado interno. Além disto, sem a / força de trabalho escravo e com a passagem desta a sua nova / condição de assalariados rurais e urbanos vemos o início da entrada de mão de obra estrangeira do país.

O movimento imigratório, principalmente voltado para o sul do Brasil, esteve relacionado a dois passos importantes: a conjuntura demográfica favorável na Europa daquela ocasião e a abolição do regime servil no Brasil. Assim a partir de meados do século passado o número de imigrantes iria / aumentar progressivamente como pode ser visualizado na tabela a seguir. Chama-se a atenção para o fato de que nas fazendas paulistas criadas a partir de 1880 empregava-se mesmo antes da Abolição mão de obra assalariada.

IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA PARA O BRASIL

Ano	N. de Imigrantes	Ano	N. de Imigrantes
1884-1893	88.367	1944	1.593
1894-1903	86.211	1945	3.168
1904-1913	100.662	1946	13.039
1914-1923	50.398	1947	18.753
1924-1933	73.722	1948	21.568
1934-1944	19.724	1949	23.844

Fonte: Economic Growth

Com a República, a instauração no Brasil de normas e instituições liberais nos moldes das anglo-saxônicas não / encontrou na estrutura social brasileira condições ótimas para o seu perfeito funcionamento. Entretanto esta transformação ao nível predominantemente jurídico não deixou de influenciar esta mesma estrutura.

Observe-se uma grande quantidade de variáveis que interagem naquele momento histórico:

- a) os estertores da economia açucareira,
- b) o rápido aumento da importância econômica do café,
- c) a passagem de mão de obra escrava à condição de assalariada,
- d) a crescente imigração estrangeira para o sul do País,
- e) os resultados econômicos da participação do / transporte ferroviário,
- f) a afirmação do centro sócio-econômico hegemônico do País no Sudeste.

Em estreita correlação com tais variáveis evidencia-se a relevância da chamada "classe média". É nesse período histórico que podemos verificar a transformação das velhas camadas intermediárias no que poderia considerar uma / classe média com alto grau de heterogeneidade. Assim neste / momento de transição observamos essa classe média passando a condição de atuante e reivindicando especialmente no plano / da representação política e no plano eleitoral.

Para alguns autores tais como Manuel Dieges Junior, entretanto a configuração de uma verdadeira classe média no Brasil não é um acontecimento somente peculiar ao período / histórico pós-Republicano. Em sua obra "Regiões Culturais do Brasil", observa: "Se considerarmos os elementos que integram ou caracterizam as classes médias, certos os encontraremos em diversos tipos profissionais que existiram no Brasil. O que há a considerar é a diferenciação do modo geral existente nas características sociais ou mais particularmente / profissionais com que aparecem em cada região, os integrantes das classes médias. Esta diversificação regional decorrente / do modo de vida estabelecido é que nos permite caracteriza -

ção dessas classes; e, em particular o que eram classes médias em cada tipo de fazenda, ou relacionadas com a estrutura social desta, pois só se pode considerar uma classe social em relação as outras classes sociais. De fato, não se pode considerar de modo rígido uma classe média que tenha existido no Brasil. Não foi, grosso modo, absolutamente igual / aqui e ali. Variou, diferenciou-se, teve peculiaridades conforme as condições, as atividades, o modo de vida que surgiram na fazenda, em cada tipo de exploração econômica estabelecido e conseqüentemente em cada região cultural. Desta diversificação é que devemos partir para uma identificação das classes médias no Brasil. É igualmente para a própria caracterização das classes em geral, porque a estratificação social entre nós não é problema que se defina, ou se conceitue, / ou se caracterize, sem considerar as peculiaridades regionais, ou de modo particular, o ambiente onde ela surge e se desenvolve".

O Crescimento Demográfico e o Comportamento da População Brasileira

Historicamente o crescimento da população brasileira tem sido bastante acelerado. Analisando-se dados censitários verificamos que o Brasil se coloca entre as nações de / grande população absoluta (primeiro entre as nações latinas) apesar de apresentar uma densidade demográfica relativamente baixa.

Na segunda metade do século XVII havia menos de / 2.000.000 de pessoas no Brasil, segundo estimativa. Na estimativa do Senador Batista de Oliveira, por volta de 1850 existiam 8.000.000 habitantes no Brasil.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

RECENSEAMENTO	POPULAÇÃO	RECENSEAMENTO	POPULAÇÃO
1872	9.930.478	1940	41.236.315
1890	14.333.915	1950	50.944.397
1900	17.438.434	1960	70.967.185
1920	30.635.605	1970	94.508.554

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1971

Assim, por exemplo: entre 1950 e 1960 a população / cresceu na proporção de 3,47% ao ano e atualmente verifica- / se um crescimento inferior a cerca de 3%. O importante aqui /

é ressaltar que o crescimento da população brasileira é basicamente função do crescimento vegetativo desta população e / não da imigração, pois na atualidade é relativamente pequeno o número de imigrantes que chega ao País. Outro fator importantíssimo é o fato de que as taxas de mortalidade da população brasileira (devido ao avanço da medicina em geral, saneamento, medidas como vacinação, etc...) caíram bastante a partir da década de 40. Ora, como as taxas de natalidade baixaram em proporção muito pequena (as taxas de natalidade baixaram mais, no meio urbano) verifica-se que o crescimento vegetativo é bastante acelerado.

Paralelamente ao crescimento acelerado verificamos a problemática da distribuição geográfica da população que / basicamente se concentra ao longo do litoral, não continuamente, mas em verdadeiras ilhas (ex.: zona da mata pernambucana, recôncavo baiano) e nas regiões Sudeste e Sul. As Regiões Norte e Centro Oeste apresentam-se com áreas de vazios / demográficos.

Analisando-se as percentagens de população urbana / e população rural, observa-se que o processo de urbanização / tem sido bastante acelerado. A percentagem da população urbana em 1940 era de 31,24%, passando a 45,08% em 1960 e em / 1970 chegava a 56,76%.

Vejamos, então, o interrelacionamento entre as seguintes variáveis:

- crescimento demográfico
- migrações internas
- processo de industrialização
- urbanização

As Migrações Internas Como Processo Social

No processo global do desenvolvimento não é apenas a estrutura econômica que se transforma, mas também a estrutura social. Durante o correr do processo, aparecem novas camadas sociais enquanto que outras tendem a desaparecer ou / perder a sua importância (ex.: Abolição da Escravatura). Os movimentos migratórios internos vem desempenhando historicamente, um papel importante no processo, na medida em que provocam transformações nas estruturas sócio-econômicas. Assim,

por exemplo, segundo alguns autores, a passagem da mão de obra escrava à condição de assalariada, se deu principalmente através de um movimento no espaço, isto é, na medida em que esta mão de obra fluiu para núcleos urbanos.

As causas relacionadas aos movimentos migratórios/ internos são complexas. Torna-se difícil isolar as variáveis que influem no processo, porém, no caso brasileiro verificamos que principalmente a partir da década de 30 a orientação dos contingentes migratórios se fez em função de um "modus / vivendi", urbano, estabelecendo-se a cidade (como local onde/ se efetiva esse modo de vida) como ponto de referência para/ os habitantes de rurais ou não - citadinos em geral. A esta "atração da grande cidade" estimulada pelo próprio desenvolvimento dos meios, de comunicação de massa, podemos acrescentar:

- a crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que podem ser limitadas, tanto pela ausência de disponibilidade/ de terras aproveitáveis, como pela concentração/ da propriedade fundiária,
- problemas relacionados à própria estrutura fundiária, como, por exemplo, a existência, tanto de minifúndios ou latifúndios de baixa produtividade,
- a problemática relacionada ao próprio processo / da industrialização, na medida em que é introduzida tecnologia moderna no campo aumentando a / produtividade agrícola e diminuindo as necessidades de mão de obra,
- as relações de trabalho no campo, por exemplo: o subemprego rural (mão de obra que só é ocupada / durante determinadas épocas do ano), parceria, / etc.

Enfim verificamos que existe um interrelacionamento evidente entre migrações internas, urbanização e industrialização. É na medida em que a população rural de urbaniza / que o setor secundário encontra um potencial de mão de obra / a ser aproveitado no setor.

População urbana e rural (em ter o relativos) sô-/
bre o total do Brasil

	1940		1950		1960		1970	
	U	R	U	R	U	R	U	R
Norte	0,98	2,56	1,12	2,43	1,39	2,28	1,74	2,12
Nordeste	8,20	26,80	9,13	25,47	10,82	20,47	12,47	17,66
Sudeste	17,24	26,95	20,64	22,77	25,09	18,66	31,05	11,62
Sul	3,86	10,05	4,45	10,64	6,30	10,46	7,87	9,78
Centro Oeste	0,66	2,40	0,82	2,53	1,48	2,75	2,64	2,83
Brasil	31,24	68,76	36,16	63,84	45,08	54,92	55,98	44,02

U: urbana. R: rural

Fonte I B G E

Industrialização e Urbanização

Por volta de meados do século XIX a industrialização aparece como fator importante do momento histórico brasileiro. Em termos sociais as origens mais remotas do processo aparecem na desagregação da economia baseada na mão de obra/escrava e latifúndio açucareiro. Esta desagregação foi bastante favorável ao fluxo urbano. As cidades foram gradativamente deixando de funcionar como apêndice de núcleos rurais criando vida independente e por sua vez vindo a influenciar estes mesmos núcleos rurais. Tais cidades forneceram alicerces para uma economia de mercado interno. Assim o fenômeno de urbanização foi um elemento essencial para o desenvolvimento / industrial - foi através desse fenômeno que foram-se criando novas aspirações de vida e a industrialização passou a funcionar como condição sine qua non para a realização dessas aspirações.

Por outro lado a urbanização propiciou a substituição gradativa da produção artesanal pela produção manufatureira no sentido de produção de bens e consumo, foi também / estimulada pela necessidade de substituir as importações de manufaturados, por política cambial protencionista e pela existência da mão de obra abundante e barata, resultado do citado processo de urbanização.

As Finanças - Seus Problemas

O café no centro-sul, o açúcar no Nordeste e a borracha no Norte constituíam as atividades mais importantes.

Dependia fundamentalmente da agricultura a economia brasileira do final do Império.

Ela gerava recursos em moeda estrangeira necessários ao consumo e a formação do capital da economia, e para o pagamento da dívida externa que já consumia, àquela época, / quase todo saldo anual da balança comercial, sem considerar / que os gastos do próprio governo dependiam indiretamente da agricultura.

Com a abolição da escravatura, no fim do Império, / foi desorganizada a agricultura e o governo teve que fornecer recursos para financiar a produção e fazer hipotecas, antes garantidas por escravos e propriedades.

Havia também escasses do meio circulante. Foi aprovada em fins de 1888 a Lei Bancária que dava aos Bancos características de bancos emissores, o que na realidade gerou / uma das mais notáveis inflações da História do Brasil.

Na tabela a seguir podemos observar o aumento do / meio circulante, durante quase cem anos de nossa História.

Brasil - Meio circulante e valor de exportações

Base 1840 = 1

anos	meio circulante	valor exportações
1840	1	1
1850	1	2
1860	2	3
1870	5	4
1880	6	6
1890	8	8
1900	18	2
1910	23	23
1920	47	42
1930	72	70
1940	131	119
1950	444	292

Fonte: The Brazilian Economy

Proclamada a República em fins de 1889, a evolução da política econômica brasileira, resumidas em suas políticas monetária, cambial e fiscal, caracterizou-se por bruscas e frequentes mudanças de orientação.

Houve sempre uma constante preocupação com o equilíbrio do orçamento acompanhado de estabilidade monetária e cambial:

Do inflacionismo do início da República e das posteriores políticas de contenção (1889-1898) sobreveio no período de 1899 a 1902 a política de deflação e a recessão econômica. Como resultado deu-se o pânico bancário, no Rio de Janeiro, em setembro de 1900.

O "Reerguimento Econômico" na década de 1903 a 1913, estabilizou o papel moeda e a circulação, valorizou a taxa de câmbio dos direitos alfandegários e equilibrou o orçamento do Governo Federal.

Foram abandonadas as políticas de contenção, em decorrência da I Guerra Mundial, entre 1914 e 1922.

Acentuaram-se os "deficits" orçamentários, a política de estabilização monetária foi afrouxada e abandonada a política de sustentação da taxa cambial. Alcançou-nos a Grande Depressão das economias industrializadas.

Retornamos às políticas de contenção e foi realizada a reforma monetária (1923-1929).

A crise dos anos trinta (1930-1936), resultou no maior "deficit" orçamentário até então registrado na história orçamentária do País.

A partir de 1937, o País experimentou novas mudanças na orientação de sua política econômica.

As despesas em decorrência da guerra e a tendência a maior liberalização das políticas monetária, cambial e fiscal (1937-1945).

Na verdade, foram os fatores externos, ao longo dos 57 anos analisados os maiores responsáveis pelas tendências alternativas da política econômica brasileira: as oscilações no preço do café, as crises periódicas no comércio exterior, as depressões ou contrações dos negócios nos países industriais, e as guerras, avultam como os acontecimentos que maior influência exerceram sobre a política econômica no Brasil, até 1945.

Conclusões

Evidentemente não poderíamos alinhar todos os fatos, porém o

que foi exposto nos permite consubstanciar algumas conclusões.

Há, entretanto, também um ponto importante a ser observado. Certos fatos são consequências diretas dos sistemas econômicos outros, que fazem parte do contexto analisado, fundamentam-se em bases sociais e políticas. A interpenetração deles e a conjugação de fatos formam as heranças que estão presentes na visão do quadro onde se assenta o sistema econômico atual.

Assim apontamos as seguintes conclusões que possuem importantes implicações no presente:

- 1) No Brasil Colonia perda de substância através de tributos, monopólios resultando em rendas coloniais baixas.
- 2) No Brasil Colonia proibições econômicas de produção, transporte e profissões resultando em reduzida capacidade de diversificar a produção.
- 3) Proibições políticas de educação colonial: baixos níveis de trabalho, técnica e consumo.
- 4) Incentivos para a monocultura.
- 5) Base da economia sempre dependente de monocultura.
- 6) A primazia da posse da cultura mais valorizada deslocando várias vezes o centro mais dinâmico e desenvolvido das economias regionais e da economia nacional
- 7) As monoculturas tropicais contribuem para o estabelecimento de sub-sistemas econômicos isolados uns dos outros porém, com os mesmos objetivos.
- 8) Bases agropecuárias extensivas
- 9) Sistemas agrícolas desvinculados do abastecimento interno
- 10) Sistemas de transporte isolados, falta de integração.
- 11) Concentração de populações no litoral.
- 12) Falta de integração entre as Regiões Brasileiras.
- 13) Economia voltada sempre para a exportação.
- 14) Alta sensibilidade para as crises econômicas internacionais.
- 15) Aumento rápido de população
- 16) Migrações internas para as cidades
- 17) Avolumados problemas de saúde e educação
- 18) Tardia aceleração do processo de industrialização
- 19) Presença marcante de desequilíbrios orçamentários e inflação

20) Restritas condições de mobilidade vertical na sociedade/ brasileira.

2 - MUDANÇAS DE ESTRUTURAS-PLANEJAMENTO ECONÔMICO

Após a segunda guerra mundial, a economia brasileira sofreu, nos primeiros anos, grande impacto negativo. As reservas de divisas esgotaram dando origem à crise cambial.

Isto dificultou, principalmente, a renovação do sistema de transporte que, submetido a desgaste excessivo de suas ferrovias, durante o conflito, provocou estrangulamentos na economia nacional, agravando o processo inflacionário.

A Guerra e também as Revoluções vêm, através da História refletindo-se no sistema econômico, político e social do País, trazendo radicais mudanças de estruturas.

Uma política de combate à depressão se impunha com a criação de instituições que objetivassem amparar setores, mas programadas dentro das características nacionais.

O País precisava recuperar-se do atraso econômico.

Então, para elevar os níveis de renda e de bem-estar da comunidade, era preciso fixar objetivos gerais e metas específicas ordenando, de maneira sistemática, as decisões e medidas necessárias à consecução desses objetivos com o menor custo e a maior rapidez.

É através do estudo prospectivo da realidade nacional, ao lado da conjuntura mundial, ou melhor, com um razoável conhecimento da viabilidade em atingir as metas gerais ou particulares fixadas, que é possível implementar um Plano de Desenvolvimento Econômico.

A diagnose histórica apresentada no capítulo anterior e o conhecimento analítico dos planejamentos nos diferentes períodos governamentais fundamentam o prognóstico do plano atual em si.

A idéia de planejamento econômico no Brasil é recente. Mas, há umas três décadas tem havido tentativas de dotar o país de um sólido esquema nesse sentido.

Ao explodir a segunda Guerra Mundial, em 1939, foi elaborado um Plano Especial de Obras Públicas e Preparo da Defesa Nacional que representou na época mais um mecanismo /

de desenvolvimento econômico.

Mas, em 1943, o Plano de Obras e Equipamentos deu ênfase à execução de obras públicas de infra-estrutura, a cargo do Ministério de Viação e Obras Públicas, e à criação de indústrias básicas que integrassem o parque industrial do País. Como resultados desse plano, houve a instalação de Volta Redonda e a CVRD.

Nos últimos quinquênios governamentais é que a indústria brasileira tem-se expandido através de programas de investimentos públicos federais destinados a fortalecer a infra-estrutura - transportes, energia elétrica, petróleo, siderurgia. A partir do Plano SALTE esta mobilização foi tomada até que, recentemente, o Plano Nacional de Metas colocou o País a caminho de um planejamento efetivo.

Hoje, em 1975, experimentamos o II PND. Ele é o reflexo resultante de anteriores planos e metas que, numa retrospectiva, vamos aqui delinear.

Plano Salte - para o período 1949/1954

O Plano Salte foi quinquenal e surgiu por ocasião da crise econômica do pós-guerra. Truman viera ao Brasil em 1947. Dutra retribuiu a visita dois anos depois, nascendo desse diálogo o referido plano que envolvia setores vitais da infra-estrutura sócio-econômica, como Saúde, Alimentação, Transporte e Energia, não pode, entretanto, ser integralmente executado, devido à demora de sua aprovação pelo Congresso e também ter entrado em execução ao final de um período governamental sem que o governo subsequente tivesse a eficiente e necessária continuidade. Encerrou-se o plano em 1954. Ele se desdobrava em 11 projetos complementares e os fundos eram fornecidos pelo Ministério da Fazenda.

Projetos No Segundo Governo Vargas - (1951/1954)

Uma tênue vocação planejadora já se notava no início desse governo quando foi organizada a Assessoria Técnica da Presidência da República para a qual foi candidato o Economista Rômulo de Almeida. Nessa repartição surgiram os projetos da Petrobrás, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, do Banco do Nordeste do Brasil, da Eletrobrás e o ponto de partida para a indústria automobilística.

Nos primeiros anos da década dos 50, formou-se, mediante acôrdo com o governo americano, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para estudar o desenvolvimento da economia brasileira e estabelecer medidas para acelerar esse desenvolvimento.

Era notória, nesse período a deficiência de serviços básicos infra-estruturais para dinamizar alguns setores industriais que esbarravam na ausência de "economias externas" ou seja em "vazios" e estrangulamentos à iniciativa empresarial.

Compreendendo a pressão dessa deficiência, o Estado promulgou a Lei 1474, de 1951, que lançou o FUNDO DE REAPARELHAMENTO ECONÔMICO. Em seguida, em 1952, foi criado o instrumento complementar e executivo desse órgão - o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, cujas operações desde logo se concentraram na realização das obras básicas de energia e transporte.

Plano de Metas (1956-1961)

Idéia de Planejamento

A plataforma eleitoral de Juscelino Kubitscheck de Oliveira, assentava-se no princípio básico do Plano Nacional de Desenvolvimento: "acelerar o processo de formação de riquezas, aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades reprodutivas. O objetivo final do plano é aumentar o padrão de vida do povo, abrindo oportunidades de um futuro melhor".

Para dar viabilidade a esse programa, houve a necessidade de observar-se duas condições de capital importância na época.

A primeira, na área política, consistia no atendimento da dinâmica do populismo.

O populismo compreendia as relações diretas entre massa-elite, em que a elite procurava atender às solicitações da massa em troca da legitimidade do mando, através do voto.

A percepção da dinâmica do populismo, que exigia a expansão de oportunidade de emprego, levou Kubitscheck a tomada de novas medidas para solucionar a crise brasileira,

no seu entender, crise de crescimento. Para ele, "o Brasil / não era um país de produtos agrícolas por vocação hereditária e, conseqüentemente, uma vigorosa política de industrialização, com vistas para o futuro, se fazia necessária".

A segunda condição para viabilidade do Plano Nacional de Desenvolvimento foi consequência da primeira e era da área governamental.

Se, por um lado, a industrialização respondia aos anseios do populismo, por outro, leva a administração pública a enfrentar o problema da expansão de oportunidades de emprego, no que se refere às necessárias condições de infraestrutura.

Esse problema não poderia ser resolvido no contexto das premissas existentes. ao contrário, nova solução era exigida e esta solução foi o planejamento.

Diagnóstico

Para atender à nova conjuntura, o Governo convocou uma equipe de técnicos que, reformulando e desenvolvendo uma série de conceitos já propostos em tentativas anteriores de planejamento, concluíram por dois conceitos basicamente opostos e já definidos pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos: ponto de estrangulamento e ponto de germinação.

No primeiro caso, consideraram ponto de estrangulamento as áreas de demanda insatisfeitas e que estrangulavam a economia, interna ou externa. No segundo caso, ponto de germinação, concluíram que a oferta de infra-estrutura germinaria atividades produtivas.

Objetivos

Partindo desses conceitos, foi elaborado o Plano de Metas, na qual o Presidente, tomando por base fundamental o desenvolvimento da industrialização através da substituição de importações, estabelecia trinta metas a serem atingidas nos cinco anos de seu governo, nos setores de energia, transportes, educação, indústria e outras atividades.

Implementação

Na época da implementação do Plano a competência do serviço público era difusa e, por isso, o Governo adotou/

uma forma de administração paralela, constituída por órgãos/já existentes e por novos órgãos, para os quais foram requisitados as capacidades disponíveis no serviço público.

Esse órgãos foram chamados "órgãos de ponta", cabendo-lhes desenvolver e controlar a execução do Plano de Metas.

De que forma?

A industrialização seria implementada através da manipulação de incentivos e através da substituição de importações. A concessão seria dada de acordo com resoluções dos "órgãos de ponta" que, assim, implementavam o Plano.

Por outro lado, dois fatores ressaltavam por grande demanda: oferta de tecnologia e oferta de recursos financeiros, ambos externos ao sistema.

Para obtê-los tornava-se necessário requerer aos "órgãos de ponta" uma série de medidas regulamentares (licenças de importação, câmbio, financiamentos, avais, garantias, etc.). Desse modo, os "órgãos de ponta" respondiam também pela fiscalização da execução do Plano.

Consequências

Inicialmente o Plano de Metas apresentou grandes resultados na industrialização e modernização do país.

Assim, foi evidente o florescimento da indústria automobilística e das indústrias que dela derivaram, como a de autopeças e a de serviços de manutenção.

O erguimento de Brasília com a conseqüente transferência do Distrito Federal, levou à execução de grandes obras, não só para criar a nova cidade, mas, também, para ligá-la ao resto do País através de rodovias. Com isto foi enorme o desenvolvimento da indústria de construção.

A edificação de barragens e usina hidrelétricas (Três Marias, Furnas) contribuíram para indústria energética.

Entretanto, já a partir de 1961, apesar da produção industrial registrar um aumento médio de 9% ao ano, começaram a surgir distorções que iriam interceder de modo profundo em nosso processo de desenvolvimento, nos anos seguintes.

O aparente sucesso dos produtos de fabricação nacional, em realidade, teve acentuado protencionismo, pela quase proibitiva aquisição de produtos importados e de preços mais baratos no varejo. (Assim, o povo foi levado ao consumo elevado de preços, o que concorreu para o desencadeamento do processo inflacionário).

A desvalorização constante da moeda originou o retraimento de poupanças e a retração de investimentos do setor privado, prejudicando a formação de um mercado de capitais sólido e alterando o valor real da receita fiscal. Gastos públicos eram justificados para a aquisição de uma infraestrutura adequada às necessidades industriais. Estradas, energia, comunicações, matérias primas básicas e todo um conjunto de grande investidura, eram pagos por financiamentos deficitários, através do sistema bancário, levando o Governo à emissão de papel-moeda para liquidez.

A constante demanda de matérias-primas, bens de capital e tecnologia, essenciais à manutenção do crescimento industrial, obrigava à busca de empréstimos vultosos no exterior, principalmente, no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional. As divisas necessárias ao pagamento dessas dívidas escasseavam, porque caíam as receitas de exportação por falta de incentivo.

Com a taxa cambial constante, a inflação desgastava as divisas obtidas através de exportações, levando os exportadores a voltarem-se para o mercado interno, investindo na produção de bens de consumo e, com isso, paralisando as exportações.

A substituição de importação, por sua vez, absorveu baixo índice de mão-de-obra, com os desníveis crescentes na oferta de emprego. Acentuava-se a taxa de população inativa, uma vez que o crescimento demográfico acelerava-se, enquanto que a indústria já estava com sua capacidade de pessoal saturada e a agricultura encontrava-se, praticamente paralisada pelo desvio de seu capital para a indústria e, conseqüente bloqueio de atividade do setor.

Conclusão

O Plano de Metas, processo para tornar o Brasil /

uma nação industrial, foi responsável pela intensa inflação/desencadeada, pelo estabelecimento de algumas indústrias ineficientes, mas de elevados custos e, finalmente, pela distorção na alocação dos recursos econômicos, com prejuízos fundamentais ao nosso desenvolvimento.

Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963- / 1965)

O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social constituiu a orientação da política econômica do governo de então que, com o plebiscito de janeiro de 1963, recuperava os poderes presidencialista.

Diagnóstico

O diagnóstico da economia brasileira realizado pelo Plano enfatiza dois aspectos fundamentais:

- 1º) O crescimento do desenvolvimento econômico em períodos próximos a 1962.
- 2º) Os desequilíbrios estruturais inerentes a esse crescimento - condição principal responsável / pela elevação contínua do nível de preços.

Esse diagnóstico, entretanto, foi falho, principalmente por basear-se nos resultados eufóricos do período 1957-1961, quando o fracasso de 1962 ainda era desconhecido. Com isso, medidas que não condiziam com a realidade foram altamente consideradas. Assim, acreditou-se que o nível de produção interna seria capaz de fixar um volume de investimentos/necessário a manutenção da taxa de desenvolvimento e, em decorrência, os investimentos deveriam ser planejados em função da substituição de importações, principalmente de bens / de capital, através da exploração mais intensa da capacidade e da potencialidade da indústria nacional, produtora daqueles bens. Também acreditou-se que a elevação de preços era / decorrente apenas, do setor externo e do setor público, sem que a política salarial fosse considerada como fator relevante do processo inflacionário.

Essas falhas concorreram para que o Plano Trienal/não correspondesse a uma imagem real, uma vez que apoiava-se em suposições falsas. A impossibilidade de sua total aplica-

ção ficou bem patenteada, o Plano Trienal já fracassara.

Objetivos

O Plano Trienal surgiu numa época em que o País atravessava uma situação desordenada, mas buscando soluções para problemas mais prementes. Por essa razão, apresentou como objetivos principais:

- . a recuperação do ritmo de desenvolvimento observado no período de 1957-1961, em torno de 7% ao ano;
- . a contenção progressiva do processo inflacionário;
- . algumas correções na distribuição de rendas, quer sob o aspecto pessoal, quer sob o aspecto regional;
- . a realização das reformas de base (administrativa, bancária, fiscal e agrária);
- . o reescalonamento da dívida externa.

Implementação

O Governo empenhou todo seu esforço no desenvolvimento do Plano, tomando logo, no início de 1963, medidas concernentes a sua execução, visando ao saneamento e à correção das distorções económicas existentes:

- . suspendeu subsídios ao consumo
- . delimitou a expansão do crédito bancário
- . promoveu o reajuste cambial a níveis realistas
- . imprimiu a contenção do aumento salarial, originando grande insatisfação na classe trabalhadora.

Essas medidas surtiram algum efeito no primeiro semestre do ano, mas já a partir do segundo semestre, manifestou-se de forma crítica, uma série de tensões de carácter inflacionário, até então latente. Tornaram-se significativas as pressões de custos e os aumentos de preços dos serviços públicos, dos bens de consumo e da taxa cambial.

Tudo isto concorreu para um aumento constante e incontrolável da taxa inflacionária, porque as pressões de custo resultavam em queda de liquidez dos setor privado que, por sua vez, não só pressionava o crédito bancário, como generalizava as elevações de preços.

Assim, numa constante, o conjunto do deficit governamental e da expansão do crédito gerava a própria expansão/dos meios de pagamentos. Para tentar aliviar, o governo aumentava o meio circulante com a emissão descontrolada de papel-moeda concorrendo cada vez mais para o aumento da inflação, ao invés de combatê-la.

Consequências:

Não podendo ser contida, a inflação foi se acentuando, chegando à forma galopante.

O país encontrou-se numa situação social-político-econômica dramática e insustentável, porque a hiper inflação, como Ernane Galvêas aponta:

- desorganiza o trabalho
- desencoraja a poupança
- desestimula os empresários
- cria problemas sociais
- lança o trabalhador contra o empregador
- estabelece problemas no balanço de pagamentos
- origina instabilidade interna e instabilidade externa
- implanta intranquilidade social e política
- desacredita o governo e o país
- paralisa as fábricas
- corrompe os lares.

Em paralelo ao quadro sombrio de nossa situação interna, configurava-se, igualmente sombria, a posição externa/de nossa economia.

Decorrentes da própria pressão inflacionária, as exportações brasileiras estagnaram; havia um profundo desequilíbrio da balança de pagamentos; estinguiu-se as reservas/cambiais; desapareceram investimentos.

Os quadros que se seguem, retratam, de forma evidente a realidade vigente da ocasião.

PERÍODO	TAXA DE INFLAÇÃO
de 1945 a 1950	cerca de 5%
de 1956 a 1960	+ de 20%
1962	+ de 50%
1963	+ de 80%
1964	perspectiva de + de 100%

SITUAÇÃO INTERNA	SITUAÇÃO EXTERNA
<ul style="list-style-type: none"> . estagnação das atividades economicas . intranquilidade social . instabilidade política 	<ul style="list-style-type: none"> . balanço de pagamento paralisado . dívidas acumuladas no exterior . esgotamento das reservas cambiais

Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG - (1964-1966)

Sob o impacto da situação caótica em que a nação / brasileira mergulhava, deu-se início a um novo regime governamental, cujas finalidades prescípuas eram:

- . estabilizar a vida nacional em todos os seus setores internos;
- . equilibrar as distorções de âmbito externo;
- . levar o país a um desenvolvimento abrangente.

Com este propósito, o Governo Revolucionário partiu para um programa fundamentado em objetivos, os quais deveriam ser alcançados dentro do tempo necessário, sem vincular-se a períodos presidenciais, mas com solução de continuidade.

De acordo com essa condição, surgiu o PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo - linha diretriz da vida econômica da Quarta República.

Diagnóstico

Para elaboração do PAEG foram realizados estudos / preliminares sobre a realidade brasileira, sendo apontados / como causa principais de nosso caos econômico:

- 1º) o recrudescimento do processo inflacionário: a intensa instabilidade do sistema de preços retraino o empresariado e, com isso, diminuiu os investimentos, acabando por constituir um mercado permanentemente oscilante e incontrolável;
- 2º) O estrangulamento periódico da capacidade de importar: o contínuo agravamento da situação /

financeira externa foi acentuado pelas crises/ políticas e sociais ocorridas que, desencorajando empresários, provocou a queda no nível / de investimentos e, e proporção a queda do ní vel da renda federal, promovendo o deficit da balança de pagamentos.

Objetivos

Uma vez estabelecido o diagnóstico, foram determinados cinco objetivos prioritários:

- 1º) impor medidas graduais de contenção à inflação, com o combate progressivo do crescimento de / preços, através do controle austero da arrecadação fiscal e das restrições salariais;
- 2º) buscar novas e mais extensas fontes de investimentos internos ou externos, através de incentivos à capitalização, para acelerar o ritmo / do desenvolvimento econômico e eliminar o atraso relativo do setor agrícola;
- 3º) proporcionar maior estabilidade financeira, / conjugada a um clima de tranquilidade e confiança, para que mais investimentos fossem atraídos e, com isso os mercados financeiros e de / capitais fossem dinamizados;
- 4º) corrigir a tendência a deficits descontrolados no balanço de pagamentos, responsáveis pelo bloqueio da capacidade de importar, adotando um / sistema cambial mais simplificado, para garantir a entrada de mercadorias compatíveis com a produção interna e estimular maior aplicação / de capital estrangeiro;
- 5º) atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, com uma distribuição de renda mais e equilibrada e com o aumento da taxa de expansão de oferta de emprego, para absorver a mão-de-obra crescente que afluía ao mercado de trabalho.

Implementação

Para que os objetivos determinados fossem al-/

cançados, tornava-se imprescindível a adoção de nova política econômico-financeira, provida de meios e instrumentos compatíveis à execução do Plano.

Dessa forma, a implementação do PAEG foi condicionada à efetivação de cinco linhas de ação bem definidas:

- . Política Fiscal, para aumentar poupanças e investimentos, bem como dosar os meios de pagamento;
- . Política Monetária, para conter a alta de preços/ e fomentar exportações;
- . Política Cambial, para absorver poupanças externas e aumentar as reservas internacionais;
- . Política de Crédito Seletivo, para, através da política de preços mínimos, fomentar/ a produção agrícola, quer para / abastecimento interno, quer para exportação;
- . Política Salárial, para melhorar a distribuição de Renda e evitar a inflação de custos.

O primeiro passo tomado pelo Governo para restaurar a estabilidade econômica, foi no sentido de conter a inflação galopante que imperava, com a aplicação imediata das políticas adotadas.

Entretanto, as autoridades consideraram ser mais prudente combater a inflação através da contenção salarial e redução gradativa do aumento de preços, pois medidas anti-inflacionárias drásticas, afetariam seriamente, as perspectivas de crescimento. Consideraram, ainda, que esse crescimento dependeria de novas fontes de investimento, internos ou externos.

Dessas considerações, foram apontadas três condições básicas e indispensáveis à estabilidade do sistema:

- . aumento da receita
- . obtenção de financiamento não inflacionário
- . redução de papel-moeda circulante.

- AUMENTO DA RECEITA

O aumento da receita estava condicionado ao aumento

da arrecadação e à eliminação dos deficits do Governo.

A reformulação da Política Fiscal possibilitou um resultado extremamente eficaz.

Através da melhoria do sistema arrecadador, do reajustamento de taxas e tarifas, da legislação tributária, do recolhimento de impostos na fonte e outras medidas, houve / substancial crescimento da receita fiscal.

Também, a aplicação da correção monetária às dívidas fiscais concorreu, e muito, para solidificar a arrecadação, porque os contribuintes, para evitar mora onerada pela / correção monetária, pagavam, sem atraso, seus impostos.

A instituição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, ao mesmo tempo que solucionava problemas trabalhistas, capitalizava fundos aos cofres públicos.

Ainda visando o aumento da renda federal, o Governo estabeleceu um rígido sistema orçamentário de controle / financeiro das despesas e aboliu subsídios federais a setores da indústria de transportes e à importação de petróleo, trigo e papel de imprensa.

O esforço dispendido em breve foi recompensado, / pois, em curto prazo, o crescimento da receita federal pode equilibrar o deficit orçamentário.

Por outro lado, era preciso também, envia- / dos esforços no sentido de saldar as dívidas do Tesouro Nacional.

Para isso, o Governo, utilizando o incentivo da correção monetária, reorganizou o mercado de títulos públicos e, com a emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, pode eliminar o deficit de caixa do Tesouro Nacional.

Com as dívidas públicas reduzidas, as autoridades monetárias voltaram-se à dinamização das operações de mercado aberto (open market), dando novas aberturas para o / crescimento econômico.

Obtenção de Financiamentos:

O desenvolvimento de um país está condicionado / ao volume de seus investimentos que, por sua vez, depende / do nível de poupanças.

Ora, a inflação ocasionou a retração de poupanças do sistema financeiro e do mercado de capitais.

As empresas não economizavam, pois investiam seu capital em estoque.

O Governo também não economizava, porque gastava, em / despesas de custeio, mais do que arrecadava e as dívidas públicas eram volumosas.

A recuperação de poupanças, a fim de proporcionar investimentos, tornou-se vital. Com esta finalidade, foram introduzidas profundas modificações na área da política monetária e na estrutura do sistema financeiro.

Através de uma série de reformas institucionais, o Governo pode ter uma visão constante das fontes de liquidez totais e das direções tomadas no sistema de crédito. Desse modo, foi possível controlar a expansão monetária, sem a inflação de preços.

Das reformas institucionais, três foram básicas.

A primeira consistiu na criação do Banco Central e na criação do Conselho Monetário Nacional.

Ao Banco Central caberia realizar operações de redesconto, fixar os níveis de depósitos compulsórios dos Bancos comerciais e conduzir as operações de "open market", enquanto o Conselho Monetário Nacional seria responsável pela supervisão da política monetária.

A segunda reforma consistiu na autorização para o Tesouro Nacional emitir títulos com cláusula de correção monetária, garantindo o valor real do título contra a depreciação da moeda pela inflação.

Decorrente desta reforma, surgiu a terceira que, consistiu na eliminação do deficit do Tesouro Nacional, dando a possibilidade de oferecimento de crédito ao setor privado.

A menor liquidez gerada pelo setor público, o aumento de empréstimos ao setor privado e a ativação do mercado de títulos fizeram o Governo recuperar o setor de poupanças internas. Mas não bastavam só as poupanças internas para estabilizar a nossa economia. Era imprescindível obter poupanças externas para equilibrar a balança de pagamentos que, acusava acentuado desnível entre as receitas estagnadas de exportações e as altas dívidas das importações.

Assim, estabeleceram as medidas a serem tomadas, seriam desenvolvidas as exportações ao máximo, procurando-se diversificar o mercado com novos produtos. As divisas obtidas/

seriam distribuídas para os necessários pagamentos e para as importações indispensáveis à fomentação das atividades comerciais.

Com este propósito, o Governo procurou desenvolver a agricultura e à produção de manufaturados, através de incentivos fiscais, facilidade de crédito, simplificação do regime cambial, e do processamento burocrático. Convergiu, também suas atenções a programas de desenvolvimento de áreas / brasileiras, até então não produtivas.

O crescimento das exportações representou mais trabalho e mais produção, maior riqueza interna e maior possibilidade de obter recursos externos; aumento dos financiamentos e aumento de programas de investimentos.

Plano Estratégico de Desenvolvimento - PED - (1968-1970)

Ao assumir a presidência, o Marechal Arthur da / Costa e Silva encontrou a vida econômica num período de contração de suas atividades, com uma redução dos salários reais e do padrão de vida, bem como uma taxa per capita de 2%. Esta situação era consequência da política austera adotada / pelo governo anterior, afim de combater a inflação e preparar as condições necessárias para restabelecer o desenvolvimento econômico.

E, realmente, a retomada do desenvolvimento com estabilidade foi a opção da política econômica do novo governo.

Com a taxa inflacionária contida em cerca de 25%, / com o reequilíbrio relativo dos preços e com a estabilidade da balança de pagamentos, a nova situação brasileira ensejava a possibilidade de reconstruir - objetivo da Revolução / que, assim prosseguia.

Diagnóstico

Antes de iniciar-se mudança tão importante, tornou-se fundamental uma análise das distorções que causaram a retração das taxas de crescimento do produto nacional, sendo apontadas como principais:

- o agravamento inflacionário acentuado pelo processo de industrialização;
- as consequências do processo industrial desequilibrado, reduzindo a taxa da população ativa e au

mentando as diferenças setoriais de produtividade, fatores indispensáveis à posterior expansão/da própria industrialização;

- o aumento vertiginoso da participação do setor / público na economia, elevando o custo de oportunidade pelo baixo nível de eficiência, em comparação ao setor privado;
- a repressão imposta ao processo inflacionário, a través de cortes de demanda e política rígida de crédito.

Com bases nessas conclusões, foi traçado o Plano Es tratégico de Desenvolvimento, diretriz do segundo governo re volucionário.

Objetivos

De um modo geral, os objetivos governamentais volta vam-se para meta-HOMEM, destacando-se três setores de atua- ção bem delimitados:

- . Desenvolvimento Econômico
- ✓ Desenvolvimento Social
- . Integração Nacional

O desenvolvimento econômico deveria ser retomado e acelerado em paralelo ao combate à inflação, visando dar alí vio a vida do povo, participação equilibrada na distribuição da Renda, além de fomentar a agricultura e a indústria para aumento das exportações, fonte d obtenção de divisas.

O desenvolvimento social enfatizava os campos da E ducação, Saúde e Trabalho como meios de levar a população a a melhores condições de bem-estar social, com amparo governa mental, para que todos usufruíssem, através de trabalho maior produtivo, de riquezas e concorressem, assim, para o cresci- mento do País.

A integração nacional seria a concretização de to- do o Plano, expressa pelas somas das parcelas de cada setor/ governamental-social, econômico, internacional e político-no esforço da recuperação nacional, apoiada por uma administra- ção voltada para a reconstrução de um Brasil maior.

Implementação

A estratégia adotada para a execução do Plano ba-/

seava-se em duas linhas de ação:

- 1ª rápido desenvolvimento de mercados externos para exportações.
- 2ª investimentos estatais na infra-estrutura, além/ de incentivos fiscais para a eliminação de pontos de estrangulamento do setor privado.

Com essas medidas, seriam eliminadas a escassez de divisas estrangeiras e a falta de poupanças para financiamentos internos.

Política de Exportações

Partindo da premissa de que o Brasil deveria competir vigorosamente nos mercados internacionais, a política econômica voltou-se à intensificação das exportações de nossos produtos, a fim de obter-se mais divisas estrangeiras. Com essas reservas cambiais, seria possível a importação de matérias-primas e tecnologia necessárias para tornar a economia brasileira compatível com seu tamanho, população e recursos.

O programa de promoção às exportações ofereceu dois incentivos básicos ao exportador: uma política de câmbio flexível e uma série de vantagens fiscais.

A política de câmbio flexível, medida introduzida pelo Banco Central em agosto de 1968, estabeleceu a desvinculação de cruzeiro ao dólar, através de reajustes que refletissem a variação dos preços brasileiros por atacado em relação às principais nações, com as quais, o Brasil mantivesse transações. Esses reajustes garantiam as receitas cambiais dos exportadores brasileiros, uma vez que eles receberiam mais cruzeiros por dólar ganho no exterior, sem redução, portanto, da margem de lucro.

O sistema de câmbio flexível, anulando a taxa de inflação interna, permitiu que os preços brasileiros estivessem equiparados aos preços de seus principais fornecedores e consumidores e, graças a isso, a recente crise mundial não se fez refletir com tanta intensidade em nosso País.

Além disso, a introdução do elemento de certeza no mercado cambial, não só evitou a fuga de capitais, como, ao contrário, proporcionou a entrada de capital estrangeiro, porque as taxas de juros internos excederam as taxas de de -

preciação do cruzeiro, das moedas estadunidenses e européias.

O programa de incentivos fiscais às exportações / consistiu em isenções ou créditos para cobertura de dois impostos indiretos sobre produtos manufaturados, equivalentes / em cerca de 15% do valor do produto.

Estes incentivos trouxeram resultados surpreendentes, tornando-se marcante, não só a elevação da taxa de exportação, como o comércio através das diversificações de produtos.

A dinamização de nossas exportações agrícolas, permitiu-nos a condição de maior exportador de café, suco de laranja, sisal, bananas e cacau e, em 1973, conseguimos o segundo lugar em exportação de soja, produto relativamente novo em nossos mercados.

Também tornou-se dinâmica a exportação de manufaturados que, substituíram o café como principal produto de exportação, por proporcionarem duas vezes mais divisas que o tradicional produto.

Ressalta-se ainda, as exportações de minério de ferro como crescente fontes de divisas.

Como vimos, a aplicação de incentivos fiscais deram ensejo à consecução de dois objetivos: o aumento substancial das receitas de divisas e a desvinculação da dependência da receita a flutuação de poucos produtos primários.

O programa de promoção de exportações, além de aumentar a estabilidade das receitas em divisas estrangeiras e de proporcionar o crescimento rápido e diversificado das exportações, serviu também para estimular a expansão da economia em termos globais.

O lucro auferido nas exportações, deu condições para que o investidor aumente sua produção, o mercado de vendas e, contudo isso, atraindo mais consumidores, maximizando seu capital.

Investimentos Estatais

Os rápidos avanços na renda real contribuem na formação de poupanças.

O governo adotou um agressivo programa de investimentos para eliminar os pontos estruturais do estrangulamento que prejudicam a maioria das economias em fase de desen-

volvimento.

A política de incentivos às exportações geram receitas externas ao sistema e aumentam a produtividade do investimento doméstico, expandindo o mercado interno. Desta forma, foi possível realizar investimentos recordes em obras públicas, sem a utilização de financiamento inflacionário, através do sistema bancário.

O volume de gastos públicos são significativos, representando, aproximadamente, 30% do PIB.

Através de incentivos, o Governo convocou a participação do setor privado, sempre que necessário, a fim de tornar os investimentos públicos mais produtivos.

Os investimentos estatais diretos concentraram-se nas áreas de mineração, siderurgia, serviços públicos e petróleo.

As companhias estatais foram formadas nas indústrias básicas, de preferência, nacionais. Entretanto, foi concedida opções de associações a investidores estrangeiros, principalmente, aos que oferecessem vantagens adicionais em termos de recursos e tecnologia mais avançada.

Essas empresas expandiram a distribuição de matérias-primas básicas à indústria, contribuindo, assim, para a expansão industrial.

Consequências

A política adotada, baseada no aumento das exportações, foi responsável pelo crescimento global ocorrido em nosso País.

A entrada de divisas e de investimentos estrangeiros contribuíram para expansão industrial, maior produtividade agrícola, criação de empregos, obtenção de novas receitas de exportação, pagamento de impostos e redução das despesas de importações em moeda estrangeira.

O avanço da ciência e da tecnologia disseminados através de programas de atuação intensa ao amparo populacional, trouxe novas perspectivas de vida ao homem brasileiro.

Com tudo isto, o País poderia continuar sua marcha para o progresso.

Metas e Bases Para a Ação do Governo - para 1971/1974

As Metas e Bases foram estabelecidas na programação do governo Médici. Compreendiam projetos prioritários e metas estratégicas setoriais que possibilitassem um ritmo de desenvolvimento acelerado e sustentável.

Fundamentando-se nas Metas e Bases, dois outros documentos foram elaborados:

I) O novo Orçamento Plurianual de Investimentos / com vigência no período de 1971/1973.

II) O I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para vigência no período de 1972/1974,

Natureza do Plano

O governo Médici se definiu pela continuidade da / tarefa revolucionária buscando aperfeiçoar, inovar e corrigir o que se conquistara, em termos de segurança e desenvolvimento, no I e II governos da Revolução. Assim, de início o III governo não procedeu, de imediato, a elaboração de novo / plano global.

"Metas e Bases" constituiu um documento de sentido eminentemente prático e mais inclinado para a execução.

Foi um planejamento voltado para:

- o aperfeiçoamento da execução dos programas governamentais, nas diferentes áreas;
- o estabelecimento de diretrizes;
- a definição do sistema de incentivos ao setor / privado, no campo econômico;
- a viabilidade de um sistema econômico com equilíbrio entre o setor privado, a fim de realizar o / desenvolvimento com liberdade.

Objetivos do Plano

No documento intitulado "Metas e Bases Para a Ação do Governo", cuja preparação resultou do esforço conjugado / no Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e de todas as demais Secretarias de Estado, estão fixados, claramente, / os objetivos nacionais. Assinala, primeiro, como Objetivo- / Síntese:

"Ingresso do Brasil no mundo desenvolvido, até o / final do século. Constituir-se-á, no País, uma sociedade efe

tivamente desenvolvida, democrática e soberana, assegurando-se, assim, a viabilidade econômica, social e política do Brasil como grande potência".

O documento esclarece que na década de 70, essa tarefa global deverá consubstanciar-se num Projeto Nacional de Desenvolvimento de que o povo pode ser mero espectador, mas participe atuante, realmente interessado e integrante no plano.

Para que se construa, no Brasil, uma sociedade desenvolvida, o projeto nacional considera três perspectivas:

- a perspectiva de médio prazo, mediante programa/operativo para o período 1970/1973;
- a perspectiva da década, para o cumprimento de / um decênio de (1970/1980) de real desenvolvimento.
- e a perspectiva de uma geração, até o ano 2000, / para a construção do Brasil plenamente desenvolvido.

De maneira que, o projeto nacional será realizado/por etapas, dentro do sistema de Planos Nacionais de Desenvolvimento instituído pelos Atos Complementares 43 e 76/969.

Ainda, como objetivos nacionais, o documento "Metas e Bases" anunciava:

- Consecução de metas, no período de 1970/1973, / preparando as bases para que a economia brasileira, alcançando crescentes taxas médias de desenvolvimento, possa em sucessivos períodos, pelo / menos dobrar o seu nível per capita, entre 1969/ e 1980.
- Estímulos ao processo de desenvolvimento visando: crescimento econômico (taxa crescente, que / alcance no mínimo 7 a 9% ao ano, no período, e e volua para 10%); expansão de emprego; progresso/ social; diminuição do processo inflacionário; política racional quanto ao Balanço de Pagamentos; correção gradual de desequilíbrios regionais e / setoriais; continuação das Reformas Econômicas, / Sociais e Políticas; Estabilidade Política; Segurança Nacional.

- Expansão dos fatores básicos do crescimento do PIB, ampliando as importações de mercadorias, principalmente os bens de capital e matérias primas industriais, de 7 a 9% ao ano.

O Plano em Si:

O plano estabelecia:

- Metas Estratégicas Setoriais, nas áreas prioritárias, para o período de 1970/1973.

O grande avanço que a Revolução já havia realizado, principalmente nos setores de Energia, Transportes, Comunicação e Habitação, teria de continuar e alcançar, ainda, o campo da Educação, Saúde, Saneamento, Agricultura, Mineração, Indústrias Básicas, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Regional.

- Estratégia Global. Era necessário desenvolver, no estágio seguinte, uma estratégia global de desenvolvimento para assegurar com caráter auto-sustentável, a rápida aceleração do crescimento. Essa estratégia global, compreendendo uma estratégia industrial e uma estratégia agrícola, se baseia numa política de desenvolvimento voltada para expansão do mercado interno contribuindo para o aumento do emprego da mão-de-obra e preservação de taxas de crescimento do PIB acima de 7%.

Além da consolidação do núcleo progressista industrial-agrícola do Centr-Sul, dois grandes programas foram elaborados para construção da sociedade desenvolvida, no Brasil:

- Programa de Integração Nacional (PIN), ligado ao desenvolvimento regional integrado, que vem estimulando o desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia com a criação de uma agricultura de mercado, projetos de irrigação e colonização, considerando-as integralmente no mercado nacional. Através dos incentivos fiscais da SUDENE, SUDAM, PESCA, Reflorestamento e Turismo, o programa vem conquistando resultados positivos.

- Programa de Integração Social (PIS), estabelecido por Lei Complementar, representa importante / instrumento de formação no Brasil, de uma sociedade economicamente aberta pois tem como objetivo, entre outros, o fortalecimento da empresa / privada. O PIS é considerado como um fundo de / participação que proporciona ao trabalhador a / formação do seu patrimônio, estimulando assim o hábito da poupança. Além disso, o PIS possibilita a acumulação de recursos que serão aplicados / em programas prioritários para o desenvolvimento do País.

Ainda, na área social, outro programa foi posto em prática, e que tem os mesmos objetivos que o PIS. É o PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO (PASEP) que se diferencia daquele apenas quanto ao beneficiário. Do / PASEP participam todos os servidores públicos da União, dos / Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios.

Na ação para o desenvolvimento, um importante programa foi executado em áreas estratégicas:

- PROGRAMA DE INVESTIMENTOS, através do qual e sem aumento de ônus para o setor privado, pretendia / o III governo da Revolução dispende valores acima da média do que foi investido nos quadriênios anteriores em áreas estratégicas. Dar-se-ia maior ênfase à Educação, pois que o setor público brasileiro ia dispende nessa área, mais do triplo / do que foi gasto no quadriênio anterior à Revolução.

É importante ressaltar a ação do governo no:

Campo da SEGURANÇA - As vitórias obtidas pela Revolução, no campo social e econômico, deram ao / País um clima de ordem e paz de maneira que o Governo tem agora condições de concentrar seus esforços na aceleração do crescimento, no progresso social e na garantia das oportunidades.

Estamos atravessando uma era de trabalho fecundo, o que não seria possível se não houvesse a / segurança interna. O chamado "milagre brasileiro"

se concretizou graças à estabilidade política e social ao lado de um trabalho ordenado visando a construção de uma sociedade aberta e livre.

Campo PSICO-SOCIAL - O Governo Médici considerou altamente prioritário o objetivo de valorização do homem brasileiro, mostrando que o primeiro caminho nesse sentido é a integração de todos ao esforço nacional. Deu prioridade ao campo, pois que "nele está a maioria de nós mesmos". É do campo que vem a alimentação e a parte mais valiosa de bens de exportação. Conferiu atenção também ao trabalhador urbano, apoiando iniciativas de grande valor para o assalariado, como o Plano Nacional de Habitação, o Fundo de Garantia, a Correção Monetária, a Previdência Social, ainda imperfeitos mas que se pretende aperfeiçoar.

Resultados do Plano

O Governo Médici se caracterizou pelo alto dinamismo da economia, nele resultando-se os maiores índices de prosperidade no País.

O ano de 1971, segundo as maiores autoridades financeiras, foi um ano de êxito, apresentando os seguintes resultados:

- A expansão global da nossa economia foi acima de 9% pelo 4º ano consecutivo
- O crescimento do PIB ultrapassou a soma das taxas de crescimento experimentado nos anos de 1962, 1963 e 1964.
- A inflação continuou sob controle, sem que o déficit governamental houvesse produzido qualquer efeito de expansão.
- O índice do custo de vida, (tomando-se a Guanabara por exemplo) aumentou de 18,1% em comparação com 20,9% em 1970.
- Pelo 3º ano consecutivo, o balanço de pagamentos apresentou superavit de US\$ 536 milhões, permitindo a elevação de reservas internacionais para US\$ 1744 milhões.
- Tanto as importações como as exportações de manufaturados cresceram de 33%.

O ano de 1972 havia de ser, nitidamente de expansão, atendendo as metas do governo para aquele ano:

- . Inflação: cerca de 3% abaixo do resultado de 1971.
- . Exportações: aumento da ordem de 15%
- . Crescimento do PIB: acima de 9% (pelo 5º ano consecutivo).
- . Destaque aos grandes projetos do governo: PIN, PROTERRA, PRODOESTE, PIS, PASEP, PROGRAMA SIDERURGIA, CONSTRUÇÃO NAVAL, PROGRAMA TECNOLOGIA, CENTRAIS DE ABASTECIMENTO, FUNDOS DE MODERNIZAÇÃO DO BNDE.

O balanço de 1973 registrou, em termos do quadriênio 69/73, os seguintes indicadores:

- . Aumento das exportações em 160%
- . Taxa média de crescimento do PIB de 10,6% (11,4% em 1973).
- . Redução do ritmo inflacionário, que se expressou por uma elevação de 13,7% em 1973 no índice de Preços ao Consumidor.
- . Aumento do emprego na indústria de transformação à taxa média de 4,7% ao ano.
- . A taxa de crescimento no setor manufatureiro, para 1973, alcançou 8,5%.
- . Expansão da produção industrial à taxa média de 12,8% ao ano (15% em 1973)
- . A expansão dos investimentos superou em 65,2% aos níveis de 1969, acima também das estimativas do seu crescimento que eram de 58%.

Cabe salientar a importância das novas mudanças na política industrial, notadamente, durante o III Governo da Revolução.

O crescimento industrial foi o principal componente das elevadas taxas de desenvolvimento do Brasil nos últimos anos.

Entretanto, a política industrial não se apresentava, no período, bem definida e orientada. É que certos fatos perturbaram os estímulos ao avanço industrial. Um deles foi que o Conselho de Desenvolvimento Industrial concedeu in

centivos indiscriminados para importação de máquinas e equipamentos, sem critérios capazes de bem dirigir ou impulsar esse crescimento da indústria. Outras contrapartidas indesejáveis nesse campo foram os desequilíbrios setoriais, acentuação de disparidades regionais, custos sociais elevados e maior concentração de renda.

I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) - para 1972/1974

De acordo com os Atos Complementares nºs 43 e 76 / de 1969 ficou estabelecido:

"Cada governo executará o último Plano Nacional de Desenvolvimento, aprovado anteriormente, com as / correções que julgar necessárias e preparará o / seu próprio plano, cuja duração se estenderá até / o primeiro ano do mandato presidencial seguinte".

Assim, ao ingressarmos no IV Governo da Revolução, Geisel dava continuidade ao I PND que constitui as alterações do Plano de Metas e Bases, dando ênfase ao modelo de mercado aberto, à integração nacional e à transformação da agricultura tradicional.

Objetivos Nacionais

Para transformar o Brasil numa sociedade desenvolvida, foi programada um série de realizações para o período de 1972/1974 atendendo aos objetivos nacionais de desenvolvimento e transformação social.

Um modelo brasileiro de desenvolvimento se imporá / com a criação de uma economia moderna, competitiva e dinâmica, trazendo a elevação dos níveis de bem estar de todas as classes sociais.

Os três grandes objetivos nacionais do desenvolvimento brasileiro são:

- . Construir uma sociedade desenvolvida no Brasil / no espaço de uma geração.
- . Duplicar, até 1980, a renda per capita do Brasil.
- . Elevar a economia em 1974, as dimensões resultantes de um crescimento anual do Produto Interno / Bruto entre 8 e 10%.

O Plano e Si

O ano de 1972 foi do expansão econômica. O País de

via prosseguir no ritmo acelerado e sustentável que a Revolu-
ção propiciara. Foram então programadas, para o período rea-
lizações que levariam o Brasil a:

- . passar de oitava posição para a de nono colocado na lista dos 10 países de maior nível global do Produto Interno Bruto (PIB), no mundo ocidental.
- . ultrapassar a barreira dos 500 dólares de renda/ per capita, em 1974.

O governo estruturou suas realizações empenhando-
se numa estratégia de desenvolvimento que abrangeria global-
mente todos os setores da vida nacional:

Estratégia Industrial - Ela tem em vista:

- . fortalecer o poder de competição da indústria na-
cional.
- . fortalecer a empresa privada nacional
- . acentuar o papel da indústria como instrumento /
de transformação tecnológica dos demais setores.

Executará programas para:

- . Expandir a Indústria Siderúrgica, Indústria de /
Bens de Capital, Construção, Minerais Não Metáli-
cos etc.
- . permitir o crescimento das Indústrias Tradiciona-
is.
- . desenvolver setores novos, ainda com possibilida-
des de substituir importações e com alta intensi-
dade tecnológica, como Indústria Química, de Me-
tais Não ferrosos, Eletrônica, Aeronáutica, Cons-
trução Naval.
- . acelerar as exportações de manufaturados e semi-
manufaturados.

Estratégia Agrícola - Tem em vista a conquista da capacidade
competitiva e o crescimento anual acima de 7% preocupando-se
em:

- . desenvolver, na área Centro-Sul, agricultura mo-
derna, de base empresarial, que alcance condi- /
ções de competitividade internacional em todos /
os principais produtos.
- . transformar a agricultura do Norte e Nordeste a-
través do PROTERRA.

- expandir a fronteira agrícola, para incorporar / os vales úmidos do Nordeste, as novas áreas na / Região Amazônica e no Planalto Central.
- modernizara as estruturas de comercialização e / distribuição de produtos agrícolas, através de programas de crédito aos produtores rurais, criação dos "Corredores de Exportação", instalação / do sistema nacional, de Centrais de Abastecimento, redes de Supermercados.

Estratégia de Desenvolvimento Regional - Consistirá, em sentido amplo, na política de integração nacional que cisa, particularmente desenvolver o Nordeste e ocupar a Amazônia, sem prejuízo do Centro-Sul.

Será possível o desenvolvimento do grande espaço econômico se for efetuada uma progressiva descentralização do mercado interno criando-se pólos regionais, de sentido integrado agrícola industrial, no Sul e no Nordeste; e de sentido agrícola-mineral, no Planalto Central e na Amazônia, que complementarão o grande pólo do núcleo São Paulo-Rio-Belo Horizonte.

Dois programas se situam na Política de Integração Nacional:

1 - O Programa de Integração Nacional (PIN) que / pretende realizar:

- a construção da Transamazônica,
- o programa de colonização na região
- o levantamento sistemático da topografia, cobertura vegetal, geologia e geo-morfologia, natureza e potencial dos solos, etc. da região, através do projeto RADAM.
- o aproveitamento dos vales úmidos e a elevação / de produtividade da faixa semi-árida do Nordeste

2 - O Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) que / pretende:

- dar apoio ao pequeno produtor, principalmente ao desprovido de terra e ao proprietário do minifundiô;

- implantar projetos agrícolas com sentido empresarial, para expandir a empresa agrícola no Nordeste e Norte.

Serão instrumentos de execução do PROTERRA, os bancos oficiais, tais como BND, BASA, BNDE, BANCO DO BRASIL e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Estratégia Econômica Externa

O Brasil para crescer mais rapidamente, além do esforço na área interna, precisa das oportunidades oferecidas/pelo intercâmbio internacional.

Ao mesmo tempo que o Brasil, procura tirar vantagem de sua dimensão continental expandindo-se dentro das próprias fronteiras, por outro lado, procura intensificar a cooperação comercial, financeira, técnica e cultural com países da América Latina.

O Plano apresenta uma estratégia econômica na área externa, exigindo para o período 1972/1974:

- Ampliação das importações, acima de 8% ao ano, / para atender as necessidades principalmente de / bens de capital e de matérias-primas industriais.
- expansão da receita total de exportações a taxa / superiores a 10% ao ano, com aumento de manufaturas a taxas anuais acima de 20%.

O aumento de eficiência do setor produtivo nacional vai depender do incentivo e conquistas de mercados externos.

Metas Estratégicas Setoriais

O I PND estabelece metas estratégicas, com prioridade, nos setores da Educação, de Saúde e Saneamento, da Agricultura, Abastecimento, Científico e Tecnológico.

O esforço concentrado nesses setores não deve impedir que se consolide a infra-estrutura econômica da Energia, Transportes e Comunicações e também o incremento, de maneira integrada da Indústria e Agricultura.

O governo também não descuidou do setor do Turismo, seja na área nacional seja na internacional. Está sendo implementada uma política setorial nesse sentido dedicando às regiões propícias as condições favoráveis:

Estratégia Tecnológica

um programa foi estabelecido, para o período 1972/1974, com a finalidade de desenvolver áreas tecnológicas prioritárias. Uma atenção especial será dada a novas tecnologias, como: Energia Nuclear, Pesquisa Espacial, Oceanografia.

Além disso o programa daria ênfase ao desenvolvimento de indústrias intensivas de tecnologia, a saber: Indústria Química, Indústria Eletrônica, Siderurgia, Indústria Aeronáutica. Sem, entretanto, descuidar da Tecnologia de infraestrutura - Energia Elétrica, Petróleo, Transportes, Comunicações.

Na execução da estratégia tecnológica também está previsto um Programa Intensivo de Pesquisa Agrícola que se preocupará com a agricultura de "cerrados", técnicas de irrigação e tecnologia de alimentos tropicais.

Também constam do programa a criação da grande empresa nacional e empresas multinacionais brasileiras para promover exportações em setores de tecnologia complexa.

Resultados do Plano

Apesar da situação mundial, em 1974, o Brasil enfrentou, às pressões de toda ordem que lhe advinham de fora, conquistando resultados econômicos representativos:

- Taxa de crescimento do PIS da ordem de 10%.
Essa expansão resultou de um crescimento agrícola entre 8,5 e 9%, industrial de cerca de 9,10 e 12% e dos transportes de 16%.
- A taxa de aumento do custo de vida (Guanabara) / manteve-se, de maio a dezembro, na média de 1,8% ao mês.
- A inflação da ordem de 34 a 35% foi em grande medida, resultante da elevação de preços externos.
- Os meios de pagamentos se expandiram na ordem de 40%, acima, pois da previsão do orçamento monetário (35%).
- Em razão do efeito monetário restritivo das operações do setor externo, a expansão do crédito, no período, ultrapassou amplamente a previsão do orçamento monetário: 74% para o Banco do Brasil/

- e 55% para o total do sistema bancário.
- . Na área de investimentos, o BNDE, em 1974, realizou financiamentos de cerca de Cr\$ 21,5 milhões, / com aumento de 136% em comparação com 1973.
 - . No setor industrial, o CDI concedeu incentivos a projetos até o 3º trimestre, correspondentes ao / investimento total de cerca de Cr\$ 18 bilhões, / quase 100% acima do ano anterior. Nas indústrias de bens de capital, o aumento foi quase de 300%.
 - . No final de 1974, o país mantinha bom nível de / reservas internacionais.
 - . A despeito do ano de 1974 não ser favorável para os nossos produtos básicos de exportação, exceto açúcar e soja, ainda foi possível expandir / as exportações em cerca de 25%, acima da meta do II PND.

O I PND significou uma etapa de transição para a / implantação, a partir de 1975, do II Plano.

Para tal evento, o governo, no ano de 1974, adotou a estratégia de, rapidamente, reajustar a realidade econômica brasileira à conjuntura mundial em relação, principalmente, à crise de energia.

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRODUTOS CITADOS NO VALOR TOTAL DE EXPORTAÇÃO

	CAFE	AÇUCAR	CACAU	MATE	FUMO	ALGODÃO	BORRACHA	PELES E COURO	T O T A L
1821-1830	18,4	30,1	0,5	não tem	2,5	20,6	0,1	13,6	85,8
1831-1840	43,8	24,0	0,6	0,5	1,9	10,8	0,3	7,9	89,8
1841-1850	41,4	26,7	1,0	0,9	1,8	7,5	0,4	8,5	88,2
1851-1860	48,8	21,2	1,0	1,6	2,6	6,2	2,3	7,2	90,9
1861-1870	45,5	12,3	0,9	1,2	3,0	18,3	3,1	6,0	90,3
1871-1880	56,6	11,8	1,2	1,5	3,4	9,5	5,5	5,6	95,1
1881-1890	61,5	9,9	1,6	1,2	2,7	4,2	8,0	3,2	92,3
1891-1900	64,5	6,0	1,5	1,3	2,2	2,7	15,0	2,4	95,6
1901-1910	51,3	1,2	2,8	2,9	2,4	2,1	28,2	4,3	95,2
1911-1920	53,0	3,0	3,6	3,0	2,6	2,0	12,1	6,2	85,5
1921-1930	69,6	1,4	3,2	2,7	2,1	2,4	2,6	4,6	88,6
1931-1940	50,0	0,5	4,1	1,7	1,5	14,3	1,1	1,4	77,5
1941	30,0	0,1	4,7	0,9	0,6	15,0	1,4	4,5	57,2
1942	23,2	0,6	2,9	1,0	0,7	8,6	2,0	5,3	47,3
1943	32,1	0,2	3,9	0,8	0,8	4,7	2,2	3,5	48,2
1944	36,2	1,1	2,9	0,8	1,5	6,2	3,4	2,8	54,9
1945	35,5	0,4	1,9	0,9	2,1	8,7	2,9	2,5	54,9

3 - EXPANSÃO ECONÔMICA-ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

O recente crescimento econômico do Brasil a taxas elevadas, foi alcançado graças ao fato de termos atingido níveis de utilização ótima de nossos fatores produtivos.

O país está empenhado a manter esse ritmo de crescimento e a prova dessa afirmação está sem dúvida, consubstanciada nos elencos projetivos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Verifica-se que a preocupação em planos projetados a médio/longo prazo já se tornou acontecimentos normais nos hábitos de planejadores da moderna economia e o Brasil conscientiza-se de sua importância no contexto da economia mundial. Pretende-se transformar o Brasil no período de uma geração em Nação Desenvolvida. O nosso modelo tende a criar uma economia moderna competitiva e dinâmica, aumentando a participação de nossa gente no trabalho produtivo e fecundo de molde a acelerar o crescimento das oportunidades em todas as camadas sociais do país, capazes de cobrir o vazio que ainda resta no mapa econômico do Brasil.

A modernização da estrutura econômica brasileira exigirá a mudança de concepção em todos os agentes econômicos, em todos os setores da conjuntura sócio-econômico, desde a empresa privada nacional até atingir o nível de governo, passando por outras camadas da estrutura sócio-econômica de nosso país, de dimensão continental.

É um modelo típico de mudanças, dinâmico porque universal, orientado para o mercado de livre competição, original, em sua base porque não copia modelos de outras nações, possui a sua própria filosofia, o seu próprio vir a ser.

No contexto do regime de mercado este modelo tende para a descentralização das decisões econômicas visando de modo efetivo, a aliança entre o governo e a iniciativa privada para que seja alcançado os objetivos dinâmicos do modelo brasileiro.

O fortalecimento da empresa nacional através de sua ativa participação nos setores vitais de economia brasileira, seja pelas medidas governamentais na área econômica

ou fiscal, o empresariado nacional necessita de se capacitar para enfrentar os novos desafios que envolvem o tumultuado e complexo mundo econômico, seja pela alteração estrutural alcançada pela base, de modo a preparar o ambiente endógeno em sua unidade produtiva para enfrentar as mudanças exógenas e incontroláveis do sistema de economia competitiva.

O incentivo à pequena e média empresa, embora tivesse surgido na década de cinquenta, de modo embrionário, tomou impulso a partir de 1963/64 com a implantação de programas específicos com apoio financeiro através do Banco do Brasil (EDI Empréstimo Para o Desenvolvimento Industrial) e do BNDE (com o FINAME-Programa de Financiamento a Pequena e Média Empresa). Ao apoio financeiro seguiu-se a assistência técnica. Dado que uma pequena empresa gire em torno de um universo individualista e pouco técnico, o desconhecimento / de operações elementares de custos e receitas não capacitam a uma proximidade com projeções de financiamentos sistemáticos.

De qualquer forma a necessidade de um apoio à pequena e média empresa que integrem na economia o seu importante papel, porquanto o desenvolvimento nacional em seus diversos níveis podem ser aferidos com certas proximidades com a verdadeira performance econômica, através do desempenho da empresa pequena e média, objetivada estatisticamente pelos indicadores de sua eficiência portanto, tomando como referência todos os aspectos fundamentais que envolvem a problemática global do crescimento de nossa economia, cabe destacar de modo claro que a modernização da empresa nacional, tanto pública quanto da empresa privada, quer quanto ao domínio de gerência científica quer quanto à tecnologia, estão relacionadas com sua capacidade de absorvê-las dentro das opções / que a inovação tecnológica e dos métodos de controle, gestão e tomada de decisão, capazes de vitalizarem nossas unidades econômicas frente às empresas multinacionais, altamente sofisticadas e fartamente auto-sustentadas na otimização dos fatores de produção geridas com base no que há de melhor no mundo da administração científica.

A fim de aferir o que já foi projetado num passado recente e o planejamento para um novo período capaz de nos

capacitar à fazer frente aos desafios da tecnologia e da ciência nos dias que correm, o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento lançado no governo Médici, teve entre outros méritos, o de traçar os planos de crescimento de nossa economia em expansão prevista em torno de 8% a 10% ao ano.

O Crescimento Real do PIB

Uma observação dos indicadores econômicos globais de economia brasileira, permite a projeção de que nosso país alcance segundo os dados abaixo citados no período de uma geração, ao nível de país desenvolvido. Seguem-se as demonstrações das magnitudes globais projetadas:

	P I B	1970	1980	Aumento no período
Cr\$ milhões 1973	-	270.400	668.100	%
US\$	-	41.800	100,400	- 147
PIB per capita				
em 1973	-	2.900	5.500	
US\$	-	448	850	- 90
POPULAÇÃO				
milhões de habitantes-		93,2	121,600	- 30
POPULAÇÃO				
Economicamente ativa -		29,5	39,7	- 35
Produto industrial				
Cr\$ milhões - 1973	-	64,900	190.100	- 193
Investimento bruto fixo				
Cr\$ milhões - 1973	-	46.000	145.600	- 217
Taxa de investimento				
bruto fixo - %	-	17	22	-
Consumo global				
Cr\$ milhões - 1973		225.800	526.800	133

Conforme do demonstrativo acima, a estratégia implantada para a aceleração do desenvolvimento nacional, importou em elevação progressiva de taxas de investimento bruto fixo. Observe-se que 1973 o crescimento correspondeu a 17% em 1970 e 19% em 1974. Concorreu para o efetivo crescimento, a aplicação decorrentes dos programas de integração / social (montante de Cr\$ 7 milhões, tendo sido previsto para

1974, um pouco superior a Cr\$ 6 milhões).

O programa de investimento indicado - 1972/74, compreende preço de 1973:

- Na área de educação, dispêndios de Cr\$ 34 milhões;
- Para execução do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico aplicação totais do Governo Federal de Cr\$ 1.960 milhões;
- Na agricultura - abastecimento, aplicação governamentais de Cr\$ 17 milhões;
- Em saúde - saneamento, dispêndios públicos de Cr\$ 17 milhões;
- No desenvolvimento industrial - Cr\$ 34.000 milhões.
 - (Siderurgia - cerca de Cr\$ 9.000 milhões
 - Química - cerca de Cr\$ 6.000 milhões
 - Mecânica e elétrica - cerca de Cr\$ 9.000 milhões
 - Forjados de aço - cerca de Cr\$ 190 milhões
 - Fundidos de ferro e aço - cerca de Cr\$ 500 milhões
 - Ferro-ligas - cerca de Cr\$ 150 milhões
 - Metais não-ferrosos - cerca de Cr\$ 700 milhões
 - Cimento - cerca de Cr\$ 1.120 milhões
 - Celulose e papel - cerca de Cr\$ 3.136 milhões
 - Bens de consumo não duráveis - cerca de Cr\$ 4.480 milhões
 - Mineração - cerca de Cr\$ 4.193 milhões
 - Energia - cerca de Cr\$ 27.300 milhões
 - Transporte - cerca de Cr\$ 22.512 milhões
 - Comunicações, investimentos públicos - cerca de Cr\$ 3.494 milhões
 - Habitação por intermédio do sistema Financeiro da Habitação - cerca de Cr\$ 19.600 milhões
 - Área de Integração Social (PIS e do PASEP) - Cr\$ 6.418 milhões.

Participação das Grandes Regiões Geo-Econômicas na Renda Nacional

	1939	1949	1959	1968
<u>CENTRO</u>				
Sudeste (S. Paulo)	63,3 (31,1)	65,7 (34,3)	63,2 (34,9)	62,9 (35,2)
<u>SUL</u>				
Sub Total	78,6	82,1	81,1	80,2

<u>NORDESTE</u>	16,7	14,4	14,4	14,4
Centro Oeste	2,1	1,8	2,4	3,3
<u>NORTE</u>	2,6	1,8	2,0	2,1
Sub Total	4,7	3,6	4,4	5,4

FONTE: Contas Nacionais F G V

A performance econômica do país verifica-se de forma uniforme ao longo do tempo conforme ilustra o quadro acima. O centro aumentou sua participação na renda nacional de 1939 a 1949, com diminuição na participação do Nordeste, Centro-Oeste e o Norte, sendo que o Nordeste não recuperou sua performance inicial. São Paulo é o Estado de maior participação de renda do total do país.

Conforme já foi citado neste trabalho, o setor industrial foi o que maior participação percentual alcançou no processo de crescimento econômico do Brasil. Por outro lado o setor industrial demonstrou o mais alto grau de concentração geográfica especialmente no Estado de São Paulo.

O setor agrícola tem uma participação no total da renda do país na ordem de 23%. A concentração agrícola se fez notar na Região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná) de modo significativo. (Quadro: Anexo -)

Os índices reais e variações anuais (%) do produto interno bruto, fazendo comparações entre o Brasil e o Nordeste, em relação ao setor secundário, partindo-se do ano de 1960, com índice de 100 para o Brasil e para o Nordeste, verifica-se que até 1964 os índices do Brasil foram superiores aos do Nordeste, tendo no ano citado, atingindo os seguintes valores: Brasil 125,7 e Nordeste 122,2 daí em diante, os índices do Nordeste passavam a ser maiores do que os do Brasil, sem interrupção, atingindo em 1972 os valores: Brasil 247,7 e Nordeste 261,5. Comparativamente, o Nordeste apresenta índice de crescimento superiores aos do Brasil, no setor secundário.

Quanto ao setor Terciário, nota-se que em 1961 e 1962 os índices do Brasil foram superiores aos do Nordeste, enquanto que de 1963 a 1969, os do Nordeste foram mais elevados que os do Brasil. De 1970 a 1972, os do Brasil voltaram a ser superiores as do Nordeste. Nesse último ano, atin

giram os seguintes valores: Brasil 243,5 e Nordeste 232,4.

O PIB total é expresso por uma média ponderada dos indicadores dos três setores já mencionados, aponta em 1972, um índice para o Brasil de 220,1, enquanto o Nordeste atinge 210,5.

Num período de 13 anos, a taxa média de crescimento do Nordeste foi de 6,36% ao ano. Assim, o Nordeste ainda subdesenvolvido e sofrendo uma seca incrementalmente em 1970, conseguiu uma das taxas mais elevadas do mundo. Dados estatísticos das Nações Unidas de 63 países, relativos ao período de 1960/68, demonstrou que a taxa do Nordeste é superior a cerca de 78% dos mesmos, tais como França, Peru, EEUU, Índia, Argentina, Itália, Venezuela, Alemanha Ocidental, Nigéria, Bélgica, Canadá, Dinamarca e etc.

Devido a composição etária nos países desenvolvidos (EEUU, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Japão) cada pessoa que trabalha deve sustentar 1,4 pessoas. No Brasil/esta relação sobe para 3,15 e no Nordeste para 4,14. Assim, o esforço para o desenvolvimento no Nordeste tem de ser evidentemente muito maior do que o do Brasil e muito mais ainda do que nos países desenvolvidos. A renda "per capita" do Nordeste elevou-se em cerca de 200 por cento no decurso de 13 anos. Dos 80 dólares anuais em 1960 cresceu para 240 em 1972 devendo dobrar no atual decênio devendo atingir a casa dos 400 dólares em 1980.

Tecnologia e Desenvolvimento Industrial

O desenvolvimento de nossas tecnologias-energia nuclear, pesquisa espacial aplicadas ao desenvolvimento - além do desenvolvimento de nossas indústrias intensivas de tecnologia - eletrônica, química, aeronáutica - e a capacidade de fortalecimento intensivo de absorção e criação de tecnologia pela empresa, pública e privada para engajar o setor produtivo no processo; a consolidação da infra-estrutura de pesquisa científica e tecnológica, principalmente na área governamental para aparelha-la a funcionar segundo processos modernos de gestão empresarial, fortalecida financeira e institucionalmente, além de integração entre indústria, pesquisa e

universidade por programas realistas e objetivos.

O "Plano Básico do Desenvolvimento Científico e Tecnológico" tem dispêndios Federais no biênio de ordem de Cr\$ 4,3 bilhões (a preços de 1973) ou seja Cr\$ 2,15 bilhões por ano. Nos cinco anos passados o Governo Federal aplicava no setor Cr\$ 100 milhões por ano. O I Plano Nacional de Desenvolvimento em 1971 previa para o Plano Básico do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, recursos anuais em torno de Cr\$ 670 milhões (a preços de 1973).

Os recursos destinados à infra-estrutura-energia, transportes e comunicações - com Cr\$ 420 milhões no biênio e das indústrias de transformação (Indústrias Básicas), com Cr\$ 1.200 milhões.

O Governo tenciona criar um centro de tecnologia, tanto em suas empresas como na área privada capaz de criar uma posição relevante no campo de competição industrial moderna. Isto permite base permanente e sólida ao impulso que já agora permite ao país exportar hoje, computadores eletrônicos de grande porte, navios, locomotivas super-granelheiros de 400.000 toneladas, aviões, carros especiais, engenharias em área de infra-estrutura.

O outro lado do processo, se refere a transferência de tecnologia, do exterior, que desempenha papel fundamental/na industrialização brasileira nas últimas décadas no qual de verá ainda manter, e até mesmo acentuar uma influência na modernização tecnológica e no progresso econômico do país no futuro próximo.

A conjugação dos dois aspectos: a necessidade de corrigir distorções sérias atuantes no processo de industrialização e a transferência de tecnologia que surgiu com o desafio para o futuro pela formulação de políticas industriais e de desenvolvimento científico e tecnológico vinculado a importação de tecnologia do exterior, surge como uma possibilidade de utilização do potencial tanto através de acordo entre empresas, como a difusão de conhecimentos técnicos não protegidos por patentes e marcas.

O quadro abaixo oferece um elenco de ramos de indústria que fixa a distribuição dos pagamentos através de remes-

sas centrais para o exterior, referentes à remuneração de / Know How, no ano de 1969, de acordo com a classificação de ramos de industria por ordem decrescente de importância em cada ramo: os dados cruzeiros correntes de 1969 e em dólares convertidos à taxa média de Cr\$ 4,00 por dólares (presentemente a Cr\$ 7,90 por dólares).

RAMOS DE INDUSTRIAS CLASSIFICACÃO IPEA	PAGAMENTOS POR TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA		
	CR\$1.000,00	US\$1.000,00	%
Veiculos.....	99,041	24,760	46,3
Auto Peças p.ind.automov.	16,605	4,151	7,80
Siderurgia e Prod Side...	8,746	2,186	4,1
Produtos Alimentares.....	8,726	2,181	4,1
Produtos Farmac e Medic..	8,715	2,178	4,1
Eletro e Eletro-Doméstico	7,450	1,862	3,5
Borracha.....	7,101	1,775	3,3
Têxtil.....	5,999	1,500	2,8
Material Elétrico em Geral	5,385	1,346	2,5
Cimento e Artigos Cimento	4,801	1,200	2,2
Vidros.....	4,745	1,186	2,2
Prod Morgênicos,incl.Fert	4,440	1,110	2,1
Papel e Papelão.....	2,986	747	1,4
Metalurgia de aço-ferroso	2,932	733	1,4
Autopeças elétrica p/in - dustría automob.....	2,558	640	1,2
Mat Primas Petroquimicas/ e outras orgânicas.....	2,550	637	1,2
Prod Mecan em geral.....	2,006	502	0,9
TOTAL (incluindo outros / setores não especificados)	214,080	53,520	100,0

FONTE: DADOS I P E A

Esclarece o quadro acima que a industria automobilstica serve um percentual superior aos itens citados e mais da metade do total, com 55,3% isto é, 46,3% em veiculos mais 7,8% em autopeças + 1,2% em autopeças elétricas e todos

os demais ramos passam a posição inferior.

No quadro não notamos itens de importância capital para o desenvolvimento de uma indústria, do ponto de vista da modernização tecnológica de todo parque industrial: fabricação de máquinas-ferramentas e de outras fabricações de máquinas e equipamentos para a indústria em geral. Estes últimos itens não atingem mais de 1,6% do total dos egressos / por transferência da tecnologia, sendo completamente insignificante aqueles relativos à indústria de máquina-ferramenta / (70 mil cruzeiros ou 17.500 dólares - a preços de 1973).

Para que possamos entender o progresso de transferência Know How tecnológico do exterior, a origem da tecnológico do exterior, a origem da tecnologia, por setores da indústria, em 1969 considerando-se pagamentos, são as seguintes:

- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - Fumo (100%), transformadores / (99,8%), editorial e gráfica / (98,1%), motores elétricos (97,9%) material ferroviário (96,7%), couros e peles (96,7%) e equipamentos para movimentação interna / (90,1%).
- ALEMANHA - Máquinas-ferramentas (85,6%), veículos (83,3%), autopeças elétricas para indústrias automobilísticas (76,8%).
- FRANÇA - Textil (70,3%), produtos de perfumaria e similar (52,0%).
- ITÁLIA - Borracha (96,5%).
- SUIÇA - Mobiliário (58,9%).
- JAPÃO - Máquinas têxteis e Componentes (79,8%), Metalurgia dos não ferrosos (61,5%).

Outros países da Europa Ocidental - material de comunicações (63,9%). A origem da tecnologia importada nos ramos da indústria, podem ser citadas:

Siderurgia - EEUU; 37,5%, Japão 21,5% , /
 França 14,1%, Alemanha 13,1%:
 Máquinas-Ferramentas: Alemanha 85,6%, EEUU
 7,4%; França 7,0%.
 Máquinas Textéis: Japão 79,8%, EEUU 8,7% ,
 Alemanha 7,0% e Itália 3,7%.
 Veículos: Alemanha 83,3%, EEUU 14,4%, Itá-
 lia 1,7%, França 0,6%.
 Papel e papelão: EEUU 82,5%, Europa Oci-
 dental 10,4%, Itália 2,1%.
 Matérias-Primas Petroquímicas: Inglater-
 ra 35,8%, EEUU 34,7%.
 Produtos Alimentares: Suíça 52,9% , EEUU
 39,6%.

Claro se torna que há necessidade de criar um orga-
 nismo técnico capaz de informar ao empresariado nacional pa-
 ra as possibilidades de uma proximidade nas qualificações /
 das negociações e importações de tecnologia, indispensáveis/
 ao seu fortalecimento.

Não podendo ser esquecido que ao lado dessas neces-
 sidades, tanto as universidades brasileiras caberia um rele-
 vante papel na identificação dos problemas necessários à rea-
 lizações de negócios no mercado internacional, além de ou-
 tras fontes de estudo de diferentes partes e origens interes-
 sadas.

Comercialização:

A evolução mercadológica brasileira deve ser com-
 preendida como um processo dentre os processos de desenvolvi-
 mento econômico global do país. Torna-se claro que todas as
 atividades econômicas tem como finalidade o lucro, obtido a-
 través de vendas. Porém, uma série de interesses envolvem
 a comercialização no seu complexo fluxo operacional. As re-
 lações indústria/consumidor, no começo do processo, não se
 mostrava perfeitamente definidas. As deficiências da indús-
 tria de transformação e a falta de opções para compra no va-
 rejo, mantinha relação pertinentes, no plano específico. O
 consumidor comprava porque precisava, unicamente e estrita -

mente o necessário. As comunicações deficientes não permitiam uma integração do homem brasileiro no seu aspecto autenticamente nacional. Regionalizava-o e estandardizado não atendia as perspectivas de opções mercadológicas e estava apegado às formas ainda insignificantes de nossas indústrias em fase de transformação.

Porém, após a 2a Guerra as coisas mudaram e o consumidor passa a exigir mais, malgrado seu baixo poder aquisitivo, porém progredia de forma gradativa a níveis compatíveis. A partir de 1964, o processo galgou tamanha velocidade, que modificou as estruturas da própria indústria nacional. Perfeitamente entrosado com a moderna comercialização, parte da indústria moderna brasileira volta-se, em primeiro plano, para a figura do consumidor (Servo-Sistema Comercial) sua exigência, hábitos, gostos, tendências e diversas formas de informá-los da existência de produtos novos ou tradicionais (Propaganda e Promoção de Vendas). São utilizadas. Dentre eles, destaca-se: comunicação e tele-comunicação. Nesta fase, da comunicação radiofônica, o brasileiro típico, de Norte a Sul, começou a observar expressões idiomáticas de outras regiões. A gíria carioca era empregado no Nordeste, com o sotaque nordestino e os ditos do Sertanejo vinham para o grande centro, que eram usados com o tempêro local. Criou-se o tipo nacional, graças às suas trocas de informação, imagem e som. A integração nacional, é sentida pela indústria e o comércio, o melhor e o menor caminho entre elas é a estrada.

O brasileiro cria o hábito de viajar e a indústria automobilística aumenta sua produção. Cria-se a indústria da prensa. É um novo produto com crescente consumo.

É claro que a primeira fase brasileira de informação encontram o consumidor do produto nacional desprevenido/ e numa primeira tentativa, procurou captá-lo à promoção comercial. A fase primária de comercialização passou. Vivemos novas áreas. O sutilégio da propaganda não comove a primeira vista o consumidor. Inicia-se uma nova etapa no processo de comercialização. A proporção que o país ingressa na era tecnológica e fundamente seu desenvolvimento amparado pe

la evolução das inovações tendo na administração, quanto na industrialização, a área das oportunidades no mercado de trabalho cria a imagem do cientista, do técnico elevado status social de mão-de-obra eminentemente especializada, colocando condignamente a inteligência à serviço do desenvolvimento nacional e o poder aquisitivo de uma faixa do setor trabalho / se eleva, criando novas exigências em técnica de Marketing e o controle de qualidade é um setor dos mais importantes na indústria, criando uma nova tendência no mercado consumidor que acompanha o processo sofisticado elaborado pela nova técnica de produzir e vender.

Redução do Ritmo Inflacionário

" O país pretende continuar crescendo à taxa de / 10% aa. Esta é uma decisão inabalável do governo do Presidente Ernesto Geisel".

Com base nessa filosofia elaborada pelos Srs Ministros Mário Henrique Simonsen e João Paulo dos Reis Veloso , fazem as seguintes recomendações que tomamos como base do item indicado na primeira folha desse trabalho:

- 1 - O Brasil pretende continuar crescendo a 10% a.a.
- 2 - Controle de inflação, dentro do tratamento gradualista , consistente com a meta de crescimento.
- 3 - No combate à inflação está o governo atento à contribuição que, cada ano, pode resultar do lado da oferta, pelo aumento do setor agrícola, principalmente, tendo em vista que, anos recentes foi neste setor que se acumularam maiores tensões inflacionárias.
- 4 - Nos primeiros meses de 1974, os preços veem subindo aceleradamente. Entre dezembro de 1973 e março de 1974 os índices de preços por atacado e o custo de vida na Guanabara publicados pela Fundação Getúlio Vargas subiram, respectivamente 9,8% e 9,1%.
- 5 - A fixação de reajustes do salário mínimo e dos reajustes de salários em negociações coletivas, está em vigor a fórmula de política salarial.

Recomenda-se que essa fórmula seja mantida sem / quaisquer alteração, tendo em vista que:

- a) - a existência de um critério objetivo de reajustar torna pacífica, automaticamente, as negociações coletivas sobre salários;
- b) - a fórmula é perfeitamente compatível com a metodologia do combate gradual a inflação;
- c) - a fórmula procura melhorar o poder aquisitivo dos assalariados na proporção do aumento de produtividade;
- d) - na versão em vigor, desde 1968, as eventuais subestimativas quanto a taxa inflacionária na vigência do último reajustamento são automaticamente compensados na fórmula para a aplicação dos critérios em vigor, sugere-se que o resíduo inflacionário anual, para o período a partir de agosto de 1974, seja estimado em 15% e o coeficiente de aumento de produtividade/ em 4%.

6 - No tocante à política monetária, sugerem-se duas medidas básicas:

- a) - a limitação da expansão dos meios de pagamentos entre dezembro de 1973, dezembro / de 1974, em 35%;
- b) - Adoção de providências administrativas / que favoreçam o fiel cumprimento dos orçamentos monetários.

Os estudos técnicos realizados mostram que a taxa de 35% é a que melhor se compatibiliza com o objetivo de conter as pressões inflacionárias do lado da procura, sem prejudicar a expansão do produto real pela compressão de liquidez. Para que a expansão de meios de pagamentos não ultrapasse esse teto, é essencial que o Orçamento Monetário se transforme de indicativo normativo.

Para tanto, todas as operações ativas do Banco do

Brasil deverão sujeitar-se aos valores fixados no Orçamento/Monetário, proibindo-se qualquer operação extra-limite inclusive no que tange ao crédito agrícola.

Por outro lado, um sistema rápido de informações e agilidade das operações de "open market" procurarão corrigir os eventuais desvios entre as operações previstas e as realizadas por parte dos Bancos Comerciais. Tendo em vista que a previsão do comportamento das contas monetárias é bem mais difícil do que a de contas fiscais, é possível que durante o ano de 1974 surjam alguns fatores que recomendam a revisão do orçamento monetário. O que se sugere, nesse caso, é que cada revisão fique sujeita à aprovação formal pelo Conselho Monetário Nacional, e que se procurem compensar as variações ativas e passivas do orçamento de modo a não ultrapassar o teto de 35% na expansão dos meios de pagamentos".

Portanto pelo lado das autoridades monetárias os planos para combater a inflação foram devidamente articuladas e postas em práticas no escalão executivo.

Os efeitos dessas medidas se fazem no decorrer da ação entre o comportamento da economia e as medidas fiscais/ e monetárias capazes de corrigir distorções ou aprofundá-las.

A instabilidade de nossa moeda que acompanha as variações dos índices inflacionários, além de ser um fenômeno que vem de longos anos passados, agora ganha uma nova dimensão penetráveis através da importação da inflação que abala a economia internacional, particularmente grave nos países desenvolvidos, dado que esse fenômeno é novo e inacreditável para economias aparentemente imunes aos males ditos de países tipicamente subdesenvolvidos.

No Brasil, órgãos que possuem know how no estudo sobre o problema de tamanha magnitude, como a Fundação Getúlio Vargas, identificam por exemplo, as fontes de pressões sobre o índice de preços ao consumidor, destacou item "habitação" como o de maior intensidade responsável por uma contribuição de 2,8%.

Observa o órgão técnico citado que "comparativamente ao primeiro quadriênio de 1974, fortemente marcado pela inflação de custos via importação e transformação de par-

cela de inflação reprimida em inflação aberta, o resultado desse quadrimestre, embora traduzam forte alta de preços, / denotam, por outro lado, sensível queda de ritmo inflacionário. Com efeito, a evolução do índice geral dos preços / no conceito de oferta global foi de 16,2% e no disponibilidade interna, 16,1% durante o período de janeiro a abril / de 1974 (vide os quadros anexos).

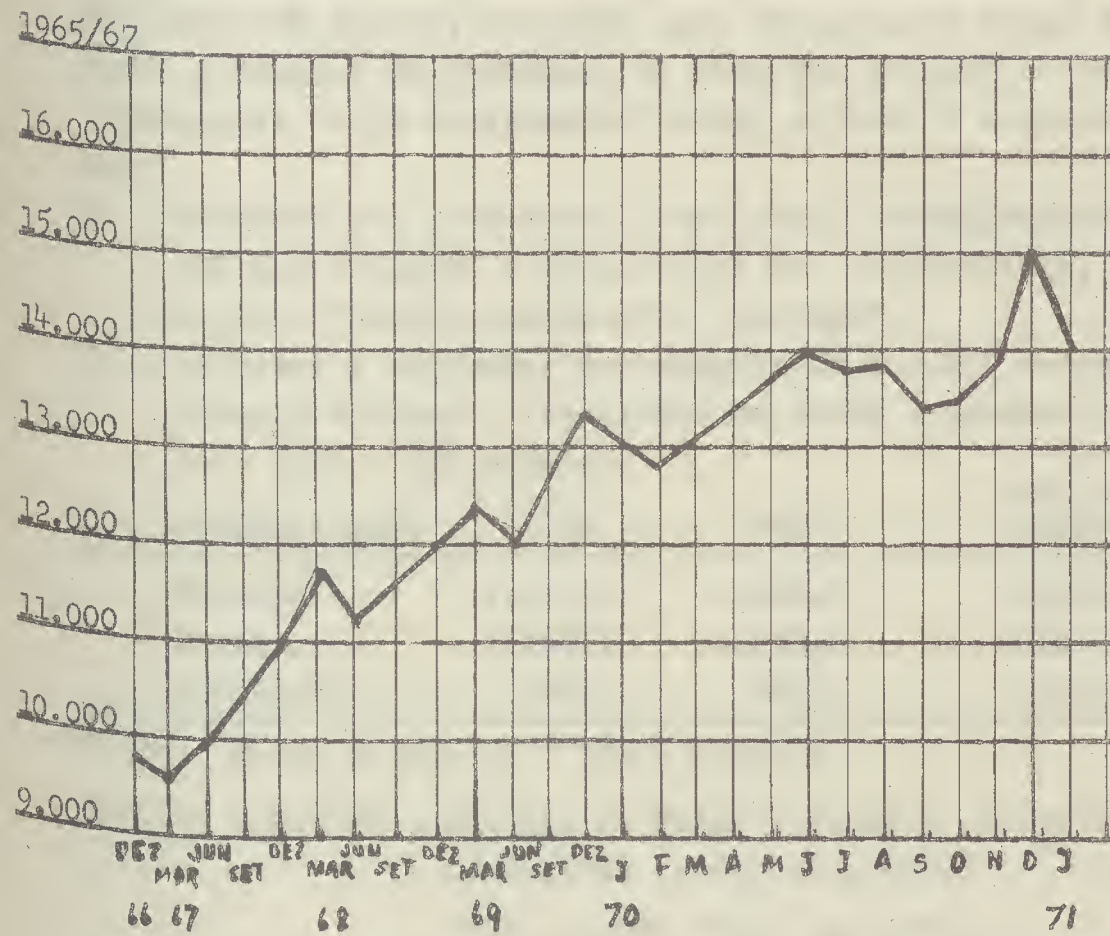
Moeda e Crédito

Antes da introdução de open market afóra o controle direto sobre as operações do Banco do Brasil, as autoridades monetárias contaram com a política dos depósitos compulsórios e dos redescontos para a dosagem dos meios de pagamentos. Tanto o mecanismo do compulsório quanto / dos redescontos revelam-se pouco flexíveis como instrumento de política monetária, reduzido a eficiência das decisões tomadas pelas autoridades.

Os encaixes compulsórios, pela sua natureza, / constituem instrumento de ajustamento estrutural. Contudo, era utilizado frequentemente dado a inexistência de uma / técnica que causasse menores desequilíbrios sobre as operações do sistema bancário. O redesconto efetuado através das variações de taxas cobradas pelo Banco Central tornou-se / impossível nas condições habituais do mercado bancário. Na redução do nível de encaixes bancários, o redesconto revela-se ineficiente. Observa-se em outros países onde open / market funciona, os encaixes compulsórios e os redescontos representam mecanismo complementar de controle monetário.

O mercado aberto representa o mecanismo complementar de controle monetário. Para as autoridades monetárias no sentido de equilibrar e dosar a liquidez do sistema econômico, além de um instrumento de política monetário importante para o controle de redução da inflação.

MEIOS DE PAGAMENTOS - TERMOS REAIS



Deve ser observada que a progressão financeira / no período indicado (até janeiro de 1971) estabeleceu um limite de Cr\$ 23.097,7 milhões para despesas de caixa do Tesouro efetuadas de liberação de recursos através de cotas / trimestrais, cuja programação estava sujeita à seguinte divisão:

- I - despesas com progressão antecipada, correspondente à 80% das dotações constantes da Lei Orçamentária, referente a "outros custeios" e "capital".
- II - despesas a programar correspondente aos 20% restantes.
- Tesouro Nacional - resultado de caixa - janeiro/fevereiro - 1971 - Cr\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	RESULTADOS ACUMULADOS
Receita	2.973,6	1.982,0	4.055,6
Despesa	1.268,3	1.652,0	2.924,3
Superavit	805,3	326,0	1.131,3

Fonte: Banco do Brasil - Banco Central

TESOURO NACIONAL - Receita da União - Valores correntes e constantes (preço Jan 70/71)

(VEJA QUADRO FOLHA SEGUINTE)

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS IMPOSTOS NO TOTAL DA RECEITA

PERIODO	DIRETOS	INDIRETOS
1966	31,8	63,5
1967	22,7	66,2
1968	21,1	74,8
1969	25,8	71,5
1970	24,1	66,1
1971	-	-
JANEIRO	19,0	42,4
FEVEREIRO	25,2	55,3

Fonte: Banco Central - Banco do Brasil

	VALORES CORRENTES		VALORES CONSTANTES		PARTIC S/O TOTAL		VARIÇÃO PERCENTUAL 70/71	
	1970	1971	1970	1971	1970	1971	CORRENTES	CONSTANTES
RECEITAS	2.449,7	4.055,6	2.415,9	3.337,9	100,0	100,0	65,5	38,2
1. IMPOSTOS	2.435,6	3.266,4	2.402,0	2.687,0	99,4	80,5	34,1	11,9
PROD IN- DÚSTRIA.	1.144,3	1.486,8	1.128,5	1.221,7	46,7	36,6	29,9	8,3
RENDAS..	682,7	1.022,9	673,3	841,1	27,9	25,2	49,8	24,9
IMPORTA- ÇÃO.....	166,8	223,0	164,5	183,6	6,8	5,5	33,7	11,6
ENERGIA. ELÉTRICA	54,3	79,2	53,6	66,8	2,2	2,0	46,0	24,6
MINERAIS UNICO S/ COMBUSTI VEIS E LUBRIF..	380,5	442,3	375,2	363,8	15,5	10,9	16,2	3,0
2. OUTRAS / RECEITAS	14,1	189,2	13,9	650,9	0,6	19,5	5.497,2	4.682,7

O Banco do Brasil e a sua importância no aperfeiçoamento e / ampliação dos instrumentos financeiros no país.

Atividades no País: dos ativos do Banco do Brasil, 95% são / representadas por Cr\$ 44,3 bilhões de EMPRÉSTIMOS e Cr\$ 31,0 bilhões sob a forma de Outros Créditos, além de parcelas menores destinadas a títulos mobiliários e imobilizações.

O crédito à produção tiveram a primazia no acréscimo (Dez/73 a conta empréstimo apresentou acréscimo real de 20,5% sobre 1972) do item em Cr\$ 9,4 bilhões.

O Banco do Brasil, em 1972, colocou-se como o 37º estabelecimento bancário do mundo, tendo alcançado em 1973 recursos equivalentes a US\$ 16,6 bilhões, correspondendo a 45,6% em relação a 1972. Seu lucro líquido alcançou Cr\$ 1,2 bilhões, representando acréscimo de 44,5% (relativos a 1972).

Equivale dizer que se fossem distribuídas as aplicações do Banco do Brasil entre a população adulta do país, a cota individual seria de Cr\$ 1.600,00.

Por outro lado, a contribuição do Banco do Brasil no setor agrícola é de capital importância. Essa instituição oficial aplicou recursos no montante (1973) de vinte e três bilhões de dólares na agro-pecuária, fazendo emergir o Banco do Brasil como o maior Banco rural do mundo.

No sistema bancário nacional a função do Banco do Brasil é de fundamental importância: abre agências em pontos distantes do território nacional que não oferece perspectivas de lucros a curto prazo, nos programas de expansão da rede bancária privada.

Atividades no Exterior: os negócios da rede de agências no exterior evoluíram nos últimos 5 anos de 50 milhões de dólares para US\$ 3,7 bilhões. A principal fonte de recurso continua sendo o setor externo (77% do total).

AGENCIAS NO EXTERIOR

Depósitos das principais agências - em US\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	1973	PARTICIPAÇÃO %	VARIAÇÃO S/1972 %
Londres.....	864	24,6	14,3
Paris.....	862	24,5	54,5
Nova Iorque...	657	18,7	163,9
Hamburgo.....	652	18,6	182,2
São Francisco.	176	5,0	-
Buenos Aires...	105	3,0	52,2

Uma das formas de alcançar uma oportunidade de ingressar efetivamente na comunidade financeira internacional/era a presença do Banco do Brasil para canalizar recursos em moedas fortes para o custeio de projetos no interesse do desenvolvimento brasileiro, ativando o intercâmbio comercial e contribuindo de forma intensiva para o processo do fortalecimento das reservas cambiais.

Um dos principais entrepostos do mercado comum Europeu, Hamburgo, foi uma excelente opção norteada pelo interesse em instalar-se os dez maiores clientes do Brasil. Estrategicamente Hamburgo deverá merecer atenção mais acentuada pelas autoridades do Banco do Brasil, dado que essa cidade alemã poderia constituir-se foco de irradiação de mercadorias para o resto da Europa e a COBEC poderia ser o instrumento tático dessa estratégia. Por outro lado, com vistas ao comportamento natural da empresa privada no setor, alinham-se os negócios de câmbio na prestação de reciprocidade/ a banqueiros e no encaminhamento de transações de vulto; a mobilização de recursos destinados as suas próprias operações ou repasse às agências no País, além de criação de facilidades para aplicações financeiras no mercado internacional. O volume de aplicações das agências do exterior, confrontando-se a posição final de 1973 (US\$ 3,4 bilhões) com a de 1972 (US\$ 1,8 bilhões), indica um incremento de quase 90%. O setor externo é, o maior beneficiário das aplicações concentrando-se tais créditos em sua quase totalidade - 95% - nas agências em Paris, Londres, Hamburgo e Nova Iorque.

Participações Externas:

O Banco do Brasil participa de diversas instituições e organismos internacionais:

- Eurobras - empresa multinacional, realizou operações em / US\$ de 430 milhões dos quais fez ingressar no Brasil por repasse US\$ 309 milhões a 132 empresas brasileiras.
- Marchant Bank - o Brazilian Americ Merchant Bank, empresa/ subsidiária do Banco do Brasil, com capital de

500 mil dólares, apoia as transações financeiras da rede de agências do Banco no exterior e atua na indústria de turismo em todo mundo, visando ampliar, promover e estruturar corrente turística para o Brasil.

- Banque Arabe - esta participação deu ao Banco do Brasil, importante ponto de apoio para mais fácil acesso / ao vigoroso mercado árabe de capitais.

Mercado de Capitais:

Funções: o objetivo do mercado de capitais é transferir recursos de médio e longo prazo das medidas econômicas/ que poupam, geralmente superavitárias - as Famílias - para os que investem - particularmente deficitárias, empresas públicas e privadas. Processa-se de forma indireta o financiamento do investimento através de intermediação das instituições/ financeiras entre os que poupam e investem e de modo direto, nas bolsas de valores, facilitando de sobre modo a ligação entre poupadores e investidores e o produto final-recursos financeiros são repassados aos fornecedores e tomadores finais através do mecanismo de transferências institucionais.

Essa intermediação financeira possibilita a redistribuição de fundos capitados de pequenos poupadores individuais, cria condições de satisfazer mais adequadamente aos interesses de tomadores em prazo e custo.

O mercado direto entre fornecedores e tomadores de fundos de financiamento tem na bolsa de valores, através dos corretores e distribuidores de valores, atuam no sentido de dar maiores liquidez na negociabilidade às ações, permitindo/ a liquidez do sistema e disponibilidade a sua normalização.

O mercado de capitais é de importância primordial nas economias que funcionam num sistema de livre empresa. Em todos os países desenvolvidos, a atenção oficial se volta ao aperfeiçoamento dos fluxos envolventes da formação e utilização das poupanças eliminando as incorreções tendentes a empresa o mercado de capitais de modo a maximizar a utilização de recursos capitalizáveis ao potencial econômico do país. Assistimos presentemente ao rompimento do equilíbrio entre a oferta e a procura de recursos, particularmente aos países de

envolvidos, e o custo inflacionário surgem como um sinal evidente de que essa mal não é uma particularidade das economias sub-desenvolvidas.

O aumento da taxa de poupança e o uso adequado desses recursos capacitam às economias em desenvolvimento a manter tanto o equilíbrio interno quanto o externo de suas economias, facilitadas, pela existência de um mercado de capitais abertos e livres, para tornarem-se um instrumento de eficiência para programas de desenvolvimento desses países, particularmente para o nosso país, que cresce anualmente a taxa de 8% a 10%.

A importância do mercado de capitais assoma destaque acentuado em nosso país dado que ainda destacamos em nossa economia resultados, embora relevante, de baixa renda "per capita" onde o consumo demonstra tendência a crescer em ritmo mais rápido do que a renda. A imperfeição do mercado de capitais atrasam o impulso dado ao crescimento das empresas públicas e privadas, seja através da incapacidade de suprir fundos à economia de escala sempre exigente de programa de Expansão/ pela otimização dos fatores de produção e de outro lado, incapazes de atendimento à estrutura de prazo que as necessidades de investimento exigem. Logicamente as empresas privadas agarram-se aos apelos das autoridades para que lancem mão dos mecanismos oficiais inteiramente superados em uma economia moderna, causadoras do desequilíbrio do mercado monetário e consequentemente frustradores dos programas de contenção da inflação.

Sendo o capital escasso, em uma economia de desenvolvimento, torna-se claro que ação oficial deve-se voltar para liberar instrumentos legais de correção das distorções havidas e ainda causadoras do desequilíbrio no Sistema Financeiro Nacional, no sentido de assegurar base mais equitativas para o Mercado de Capitais de modo que, todo o Sistema se beneficie por igual e não de modo unilateral, conforme verifica-se no momento entre as opções de investimento entre títulos de renda fixa e títulos de renda variável.

E nos últimos anos, particularmente a partir de 1971, tem sido acentuado um "gap", um desequilíbrio entre os

diversos setores do mercado de capitais observa-se nesse período uma sucessão de descompasso ora num ora em outro setor do mercado. Do lado do mercado de rendas fixas - caderneta/ de poupança, letras de câmbio, e outros, houve uma consolidação e uma expansão acentuada.

Para se ter uma idéia desse crescimento acentuado, no final de setembro/73 os aceites cambiais das financeiras ultrapassara a cifra de Cr\$ 31 bilhões, registrado acréscimo de 56,9% em relação a dezembro/72, bastante superior aos / 44,9% obtidos em igual período do ano anterior. Os aceites cambiais das financeiras representam em 1973, 38,1% dos meios de pagamentos do país, que no final de setembro de 1973 totalizavam Cr\$ 81,423 milhões (Boletim do Banco Central setembro/73). Se levarmos em conta, comparativamente relacionado, ao meio circulante brasileiro, que medido pelo nível/ de moedas em poder do público, totalizava, naquele mês, Cr\$13.623 milhões, valendo dizer, que os Aceites Cambiais / das Sociedades Financeiras, equivaleram a mais do que o dobro daquele indicador. Os índices apontam São Paulo como de maior crescimento dos aceites cambiais, em 80% seguida do Rio com 51,9%, Belo Horizonte, 44,0%.

O Mercado Bursátil:

Verificada, após a memorável alta das bolsas do país, o descompasso no sistema de Mercado de Capitais, a atenção oficial voltou-se para à Bolsas de Valores. Logicamente sem entrar no mérito da questão apontando causas do desequilíbrio após 1971, o maior beneficiário dos desajustes nas bolsas, foram as instituições financeiras que manipulavam títulos mobiliários de renda fixa.

Não se trata de opções no Mercado de Capitais, trata-se de uma política financeira estruturada e deficiente do ponto de vista da melhor alocação dos recursos capitados as unidades familiares, orientadas às unidades econômicas públicas e privadas.

O comportamento indicado faz parte do programa de desenvolvimento, porém implica em assegurar recurso em volume, condições de custos e prazos com a finalidade de atender

necessidades determinados setores que se pretende expandir , ficando a uma compressão do mercado, tendendo-a ao imobilismo.

Ocorre exatamente a partir, como citamos, de 1971, essa tendência ao imobilismo e ao bôco sem saída, das Bolsas de Valores.

O Mercado Bursátil é um mercado que exige estabilidade para o seu desenvolvimento. A ação oficial nas bolsas devem tender à sua normalidade de modo a estimular o surgimento de organismos institucionais, capazes de dinamizar e operar no mercado de ações. A existência de investidores institucionais assegurará o dinamismo da bolsa e a medida efetuada pelo Ministro da Fazenda Professor Mário Henrique Simonsen, na sua "exposição de motivos" "ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República" "que disciplina o tratamento/fiscal dos rendimentos pagos pelas Sociedades de Investimentos a residentes ou domiciliados no exterior", com a finalidade básica de regulamentar o ingresso de recurso externo no mercado de ações, naturalmente tenderá a criar condições para o fortalecimento e desenvolvimento ordenado das bolsas de valores, deu como consequência uma série de medidas Oficiais consubstanciadas em um Decreto-Lei (nº 1401 de 7 Mai 1975) , em uma resolução do Banco Central (nº 323) três circulares e o comunicado GECAM-BACEN, constituem um instrumento conjunto que disciplinará a aplicação de capitais externos no mercado de valores mobiliários. É de se esperar que o know how estrangeiro em mercado tão dinâmico, como o de ações, criará possibilidades de um desenvolvimento dos conceitos técnicos que há muito tempo, deixou de existir como instrumental de orientação aos poupadores acionários nas atuações diárias de bolsa.

Outras medidas, como a introdução da nova Lei das Sociedades Anônimas em substituição a Lei nº 2627/40, criou uma benéfica expectativa no meio bursátil nacional.

As Negociações - Os Indicadores do Mercado Acionário.

O aumento do volume de negócios e a alta no índice BV, verificadas a partir do anúncio de entrada de capitais /

estrangeiros nas Bolsas de Valores do país, não surpreendem a quantos acompanham o mercado de ações. O movimento, por razões técnicas, já que os preços das ações encontram-se em níveis bastante atraente, com a relação preço/lucro baixo, conforme quadro indicativo, exerce significativa influência em posições, hoje frágeis na estrutura do mercado: o saneamento das incorreções ocorridas e constantemente despontadas no dia-a-dia, a procura de medidas concretas de amparo aos poupadores, a expectativa de entrada em vigor da nova Lei das Sociedades Anônimas, a entrada de recursos institucionais e de recursos externos, que geraram efeitos multiplicadores, internamente.

A melhor Lei para o mercado de ações é a Lei de Oferta e de Procura, um mercado que espelha a livre iniciativa, amparada por uma fiscalização de alto a baixo. Tanto do lado da estrutura da Bôlsa de Valores como das Sociedades / Corretoras, manipuladoras de efeitos positivos e negativos / que deturpam a imagem de um mercado que precisa funcionar para suprir necessidades de recursos baratos as empresas privadas e ser integrada no mercado de capitais como instrumento capaz de concorrer com o desenvolvimento da nossa economia, sendo o seu fiel reflexo.

A Ç Ū E S	PREÇO	LUCRO	P/L	DIVIDENDO	INDICE DE	CRESCIMENTO (#)	
	Cr\$	Cr\$		AÇÃO	LUCRATIV- 75	RENDAS (%)	LUCROS(%)
ACEBITA..... Op	1,60	0,34	4,69	0,08	115,11	48,3	114,1
BANCO DO BRASIL On	2,99	0,85	3,51	0,16	107,17	50,1	92,6
BANCO DO BRASIL Pp	3,89	0,85	4,56	0,16	101,30	50,1	92,6
BELGO MINEIRA.. Op	4,36	0,79	5,55	0,15	134,57	39,5	52,3
B.DO NORDESTE.. Pp	1,78	0,79	2,27	0,10	100,57	43,6	29,6
BRAHMA..... Op	1,33	0,33	4,04	0,14	122,73	33,3	36,0
BRAHMA..... Pp	1,51	0,33	4,52	0,14	118,90	33,3	36,0
CEMIG..... Pp	0,85	0,14	6,21	0,12	111,84	39,4	39,2
SOUZA CRUZ..... Op	2,43	0,40	6,13	0,21	142,11	37,9	36,8
C T B..... Pn	0,50	0,03	17,41	0,10	128,21	-	-
D. DE SANTOS... Op	1,06	0,23	4,61	0,10	107,07	44,7	-
FESTISUL..... Ppcc	3,37	1,76	1,92	0,12	153,18	-	-
KELSON'S..... Pp	0,80	0,52	1,54	0,07	80,00	33,0	-
LIGHT..... Opccc	1,32	0,21	6,24	0,12	115,79	34,4	27,3
LOJAS AMERIC... Op	2,90	0,42	6,90	0,15	125,54	37,9	43,6
SID.MANNESMAM.. Opcc	2,02	-	-	0,18	139,31	57,3	-
MESBLA..... Op	0,86	0,33	2,59	0,12	124,64	-	-
PETROBRÁS..... On	2,04	0,35	5,83	0,12	103,55	76,7	56,7
PETROBRAS..... Ppcc	4,57	0,46	10,04	0,12	85,10	76,7	56,7
SID.RIOGRAND... Pp	2,01	0,47	4,11	0,16	134,90	54,0	73,7
SIMITRI..... Op	3,69	0,43	8,61	0,12	146,43	-	-
VALE RIO DOCE.. Pp	3,64	0,33	10,90	0,08	109,64	46,8	38,0
WRITE MARTINS.. Op	1,80	0,26	5,03	0,20	105,88	38,0	-

* Média anual dos três últimos exercícios.

Indicadores de Mercado em 1975

Data: 16 de maio de 1975

	LUCRATIVIDADE ()	PREÇOS ()	P/L
Geral	105,1 (1)	- 115,3 (2)	- 6,3 (3)
Alimentos e bebidas	116,3	101,5	4,3
Bancos	104,0	106,1	4,1
Comércio	132,3	119,2	4,7
Energia elétrica	108,8	109,0	4,9
Metalurgia	109,7	114,0	2,0
Refinação e petróleo	88,8	95,3	9,1
Siderurgia	133,5	118,7	5,2
Têxtil	81,1	81,6	2,4

() BASE: 30-12-74 = 100,0

(1) IBV (2) IPBV (3) MPL

(INDICE BOLSA DE VALORES)

(INDICE PREÇOS BOLSA DE VALORES)

(MÉDIA DO PREÇO / LUCRO)

FONTE: REVISTA "BOLSA" - Pag. 25

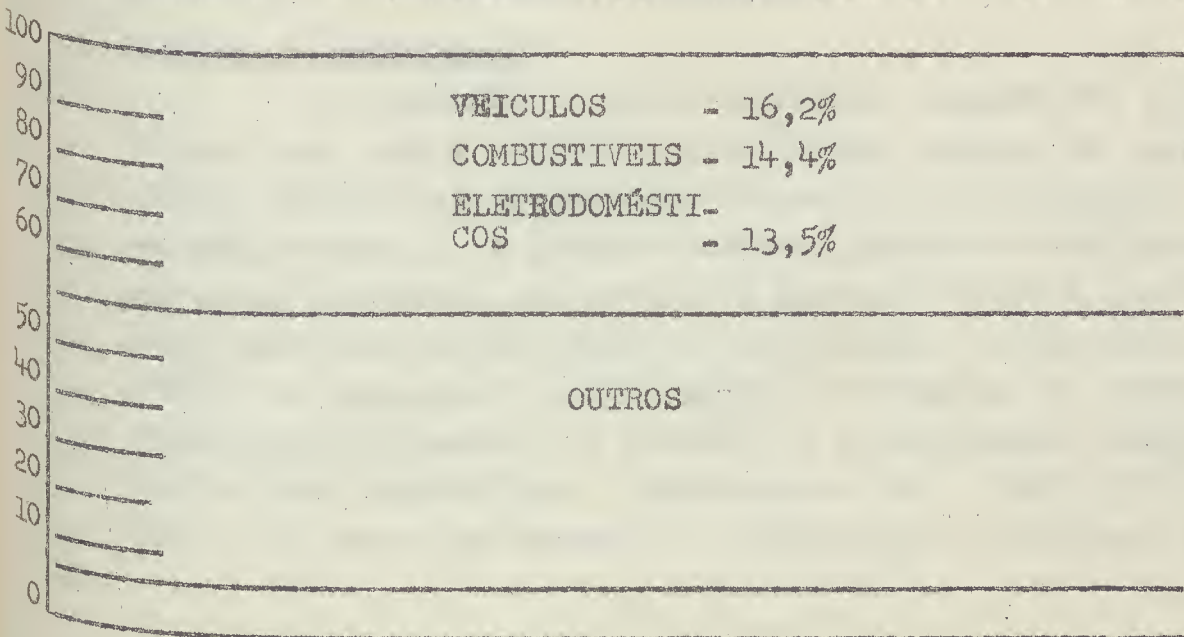
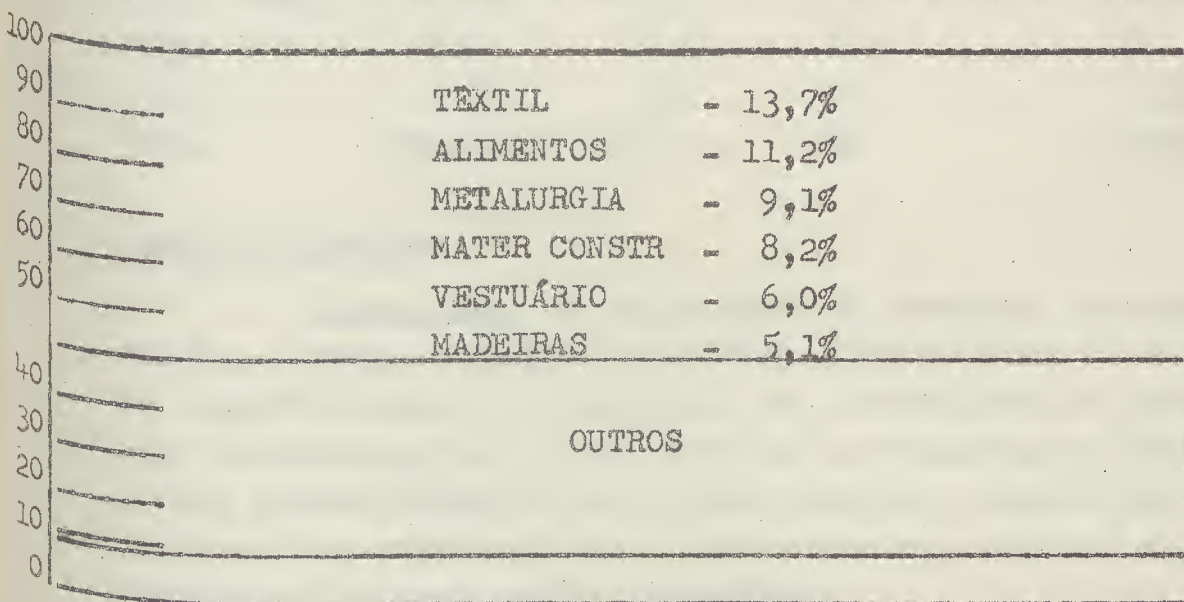
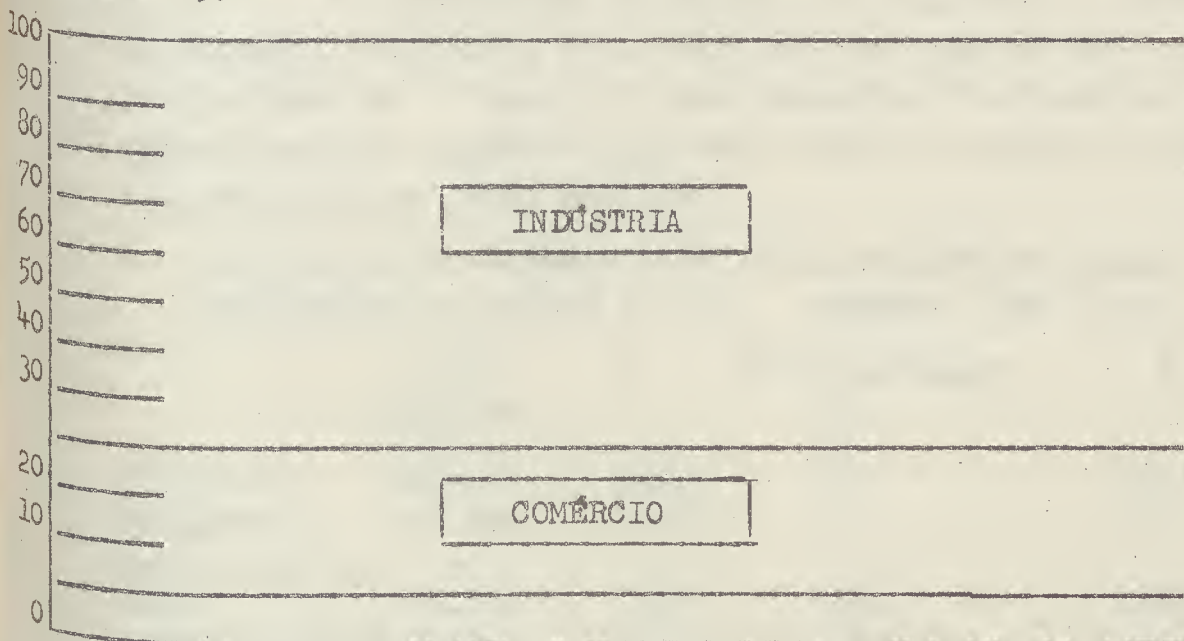
As Empresas e os Fundos Fiscais

O objetivo do sistema do DL-157 visava fortalecer / as empresas através da obtenção do capital de giro a um custo financeiro bem inferior aos das fontes normais de financiamento. No final de 1967 um total de Cr\$ 57,3 milhões de emissões haviam sido registradas no Banco Central

REGISTRO DE EMISSÕES DE CAPITAL, POR TIPO DE TÍTULO, PARA UTILIZAÇÃO PELO FUNDO 157 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1970:

TIPO DE TÍTULO	VALOR	%	QUANTIDADE	%
	Cr\$1.000		1.000 unidades	
AÇÕES PREFERÊNCIAS	344.437	60,4	340.121	61,1
AÇÕES ORDINÁRIAS	213.864	37,5	210.714	37,9
DEBENTURES CONVERSÍVEIS	12.050	2,1	5.514	1,0
T O T A L	570.351	100,0	556.349	100,0

REGISTRO DE EMISSÕES DE CAPITAL PARA UTILIZAÇÃO PELOS FUN-
DOS - 157



A concentração geográfica das empresas ocasiona / as emissões realizadas para empresas com sede em São Paulo e Rio de Janeiro. O quadro abaixo demonstra a afirmação de concentração na Região Sul do País, com percentuais relevantes em relação ao resto do País:

REGISTRO DE EMISSÕES DE CAPITAIS, POR ESTADO, PARA UTILIZAÇÃO DOS FUNDOS DL-157 - DEZEMBRO DE 1970

	VALOR Cr\$1.000	%	Nº DE EMPRESAS Nº	%
São Paulo	259.102	45,5	64	30,1
Guanabara	156.809	27,5	44	20,7
Rio Grande do Sul	59.952	10,5	50	23,5
Santa Catarina	30.873	5,4	8	3,7
Minas Gerais	28.111	4,9	22	10,3
Outros	35.504	6,2	25	11,8
Total	570.351	100,0	213	100,0

Comércio Exterior.

Introdução: A importância do comércio internacional para todas as nações, seja elas desenvolvidas ou em fase de desenvolvimento, se manifesta nas possibilidades prioritária de adicionar ao produto nacional um "quantum" suficiente ao seu desenvolvimento, seja para promover, desenvolver ou acelerar sua potencialidade interna capaz de atender as necessidades do crescimento demográfico.

Sistema de Importação:

A eliminação rigores cambiais, financeiros e administrativos, com a política de liberação adotada no período 1964/67 abriram as importações de produtos estrangeiros ao mercado nacional. A tarifa aduaneira passou a atuar como / principal mecanismo de proteção à produção interna e a regra geral consistiu na liberdade de importação. No período de 1968/72 as principais modificações introduzidas no sistema / constituiu basicamente na reforma do processamento administrativo das importações. (Resolução nº 60 - 18-8-1970- CON-CEX). Por esse instrumento foi extinguida a "Licença de im-

portação" e criada 3 grupos assim classificadas:

- Importação que independesse de guia de importação;
- Importação sujeitas a guia de importação;
- Importação proibidas (previstas em Leis Especiais).

O que se objetivou com as medidas foi desburocratizar o processo administrativo que envolviam a importação, visando imprimir mais fluidez e dinamismo ao sistema.

O crescimento dos incentivos às importações e / bens de capital (máquinas e equipamentos) para os setores industriais foi uma medida de destaque. Foi implementado / em 1971, quando da reformulação do C.D.I. (Conselho de Desenvolvimento Industrial), estendeu os benefícios fiscais a quase todos os ramos das indústrias, sempre, como condição básica, a inexistência de similar nacional, prevista em legislação própria.

Evidentemente as distorções ocorridas, posteriormente, obrigou o governo a tomar medidas restritivas aos incentivos fiscais, dado que houve um excesso de beneficiários sem condições reais específicas, dentro da legislação própria, à receberem os incentivos.

A fiscalização da Carteira, dedicou especial atenção ao controle de preços de importação de produtos destinados a alimentação (generos alimentícios, bebidas, conservas etc), além de matérias primas essenciais ao atendimento à população destacando-se o setor de produtos químicos e farmacêuticos.

Acordos:

A celebração de acordo entre investidores em projetos e empresários nacionais de equipamentos foi estabelecida no Artigo 23 do Decreto nº 61.574, de 20/10/67, como forma de evitar os complexos problemas da apuração da similaridade, atendendo os interesses da indústria nacional, sem prejuizo dos requisitos de ordem econômica financeira e tecnológica do projeto.

ACORDOS DE PARTICIPAÇÃO: SÉRIE HISTÓRICA

ANOS	INDUSTRIA NACIONAL	%	INDUSTRIA ESTRANGEIRA	%
1968	29.029.840,00	51,31	27.551.774,00	48,69
1969	206.389.788,62	45,96	242.708.530,38	54,04
1970	121.637.603,41	40,20	180.977.156,46	59,80
1971	160.655.364,16	55,60	128.690.734,08	44,40
1972	179.804.287,00	49,50	183.766.231,40	50,50
1973	362.767.863,01	52,65	326.233.120,31	47,35

Fonte: CACEX - Relatório 1973.

Sistema de Exportação

A expedição do Comunicado CACEX nº 469/74, reformulando a base administrativa, visou consolidar num só documento, diversas normas aplicáveis aos diferentes tipos de exportação. Instituiu-se, pelo Dec Lei nº 1.189/71, os benefícios fiscais, que facultava às empresas fabricantes de produtos / manufaturados importar mercadorias, com isenção dos impostos sobre importação e sobre produtos industrializados, até o valor de 10% do incremento de suas exportações com relação ao ano anterior.

Surgiu na época um processo mais apurado de comunicação da CACEX com as agências do Banco do Brasil no Exterior, procurando apoiar suas atividades, dentro da técnica de Marketing, complementando e oferecendo serviços de contato entre importadores e exportadores.

Exportação BrasileiraFinanciada

US\$ 1.000 F.O.B. DISCRIMINAÇÃO	VALOR FATURADO		VALOR FINANCIADO		% TOTAL DO N° DE O PERIÓDOS			
	1973	1972	1973	1972	973	972	973	972
TOTAL	42.927	62.089	42.988	65.987	100	100	717	620
I-SETOR ENERGÉTICO E DE TELECOM.	978	761	951	735	221	111	29	25
II-SETOR INDUST.	38.736	55.783	38.729	59.449	9009	9009	620	551
III-SETOR DE SAUDE	304	197	223	144	052	022	7	4
IV-ART DE CONSUMO	2.264	4.229	2.387	4.725	555	716	52	32
V - GADO	612	29	660	22	154	093	8	4
VI-BENS DE CONSUMO N/DURÁVEIS	33	-	38	-	009	-	1	-
VII - DEMAIS	-	1.090	-	912	-	139	-	4

Comércio Global

O intercambio comercial do Brasil, registrou em 1973 a cifra record de US\$ 12.274 milhões, total geral das exportações mais importações do exercício, valor FOB.

Em comparação ao ano anterior (US\$ 8.223 milhões) esse montante representa uma expansão global de US\$ 4.051 milhões, correspondente a 49,2% o mais alto índice de incremento já ocorrido desde 1951, em termos percentuais, e o maior de todos os tempos, em números absolutos.

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL
US\$1.000.000
1964/73

ANOS	EXPORT F.O.B.	VARIACÃO ANUAL %	IMPORT F.O.B.	VARIACÃO ANUAL %	TOTAL EXP.+IMP.	VARIACÃO ANUAL %	NÚMEROS INDÍCES 1964=100
1964	1.430	1,7	1.086	12,4	2.516	4,9	100
1965	1.595	11,5	941	13,4	2.536	0,8	100
1966	1.741	9,1	1.303	38,6	3.044	20,0	121
1967	1.654	5,0	1.441	10,6	3.095	1,7	123
MEDIA							
1964/67	1.605	4,4	1.193	4,0	2.798	4,2	-
1968	1.881	13,7	1.855	28,7	3.736	20,7	148
1969	2.311	22,8	1.993	7,4	4.304	15,2	171
1970	2.739	18,5	2.507	25,8	5.246	21,9	208
1971	2.904	6,0	3.247	29,5	6.151	17,3	244
1972	3.991	37,4	4.232	30,4	8.223	33,7	327
1973	6.199	55,3	6.075	43,4	12.274	49,2	388

A participação mais cobe às exportações que estiveram em torno de US\$ 6.199 milhões, conforme o quadro acima, e a importações em US\$ 6.075 milhões, produto em superavit.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - INDICES DE "QUANTUM"

ANOS	PRODUTOS BÁSICOS				INDUSTRIALIZADOS			TOTAL GERAL
	CAFÉ	MINÉRIO DE FERRO	DEMAIS	TOTAL	SEM MANU- FATURADOS	MANUFA- TURADOS	TOTAL	
1969	101	143	132	116	103	138	118	116
1970	86	131	108	99	117	151	134	105
1971	107	111	95	102	96	134	117	106
1972	102	98	132	115	117	138	131	119
1973	101	147	104	107	101	122	115	109

(*) Critério de Fisher - Base: ano anterior.

IMPORTAÇÃO BRASILEIRA - INDICES DE "QUANTUM"

ANOS	PRODUTOS BÁSICOS				INDUSTRIALIZADOS			TOTAL GERAL
	PETRÓLEO	TRIGO	DEMAIS	TOTAL	SEM MANU- FATURADOS	MANUFA- TURADOS	TOTAL	
1969	107	90	107	101	113	111	111	108
1970	118	83	112	106	98	132	129	122
1971	119	87	96	104	144	119	121	117
1972	122	105	108	115	118	127	126	124
1973	135	156	102	130	105	113	112	115

(*) Critério de Fisher - Base: ano anterior

Balança Comercial Brasileira

US\$ 1.000,000 FOB

1960 / 1963

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1960	1.269	1.293	- 24
1961	1.403	1.292	111
1962	1.214	1.304	- 90
1963	1.406	1.240	166
MÉDIA			
1960/63	1323	1.282	41
1964	1.430	1.086	344
1965	1.595	941	654
1966	1.741	1.303	438
1967	1.654	1.441	213
1968	1.881	1.855	26
MÉDIA			
64/68	1.660	1.325	325
1969	2.311	1.993	318
1970	2.739	2.507	232
1971	2.904	3.247	-343
1972	3.991	4.232	-241
1973	6.199	6.075	124
MÉDIA			
69/73	3.629	3.611	18

O Deficit registrado nos anos anteriores (1971/72) foi modificado, alcançando saldo positivo no exercício de 1973, no valor de US\$ 124 milhões / (valores FOB p/exportação e importação).

O ano de 1972 registrou um incremento das exportações brasileiras, na ordem de 55,3%, das mais altas já registradas nas exportações brasileiras, até aquele período.

Estrutura da Exportação

Em função de sua natureza, os produtos exportados em 1973 foi integrado por US\$ 4.096,5 milhões de produtos básicos (66,1%) e US\$ 1.941,5 milhões de produtos industrializados (31,3%), sendo as compreendidas / parcelas de US\$ 476,2 milhões relativos a artigos semimanufaturados e US\$ 1.465,3 milhões correspondentes a bens manufaturados.

Como ocorre normalmente as exportações realizadas em 1973 foram representadas em sua maior /

parte por produtos primários, ultrapassando quase US\$ 1.372 milhões (total de 1972), expandindo-se desta forma em 50,3%.

Os produtos que concorreram para a expansão de nossa exportação no período indicado foram:

- açúcar demerara (US\$ 140,7 milhões)
- café cru em grãos (US\$ 255 milhões)
- farelo e torta de soja (US\$ 270 milhões)
- soja em grãos (US\$ 366 milhões)
- minério de ferro (US\$ 131 milhões)

Os produtos industrializados alcançaram índices significativos, em termos relativos. O total atingido, da ordem de US\$ 1.941,5 milhões, superior em quase US\$ 720 milhões o

resultado de 1972, revelando o índice de incremento na ordem/ de 58,9%.

Essa tendência observada, ratifica a crescente evolução das exportações de produtos industrializados, em proporção superior a que se vem registrando na pauta de produtos básicos. A participação dos produtos manufaturados no total das vendas externas do Brasil, alcançou a expressiva cifra de 31,3%.

Principais Compradores:

Desde o ano de 1969, a Comunidade Econômica Europeia passou a figurar como a principal compradora das mercadorias exportadas pelo Brasil. O ano de 1973 foi significativo para o nosso país relativamente a C.E.E. pois as vendas para a área se elevaram de US\$ 2.296,5 milhões, com expansão de 67,5% com relação ao ano precedente.

Isoladamente, coube a Holanda dentre os países da Comunidade, a parcela mais significativa do montante, ao adquirir mercadorias no valor aproximado de US\$ 621,5 milhões, superando a Alemanha Ocidental, que vinha ocupando a primeira posição da área da C.E.E. e cujas compras em 1973 se fixaram/ em torno da importância de US\$ 554,7 milhões.

A seguir figuram os seguintes países da área: Itália, Inglaterra e França, com quantias de US\$ 351,8, US\$ 311,6/ e US\$ 209,5 milhões, respectivamente.

Segue-se depois da C.E.E., os Estados Unidos da América como um importante mercado para as exportações brasileiras, absorvendo produtos no valor de US\$ 1.122,5 milhões; as cifras demonstram que a participação desse mercado declinou / de 23,33% para 18,11%.

Outro importante mercado para os nossos produtos é a ALALC (Associação Latino Americana de Livre Comércio), com o montante de US\$ 557,4 milhões, enquanto que a AELC (Associação Européia de Livre Comércio) absorveu produtos brasileiros no total de US\$ 287,3 milhões.

Desenvolveu-se inclusive nossas exportações para os países da Europa Ocidental não pertencentes à C.E.E., para a Europa Oriental para o Oriente Médio, países africanos, mas especial destaque merece o notável incremento de nossas expor

tações para o mercado Japonês, que subiu de US\$ 180 milhões / em 1972, para US\$ 425,2 milhões.

Estrutura da Importação:

Os produtos básicos foram responsáveis em US\$708, 2 milhões em 1972 na pauta de importação, que em 1973 atingiram o montante de US\$ 1.244,3 milhões expandindo-se dessa forma em 75%. Esse incremento foi o responsável no total das importações brasileiras, que assim passou de 16,7% para 20,5%.

Os produtos industrializados acusaram uma sensível predominância nas importações do país, que aparecem nos resultados do exercício, comparado ao ano anterior, com um vultoso crescimento.

O total alcançado em 1973, da ordem de US\$4.695,9 / milhões, superou em US\$ 1.216,5 milhões o valor de 1972, sendo de 35% aproximadamente o índice de expansão assinalado.

Os produtos manufaturados responderam pelas parcelas expressivas de importação, os produtos siderúrgicos (barras, perfilados, chapas, de ferro ou de aço) com o valor de US\$ 236,6 milhões, as máquinas e aparelhos elétricos, seus pertences e acessórios, que somaram US\$ 456,7 milhões, os materiais de transporte, que atingiram a cifra de US\$ 450,1 milhões e os produtos químicos orgânicos, cujo total se elevou/ a US\$ 308,6 milhões.

Comparando os dados com o ano anterior teremos assinalar: o incremento foi, respectivamente, de US\$ 154,8 milhões (189%), US\$ 135,7 milhões (42%), US\$ 106,9 milhões (31%) e US\$ 95,8 milhões (45%).

Nesse caso, os bens de produção, representados pelas mercadorias importadas, em 1973, somaram a importância de US\$ 2.155,7 milhões, os bens de manutenção de produção em US\$ 3.008,1 milhões, os bens de consumo durável no valor de US\$ 358 milhões e bens de consumo não durável, equivalentes a US\$ 411,0 milhões.

A EXPANSÃO ECONÔMICA BRASILEIRA - RESUMONumeros Comparativos.

- Extensão Territorial: 8.511.965 Km²

Comparação: 5^o do mundo em extensão territorial e 47,3 por cento da superfície da América do Sul e 1,7% por cento das terras emersas do globo.

- Estradas:

a) - de Rodagem: 1.225.932 quilômetros de rodovias em tráfego.

A soma dos quilômetros das Rodovias do Brasil ultrapassa a de todas as Estradas em tráfego/na América do Sul.

b) - de ferro: 35.000 Km.

Comparando: a França possui 40.000Km de Estrada de Ferro e a Inglaterra 30.000Km.

- Frota Mercante:

- 4.205.000 TPB (Tonelagem de Porte Bruto).

Comparando: Sibéria - 76.630.000 TPB

Japão - 55.830.000 TPB

- Telecomunicações:

-- Telefones - 2.415.000 telefones, projetando-se até 1979 em 8.900.000 aparelhos.

Comparando: EEUU - 142.102.000 (45,4% do mundo).

Europa - 106.166.000 (33,9% do mundo).

América do Sul - 6.776.000 (2,2% do mundo).

O Brasil possui 11.550Km troncos de microondas.

- Energia Elétrica:

Potência instalada de 13.500.000Km, reservas/em estudos de 150 milhões de Km e produção de 57 bilhões e 600 milhões de KWH

Comparando: América do Sul - 18.149.000 Kwh /
 (exceção do Brasil)
 Tchecoslováquia - 48.000.000 Kwh
 Países baixos - 40.000.000 Kwh

O Parque energético brasileiro cresce a razão de /
 12% ao ano.

O complexo de Itaipú está planejada para 10 milhões
 de Kw de potência instalada, gerando 56 bilhões de Kwh, ou /
 seja, o equivalente da produção atual.

- Produção de Petróleo Bruto:

1974 - 192.000 barris/dia

1975 - 225.000 barris/dia

Comparação: Europa Ocidental: 382.000 barris/
 dia.

EEUU: 9.258.000 barris/dia.

Oriente 20.801.000 barris/dia.

A Petrobrás é 66ª empresa entre as 300 maio-/
 res do mundo. A Braspetro é uma subsidiária /
 internacional que está pesquisando petróleo /
 em diversos países de mundo, entre os quais o
 Perú, Bolívia, Colômbia, na América Latina, I
 raque, Irã, Egito, no Oriente Médio.

Atualmente a Petrobrás refina 861 mil barris/
 dia de petróleo e em 1977 já estaremos refi-/
 nando o dobro desta cifra.

Nos derivados de petróleo é auto-suficiente, /
 produzindo 264,2 milhões de barris por ano. No
 período de 1975/79, serão investidos Cr\$ 27 bi-
 lhões na prospecção de petróleo, o que signi-
 fica aumento de 225% sobre a aplicação feita /
 entre 1970/74.

O programa do Xisto betuminoso será intensifi-
 cado, com investimento em Cr\$ 2,8 bilhões.

- Indústria Automobilística:

produção: 1974: 880.000 autoveículos

produção: 1975: 1.000.000 autoveículos (esti-
 mativa)

Comparação: EEUU 9.500.000 autoveículos
 Alemanha 3.290.000 autoveículos
 Suécia 2.330.000 autoveículos

- Agricultura:

- Café: 26,5 milhões de sacas
 Comparando: Colômbia 9,5 milhões de sacas
 África 19,3 milhões de sacas
- Cana de açúcar: 7.500.000 Ton
 Comparando: Cuba 5.700.000 Ton
- Algodão em rama: 2.200.000 Ton
 Comparando: EEUU 3.000.000 Ton
 URSS 2.700.000 Ton
- Soja em grão: 7.100.000 Ton
 Comparando: China 6.500.000 Ton
 EEUU 34.700.000 Ton

No momento a agricultura brasileira corresponde a 16% da renda interna do País. No quinquênio 1975/79 o setor primário será intensificado e contribuirá mais significativamente na / expansão do PIB, tendo em vista ao atendimento às necessidades de consumo básico da população brasileira, procurando alcançar preços/ menores ou razoáveis de modo a atribuir renda compensada para o setor da melhoria do padrão de vida para o trabalhador do campo.

- Pecuária:

O rebanho do País cresce em ritmo acelerado./ Representando fonte de proteínas, o gado além de atender às necessidades internas da população como fonte de alimentos, é uma crescente/ fonte de receita de divisas, como produto exportável. O rebanho brasileiro é o 3º do mundo, com 84.000.000 de cabeças:

Comparando: Índia 175.000.000 de cabeças
 EEUU 117.000.000 de cabeças
 México 24.000.000 de cabeças

- Florestas:

É a maior do mundo, com relação à indústria

madeira, em termos de árvore.

Para citar um exemplo típico, na Amazônia existem mais de 1.500 tipos de madeira de lei, das 2.000 mil conhecidas!

O quadro abaixo destaca, da atividade madeireira, em relação ao reflorestamento para preservar nossas reservas, o seguinte percentual, significativo:

- Com base de 98% em relação ao seu território temos:

- . 31% de plantações, reflorestamento, queimadas
- . 16% de cerradões
- . 5% de caatinga
- . 5% de campos naturais
- . 41% de mata primitiva

Comparando: Japão 69%

Suécia 50%

EEUU 32%

A Amazônia representa 13% das reservas florestais de todos os continentes e a maior usina de oxigênio do mundo. "Com área correspondente à cerca de 50% do território nacional e ocupada por apenas 3,83% da população, distribuída segundo densidade que não chega a alcançar a cifra de um habitante por quilômetro quadrado, representa a Amazônia um dos maiores vazios demográficos do mundo, fóra das regiões polares, coberto por milhões de quilômetros quadrados de florestas". *

Brasil-

Resumo comparado: 8% da superfície terrestre.

3% da população do mundo.

1,2% da renda bruta mundial.

Brasil-

Projeções Econômicas Internas

Período 1975 - 1979

- . infra-estrutura econômica Cr\$ 439,4 bilhões a preços de 1975
 - envolvendo: energia, transportes e Comunicações
- . indústrias básicas - Cr\$ 255,0 bilhões a / preços de 1975
 - inclusive setor privado
- . integração nacional - Cr\$ 165,0 bilhões a / preços de 1975.
 - Proterra, incentivos fiscais para o Nordeste, Amazônia, etc.
- . integração social - Cr\$ 384,0 bilhões a preços de 1975
 - PIS, PASEP e Previdência Social
- . valorização de recursos humanos - Cr\$ 267,0 bilhões a preços de 1975
 - Educação, Saúde Pública, Assistência Médica, Saneamento, Nutrição, Treinamento Profissional
- . Desenvolvimento Social Urbano - Cr\$ 110,0 / bilhões a preços de 1975
 - Recursos do BNH, Fundos de Desenvolvimento Urbano, FDPI, Transferências da União Para os Estados e Municípios, Sul e Sudeste
- . Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Cr\$ 22,0 bilhões ao preço de 1975
 - Agropecuária-Cr\$ 105,0 bilhões - com apoio do governo.

O Sistema Econômico e a Preservação dos Recursos Naturais

É imperioso que o sistema econômico adotado como / suporte do modelo brasileiro de desenvolvimento tenha em vis- ta duas metas fundamentais: - que ele permaneça a serviço do homem com a eliminação da pobreza absoluta e o atendimento / de suas justas aspirações e que seja feito, a qualquer cus- / to, com a racional preservação de nossos recursos naturais, / assegurando uma distribuição equitativa dos benefícios ori- undos dos mesmos.

É imperioso, igualmente, que a estratégia do desen- volvimento seja suficientemente poderosa para superar as di- ficuldades conjunturais e manter um ritmo de crescimentos in- dispensável para a consecução de amplas metas sócio-econômi- cas. Um elevado nível de bem estar social deve, todavia, ser alcançado sem que seja irremediavelmente comprometido um pa- trimônio do qual devem usufruir as gerações futuras que te- rão, no mínimo as mesmas necessidades e direitos que as atu- ais.

Assim, tendo em vista a importância dos recursos / naturais disponíveis para a sobrevivência da própria civili- zação, avultando entre os mesmos aqueles de natureza não re- novável impõe-se um vigoroso planejamento de sua racional u- tilização -- renováveis e não renováveis -- e a criação de / uma tecnologia que permita o manejo apropriado desses mesmos recursos insubstituíveis para o homem, -- terra, água, vege- tação e fauna utilizando-os sem destruí-los. Urge partir pa- ra uma agressiva política de aproveitamento das reservas re- nováveis para a poupança dos recursos não renováveis.

Não podendo a ciência criar do nada matéria ou e- nergia pode, entretanto, explorar, transformar e aproveitar / os recursos naturais tomando como base critérios de eficiên- cia dinâmica, particularmente importantes no estágio atual / em que nos encontramos.

Se é certo que o desenvolvimento só ocorre quando / se realizam genuínos acréscimos de "produtividade" é preciso lembrar que o processo, a longo prazo, tem como fatores domi- nantes o investimento em recursos humanos e tecnologia. "Pro- dutividade" não pode, entretanto, em momento algum ser toma- da como sinônimo de lucro fácil, atividade predatória, esban- jamento,

jamento, imprevidência, dilapidação.

Exportações indiscriminadas e a preços vís, utilização de técnicas defasadas, extermínio de certas espécies animais e vegetais podem trazer consequências irreversíveis / já que o nosso conhecimento do ambiente -- ecossistemas em / seu estado climax e ecossistemas modificados pelo homem --, / ainda é muito incompleto e até mesmo a mais insignificante / criatura, planta ou animal, pode fornecer produtos, informa- / ção ou possuir função ambiental de valor.

Qualquer que seja assim, na atual conjuntura, o pla- / nejamento econômico pelo qual optemos terá o mesmo que estar / em sintonia com as medidas relativas à política de defesa / dos recursos naturais, particularmente aquelas que digam res- / peito à Segurança do País e ao bem estar das gerações futu- / ras:

- maior atenção as formas não convencionais de produção de energia, especialmente à energia solar, como tem sugerido nu- / merosos especialistas já que a radiação solar incide na ma- / ior parte do território brasileiro;
- preocupação com a utilização mais racional dos minerais a- / tômicos tendo em vista seu futuro emprego em produtos finais / mais nobres como sugere o cientista Sueco Hannes Alfvén, Prê- / mio Nobel de Física de 1970 para quem a energia nuclear é / desnecessária e extrmamente perigosa;
- pesquisas visando a diminuição dos atuais índices de dis- / perdício na conversão da energia primária em calor, energia / mecânica e eletricidade já que os mesmos vão de 25% na área / doméstica a 70% no setor de transporte;
- desenvolvimento de pesquisas sobre a utilização do hidro- / gênio como combustível gasoso ou líquido, de caráter não polu- / ente e como matéria prima industrial, principalmente nos se- / tores de fertilizantes, remédios e alimentos;
- melhor regulamentação do uso do solo porque pressupõe-se / que da utilização indiscriminada da terra nascem todos os / problemas do meio ambiente;
- desenvolvimento de projetos de controle da erosão e do / uso de todos os tipos de pesticidas e defensivos agrícolas;
- imediata sustentação da política de exportação de minera- / is atômicos para em seguida, importa-los como acontece com o / urânio enriquecido;

- condenação do mecanismo de venda do minério de ferro por/ preços aviltados e a importação do aço por preços exorbitantes;
- utilização de formas de transportes mais dispendiosas em detrimento das hidrovias;
- substituição da pesca, principalmente da pesca predatória e indiscriminada pela aquicultura que é a exploração racional dos recursos alimentares do mar.

Impossível, condenável mesmo, seria a adoção no / Brasil de qualquer reforma sócio-econômica sem que na mesma/ sejam levados em consideração a indispensável preocupação / com a conservação dos recursos naturais de origem mineral, / hídrica, animal e vegetal o que, naturalmente, exige subsídios / fornecidos por geólogos, botânicos, geneticistas, zootecnicos, físicos, químicos, cientistas sociais, pois, só / assim seria possível a conservação e a renovação dos mesmos, herança que nos foi legada pela própria natureza e que deverá ser transmitida as gerações futuras.

Resta a todos a obrigação de colocar em jogo o talento criador da nação como condicionante de um novo salto / para o futuro e que possa criar o equilíbrio adequado a perspectiva de um país melhor, mais desenvolvido e mais humano.

4 - SAÚDE E DESENVOLVIMENTO

Num país em desenvolvimento o nível de vida está em função de fatores condicionantes vinculados a decisões políticas influenciadas por uma situação de escassês num contexto / de subdesenvolvimento, muito embora evidencie-se uma reciprocidade, em menor escala, de alguma influência, do nível de saúde sobre o nível de desenvolvimento.

O enunciado acima baseia-se nas seguintes verificações:

- 1 - a saúde do indivíduo além de ser um fim por si só, é um meio de desenvolvimento, considerando-se a contribuição que a redução das mortes e enfermidades significa para a produção econômica;
- 2 - a escassês de recursos limita a obtenção de níveis elevados de saúde.
- 3 - grande parte do que se consegue no melhoramento do nível de saúde, está baseada em atividades que não pertencem especificamente ao campo da saúde pública, como habitações/higiênicas, educação, saneamento do meio ambiente, etc...
- 4 - para empreender o desenvolvimento dentro dessa problemática de recursos escassos, é necessário o uso alternativo / dos mesmos em atividades econômicas e sociais, sendo uma delas a saúde.

Nesse sentido, sábia tem sido a política adotada pelo atual Governo, quando insere às páginas 61 do II Plano Nacional de Desenvolvimento a seguinte assertiva:

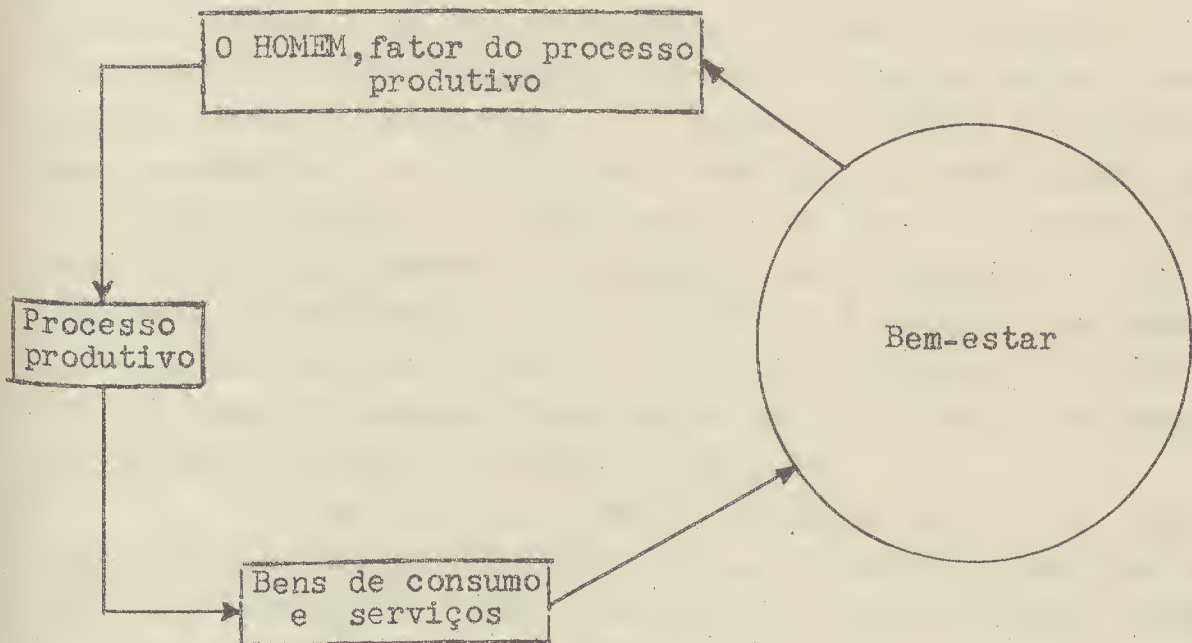
"Na opção realizada, o governo não aceita a colocação de esperar que o crescimento econômico, por si, resolva o problema da distribuição de renda, ou seja, a teoria de esperar o bolo crescer.

Há necessidade de, mantendo acelerado o crescimento, realizar políticas redistributivas "enquanto o bolo cresce".

Verdade é que, de um lado, o crescimento pode não resolver o problema da adequada distribuição de renda, se deixando à simples evolução dos fatores de mercado. E, de outro lado, a solução através do crescimento, apenas, pode demorar muito mais do que a consciência social admite, em termos

de necessidade de melhorar rapidamente o nível de bem-estar / de amplas camadas da população.

Tal diretriz, vem robustecer o sistema que interpreta a relação entre o bem-estar e o processo produtivo seguinte:



- a) o processo produtivo produz bens de consumo e de serviços;
- b) os bens de consumo e os serviços condicionam / um maior ou menor bem-estar, em função de sua disponibilidade;
- c) o homem participa como fator no processo produtivo devido à sua capacidade de trabalho;
- d) e essa capacidade de trabalho, é portanto dependente do grau de bem-estar individual, expressável através da definição de um nível de vida.

Para que o homem tenha assegurada sua condição de fator do processo produtivo, portanto, é vital no interrelacionamento BEM-ESTAR-PROCESSO PRODUTIVO, será mister que tenha disponibilidade de acesso aos bens de consumo e serviços.

E o bem-estar apoia-se fundamentalmente na saúde.

Por isso, nenhum sistema econômico, por mais origi-

nal e bem estruturado que seja não poderá descuidar-se de inserir em seu bôjo, boa parcela para atender à saúde integral/ de seu povo.

Verifica-se essa tendência atualmente quando se analisa expressões contidas nas partes introdutórias dos I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento. Naquele constata-se " O Segundo Governo da Revolução, objetivou principalmente, a expansão econômica acelerada..." e neste " o modelo a consolidar, econômica e, em particular, socialmente, está voltado para o homem brasileiro, nunca perdendo de vista a preocupação/ com os destinos humanos da sociedade que desejamos construir! Mas esse reconhecimento não é original e é exaltado em inúmeros pronunciamentos, dentre os quais se destacam: o do Ministro da Saúde, Professor Rocha Lagoa, na conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, em 1971.

" É certo que o nível de saúde de um povo se eleva com a melhoria de seu padrão de vida, de educação, de habitação e de nutrição ao passo que chegar o desenvolvimento econômico ". É prossegue: " Mas para isso faz-se necessário um investimento para a conquista desse bem, pois pode ser afirmado que " SAÚDE É UM BEM QUE SE COMPRA ". E conclui: " As / despesas feitas com a proteção da saúde são, na realidade, fontes de riquezas, por quanto protegem o capital humano ".

Nesse mesmo sentido, se expressava RAYMUNDO MUNIZ / DE ARAGÃO, em 1962, em seu trabalho PRODUTIVIDADE-ASPECTO MÉDICO SOCIAL (Página 7).

- " É fato de conhecimento empírico, a existência de um círculo-vicioso doença-miséria. Com efeito, homens e mulheres adoecem por levarem vida miserável. Adoecendo, mais miseráveis se fazem e ampliadas tem as possibilidades de adoecer. A existência do círculo subsiste inalterada se passamos de um a outro dos planos em que se alargam os problemas humanos:- do individual ao familiar ao comunitário, ao nacional. É o que afirma RAGNAR NURSKE, nesta conclusão estarrecedora : - Uma situação desse tipo referida a um país considerado em seu todo, poderia ser traduzida nessa proposição: UM PAÍS É POBRE PORQUE É POBRE (). É prossegue " - Ao seu caráter vicioso (" feed-back positivo ") () corresponde a noção de que,

para rompê-lo, necessário se faz auxílio exterior." E continua " : A esta noção, destinada a pesar sobre os sentimentos de solidariedade e filantropia, duas outras se contrapõem que facilitam transpor barreiras do egoísmo: - de um lado há, como já referimos, uma solidariedade ineludível, que liga, no plano da saúde, os indivíduos, como as coletividades, entre / si: de outro a possibilidade de que, transmutado pelo auxílio, o círculo de causas cumulativas possa tomar um sentido vantajoso, compensador, mais saúde significando mais riqueza... " menos despesa " .

O auxílio capaz de romper o círculo vicioso (doença miséria) terá certamente maior rentabilidade, se visar com mais ênfase ao Grupo-Materno-Infantil, que representa em torno de 70% da população geral do BRASIL e, porque " A maternidade, a criação dos filhos e a sua alimentação são mais expressões de necessidades biológicas e culturais que de processos / de enfermidade " (). Cresce ainda, a sua importância quando / se considera que: - " a maternidade é um processo biológico / constante e irreversível; - o fenômeno ocorre em todas as classes e grupos sociais, em todas regiões e circunstâncias; a maternidade incide em grupos humanos na faixa etária ativamente produtiva, mais jovem e, portanto, permeável a mudanças de atitudes; os primeiros anos de vida têm papel decisivo sobre / o futuro bio-psico social do ser humano, o que caracteriza a alta rentabilidade dos serviços prestados à criança; a infância tem acentuada maleabilidade para aquisição de conhecimentos e formação de hábitos " (5).

O Homem e o Meio

Aspectos demográficos

Uma visão panorâmica da demografia brasileira com enfoque particular do grupo materno-infantil e das suas condições de vida e de saúde, mostrará, ainda que superficialmente, a transcendência e a magnitude de sua problemática e a vulnerabilidade de que é dotado o elenco de causas e condições que determinam ou condicionam a má situação sanitária, existente ainda no território pátrio.

Essa análise baseia-se em dados coligidos no Anuário -

rio Estatístico do BRASIL e no Programa de Saúde Materno-Infantil de 1974, sendo este último elaborado pelo grupo técnico multi-profissional da Coordenação de Proteção Materno-Infantil, do Ministério da Saúde, que contou com a colaboração de profissionais de elevado gabarito na área de saúde e de assessoria da O.P.S.,O.M.S. .

A distribuição dos 104.000.000 de Habitantes em pouco mais de 8.511.000 Km², demonstra uma densidade demográfica baixa, em torno de 12 habitantes por Km², o que vale dizer / que o Brasil é fracamente povoado e muito inferior à média mundial, que é de 26 habitantes por Km², demonstrando que o número de brasileiros ainda é pequeno, relativamente a vastidão do território que possui, significando uma insuficiência quantitativa, além de ter a sua população irregularmente distribuída. Assim, as grandes regiões Norte e Centro-Oeste que ocupam cerca de 2/3 do território, são habitadas por menos de 10% da população brasileira.

O Sudeste e o Sul, ao contrário têm somente 1/6 do território e concentram 60% da população, e, o Nordeste, em globalmente menos de 1/5 da superfície territorial e 30% do NÚMERO/total de habitantes, conforme quadro ADIANTE:

ÁREA E POPULAÇÃO DAS REGIÕES - DADOS DE 1970

REGIÕES	ÁREA EM Km ²	PERCENTAGEM DO TOTAL	POPULAÇÃO RESIDENTE (*)	PERCENTAGEM DO TOTAL
NORTE.....	3.581,180	42,07	4.112.350	3,9%
NORDESTE....	1.548,672	18,20	31.003.767	29,6%
SUDESTE.....	924,935	10,86	44.235.494	42,3%
SUL.....	577,723	6,79	18.914.322	18,1%
CENTRO-OESTE	1.879,455	22,08	6.375.567	6,1%
BRASIL.....	8.511,965	100,00	104.641.500	100,0%

Fonte: B R A S I L E M D A D O S - 1 9 7 5

OBSERVAÇÃO: Nas regiões Norte e Nordeste não estão registradas as áreas de 2.680 e de 2.614 Km², ainda não demarcadas, respectivamente entre Amazonas e Pará e entre Piauí e Ceará.

(*) Atualizada segundo ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1974.

Desse contexto ressalta o grupo materno-infantil, constituindo de lactantes, pré-escolares, escolares, adolescentes (até 19 anos) e mulheres em idade fértil (de 15 a 49 anos), representando em torno de 70% da população total, assim distribuída:

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO MATERNO-INFANTIL

POPULAÇÃO TOTAL	104.641.500	100%
GRUPO MATERNO INFANTIL	72.997.909	69,5%
0 - 4 anos	14.649.810	14,0%
5 - 9 anos	14.859.093	14,20%
10 - 14 anos	12.556.980	12,00%
15 - 19 anos (Pop masc)	5.891.316	5,63%
15 - 49 anos (Pop fem.)	25.040.710	23,93%

Fonte: Sumário Estatístico do Brasil - 1974

Poluição (Ponto de vista Ecológico e Econômico)

Entre os grandes temas DE HOJE E DE AMANHÃ do II / PND vê-se um capítulo muito bem definido sobre POLUIÇÃO INDUSTRIAL e PRESERVAÇÃO DO MEIO-AMBIENTE e nêle se sente a preocupação do PODER NACIONAL no sentido sempre voltado para o BEM COMUM: pois pode-se ler:

- O COMBATE À POLUIÇÃO JÁ É IMPORTANTE NO BRASIL
- AO MESMO TEMPO, É NECESSÁRIO RECONHECER QUE A POLUIÇÃO DA POBREZA OU SEJA, A CARENCIA DOS REQUISITOS / BÁSICOS DE SANEAMENTO E CONTROLE BIOLÓGICO INDISPENSÁVEIS À SAÚDE DAS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA AINDA CONSTITUI PRIORIDADE IMPERIOSA. É PRECISO REALIZAR, ATÉ O FIM DA DÉCADA AVANÇO SUBSTANCIAL NESSE SENTIDO, PRINCIPALMENTE PROVENDO AGUA E ESGOTOS ÀS POPULAÇÕES E ELIMINANDO AS ENDEMIAS DA POBREZA: ESQUISTOSSOMOSE, MALÁRIA, MAL DE CHAGAS ETC, ETC...
- POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS DO PAÍS, UTILIZANDO CORRETAMENTE O POTENCIAL DE AR, AGUA,

SOLO, SUBSOLO, FLORA E FAUNA; POSSIBILITANDO A OCUPAÇÃO EFETIVA E PERMANENTE DO TERRITÓRIO BRASILEIRO, A EXPLORAÇÃO ADEQUADA DOS RECURSOS DE VALOR ECONOMICO, O LEVANTAMENTO E A DEFESA DO PATRIMONIO DE RECURSOS / DA NATUREZA; E EVITANDO AÇÕES PREDATÓRIAS E DESTRUIDORAS DAS RIQUEZAS NATURAIS.

- POLITICA DE DEFESA E PROTEÇÃO DA SAÚDE HUMANA.
- CONTROLE DA POLUIÇÃO INDUSTRIAL SEM CONTUDO PREJUDICAR O AVANÇO DA INDUSTRIALIZAÇÃO.

Entretanto, por um lado, os defensores da natureza, culpando a ciência e a técnica como responsáveis pela degradação da natureza, e por outro lado, os cientistas e tecnocratas com seus racionalismos negando esta realidade. São as duas posições principais que respondem, em parte, à dúvida se as pessoas que nascem nas cidades poluídas têm ou não melhores condições de sobrevivência do que àquelas que nascem nos meios mais pobres.

Há pouco tempo, o tema POLUIÇÃO ganhou força quando o MUNDO sentiu que o problema da alimentação era premente / e os espaços finitos, que os oceanos com sua vida biológica / estavam em degradação, que as selvas e os bosques estavam diminuindo e a vegetação retrocedendo, ao mesmo tempo que aumentavam os desertos e também se tornavam finitas as possibilidades de produção de bens.

Na realidade, sabe-se que a população cresce intensamente, e que em alguns anos o mundo alcançará 8 bilhões de habitantes, com imensas necessidades de habitação, transportes, energia, água e alimentação.

Diante disso, pode dar-se em conta da rapidez com que se operam as transformações no meio geográfico e a identificação da ação dos agentes poluidores, degradando quase tudo que constroi a tecnologia.

O esgotamento das terras, a destruição do solo, a ação dos agentes químicos, estes muitas vezes aumentando a / produtividade da agricultura e a mão de obra, desequilibram o sistema ecológico, criando a necessidade de grandes recursos para devolver o equilíbrio através de grandes obras, exigindo imensos recursos de capital.

A poluição dos rios, exigindo obras de tratamento / d'água, que normalmente se considera como um produto inesgotável, a utilização de novas formas de energia para atender tanto à industrialização como ao processo de urbanização crescente, são outros problemas que preocupam neste momento as Autoridades.

A ameaça sobre os Oceanos é um dos mais graves, já que o PLANKTON que constitui sua base alimentícia encontra-se ameaçado pelos produtos tóxicos acumulados.

Finalmente fala-se em POLUIÇÃO SONORA e de outros tipos, porém ainda não foram encontradas soluções científicas convenientes, as quais são as únicas que podem permitir uma revisão do processo desencadeado pelos próprios países desenvolvidos para corrigir os efeitos acima mencionados, cujas / causas são a própria mentalidade do homem desenvolvido, que quer obter de imediato todas as vantagens da natureza.

Os ECOLOGISTAS e os ECONOMISTAS possuem modelos de orientação para soluções que têm conseqüências completamente / diferentes. Os ECONOMISTAS estudam a competição entre produtos por mercado, o crescimento da produção e a circulação de recursos e de bens dentro do SISTEMA ECONÔMICO. Os ECOLOGISTAS estudam a competição pelos recursos entre indivíduos e entre populações, o crescimento das populações e o movimento de fatores do SISTEMA ECOLÓGICO.

Enquanto os modelos ecológicos prevêm que os números crescem lentamente a principio e aumentam rapidamente antes de diminuir e se nivelar, os modelos econômicos dos empresários e economistas exigem um crescimento, criando a dúvida de que isso seria verdadeiramente possível sem criar uma catástrofe.

Nos modelos ecológicos, se duas espécies utilizam / um mesmo recurso escasso, uma delas será eliminada ou forçada a utilizar outro recurso.

No modelo econômico considera-se, ao contrário, que a competição serve para manter a estabilidade do sistema, evidenciada na realidade, que a competição dentro dos Sistemas / Econômicos tem o mesmo resultado que a realizada nos Sistemas Ecológicos, ou seja, que os produtores mais fortes pressionam

os menores a sair do negócio ou compram suas empresas. Esta/ realidade provoca atualmente reações em massa nos países sub-desenvolvidos por sua evidência, pois, conscientes que este / fato se processa, não querem que a Poluição não provocada por eles seja uma desvantagem na conquista de novos recursos que a natureza lhes oferece, o que pareceria um fator positivo para o equilíbrio dos SISTEMAS ECONÔMICOS.

O Capital Humano

Os cálculos feitos pelas NAÇÕES UNIDAS para o ANO 2.000, com fertilidade variável decrescente, apresentam hipóteses que fazem pensar em políticas populacionais que sejam / convenientes programar para um futuro próximo.

Do ponto de vista econômico, o deficit ou o superavit, com respeito a um certo bem, pode ser determinado comparando-se a rentabilidade das inversões de outros bens alternativos, e, de acordo com esse critério, pode-se dizer que o Brasil existe um deficit de capital humano.

Se desejarmos ter uma idéia da disponibilidade de capital humano na América Latina através de indicadores de nutrição, saúde e educação, podemos perfeitamente utilizar as comparações que a OEA fez com os países desenvolvidos. (gráfico)

Das grandes regiões do mundo a que cresceu mais foi a América Latina e nela o Brasil.

No ritmo atual, sua população deverá dobrar em 24 anos, ou seja, com mais velocidade do que a população asiática ou africana.

Os índices de natalidade e de mortalidade explicam a aceleração da população nos países menos desenvolvidos onde a taxa de natalidade é de 2,5%, e para as regiões mais pobres 3% e mesmo de 3,5%, enquanto que nas regiões mais desenvolvidas esta taxa é da ordem de 1% anual.

Ao mesmo tempo, é importante observar uma sensível/melhora, pois nos últimos 150 anos a esperança média de vida/ ao nascer passou, nos países desenvolvidos de 30 para 70 anos e nos países menos desenvolvidos, é, atualmente da ordem de 50 anos.

Em face destes dados é que a idéia nos ocorre de

ser ou não razoável para nós. Dai a dificuldade do Governo / em adotar ou não uma política de controle da natalidade como solução ao problema de desenvolvimento. Os dados não levam a esta linha de pensamento, já que, apenas para dar exemplos, o Brasil e o México conseguiram um considerável aumento do produto per-capta, com elevadas taxas de crescimento populacional. Talvez o assunto mereça uma atenção mais profunda.

Pode-se constatar, ainda, um aumento da população / entre nossos dias e 1985 bastante pronunciado, que faz pensar na necessidade de dar ocupação e emprego ao contingente / humano da faixa dos 15 aos 64 anos de idade, o qual constitui um capital humano que não pode ser depreciado.

Por outro lado, surgirão problemas se não se chegar a soluções a curto e médio prazo, porque, se por um lado o tempo não estaciona esperando formulações teóricas, por outro, apresenta situações de fato que exigem soluções impostergáveis.

Ao se observar a ocupação do espaço pela população, verifica-se os grandes vazios existentes. A densidade demográfica no País ainda é baixa, pois o desenvolvimento econômico ao longo dos anos fez com que a população se situasse próxima aos litorais, oferecendo a oportunidade para uma conquista que não se concretizou por nossos antepassados por falta de recursos técnicos e financeiros.

O importante é que a futura população logre condições de nutrição, saúde, educação, e ocupação para explorar as vantagens que o futuro parece oferecer, dirigindo os esforços para o potencial real que cada região apresenta.

Para que o homem possa produzir, criar e ser um ativo participante do desenvolvimento econômico, é necessário / que tenha, pelo menos, condições mínimas de sobrevivência. Porém, para tê-las, é importante que tenha um trabalho e possa cumprí-lo, dispondo também das mínimas condições físicas para tal.

Na América Latina, as condições de abastecimento alimentício não proporciona, para as populações de muitos países, o atendimento das necessidades mínimas.

Os estudos realizados na FAO mostram que nestes países

não são atendidas as necessidades estimadas de conteúdo calórico alimentício.

Quanto ao consumo proteico, pode-se observar que apenas consegue satisfazer os requisitos mínimos complementando seus insumos de proteínas animal com outras proteínas, excessão feita para a Argentina e Uruguai.

O problema se agrava um pouco quando se estuda o nível de nutrição por categorias de renda, já que no Brasil as faixas de renda ainda são muito mais baixas nas zonas rurais.

A saúde é um fator estreitamente ligado à nutrição. Nos últimos anos, com os avanços da medicina preventiva e curativa e as medidas de Saúde Pública, está se conseguindo a diminuição do Índice de Mortalidade, enquanto continuam os altos índices de natalidade crescendo de maneira substancial a percentagem da população jovem.

Entretanto, o verdadeiro desenvolvimento somente se dará, quando o País coexistir através da autosuficiência, desde os setores básicos até os bens de consumo.

Problemática Materno Infantil como Prioridade

A taxa de mortalidade geral, situa-se em torno de 9,43 por mil habitantes, enquanto a de mortalidade materna é 1,2 por mil nascidos vivos, tendo principalmente como causas a toxemia, as hemorragias, as infecções e os abôrto.

Os óbitos por complicações da gravidez, parto e / puérferio, representam 0,34% enquanto os ocorridos em crianças menores de 5 anos de idade, representam cerca de 40% do total de óbitos. Acrescentando-se a estes os óbitos que ocorrem nos demais grupos etários até os 19 anos, pode-se afirmar que os óbitos referentes ao grupo materno infantil, representam, seguramente, mais de 50% da mortalidade geral.

A taxa de mortalidade infantil, em 1970, nas capitais, variou de 32,3 em Aracaju e 263,5 óbitos de menores de 1 ano por 1.000 nascidos vivos em Recife, situando-se a média em torno de 115 por mil, devendo-se considerar, entretanto, a influência ponderável do sub-registro de nascimentos que faz elevar esse coeficiente. As doenças infecciosas, como as

gastrenterites, as doenças respiratórias, o sarampo, a coqueluche, o tétano, a difteria e a tuberculose, são as principais / causas de óbitos no grupo. A desnutrição aparece como associada frequentemente e como causa principal, em muitas das vezes.

Em consequência de análise dos dados estatísticos / disponíveis, embora precários e referentes aos recursos médico sanitários, hospitalares e para-hospitalares, realizada no referido Programa de Saúde Materno-Infantil, foram ressaltadas / as seguintes conclusões:

- os níveis de saúde do grupo são insatisfatórios / porque são verificadas:
 - elevadas taxas de morbidade e mortalidade;
 - elevada proporção de óbitos de menores de 1 ano em relação ao total de óbitos;
 - elevada proporção de óbitos em crianças de 1 a 4 anos;
 - predominância de óbitos por causas evitáveis.

Este quadro de precária condição de saúde, é decorren

te de:

- Inadequada distribuição geográfica e populacional, quanto à rede hospitalar, para-hospitalar e médico sanitária;
- limitado número de leitos por habitantes, principalmente para o grupo infantil, com excessivas internações hospitalares, consequentes da insuficiência da rede ambulatorial, agravada pela quase inexistente integração ambulatorio-hospital-comunidade;
- ausência quase absoluta de programas e coordenação das unidades de prestação de serviços;
- precariedade e má utilização do equipamento e instalações;
- baixa relação dos elementos da equipe de saúde e população;
- insuficiência de médicos especializados em relação ao grupo materno-infantil;
- inversão da proporção médico-enfermeiro;
- insuficiência quantitativa e, especialmente, qua -

- litativa do pessoal de nível médio e auxiliar;
- má distribuição de pessoal médico e para-médico/na área materno-infantil;
- baixa renda "per-capta" (403 dólares) e sua má distribuição;
- além do analfabetismo e da sub-alimentação, do deficit do saneamento básico, pois em 1970, 67,1% dos municípios não tinham abastecimento d'água e 82,5% não tinham esgoto e, na zona urbana, 45,0% dos domicílios não dispunham de abastecimento regular de água encanada e 70,2% não possuíam instalações sanitárias ligadas a rede geral, conforme quadro anexo.

E, ainda mais, a pluralidade de órgãos e instituições produtoras de bens e serviço de saúde, em um contexto / de Escassez de recursos conduz por si só, à limitação de produção do Setor Saúde que não alcança, em nenhuma delas à escala de produtividade ótima, particularmente, da assistência/materno-infantil. Acrescido, ademais, da insuficiente integração da Universidade e sua capacidade formadora de recursos humanos no sistema assistencial, de forma institucionalizada e da inadequada política salarial do Setor.

5- CONCLUSÃO:

A CONFIRMAÇÃO

O Desenvolvimento Econômico e Social, objetivo de todos os países civilizados, não significa apenas a plena exploração de seus recursos naturais, o crescimento de suas indústrias, o entesouramento de riquezas públicas ou o aumento do Poder Nacional no balanço de forças do Mundo.

Nada disso teria sentido se não resultasse em benefício dos seus povos, na melhoria das condições de vida de todos e de cada um de seus cidadãos, e no efetivo estabelecimento dos direitos e liberdades a que qualquer ser humano / faz jus, pelo simples fato de ter nascido.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, em memorável / sessão ordinária, realizada a 10 de Dezembro de 1948, estabe

lece: ARTIGO XXV:

- 1 - Todo o homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.
- 2 - A Maternidade e a Infância, têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social:

ARTIGO XXVI:

- 1 - Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos, nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
- 2 - A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as Nações e grupos raciais ou religiosos e, coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da PAZ.
- 3 - Os pais tem prioridade de direito na escolha do gênero/ de instrução que será ministrada a seus filhos.

ARTIGO XXVII:

- 1 - Todo homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios. Esses princípios, internacionalmente consagrados, estão igualmente estabelecidos pela Constituição e pelas Leis Brasileiras e constituem um patrimônio nacional. Insegu-se, agora, no plano diretor - II P.N.D. quando enfatiza que o modelo a consolidar, econômica e, em particular, socialmente, está voltado para o homem brasileiro, tudo sob a égide da sapiência e compreensão dos homens e a / inspiração divina!

CONDIÇÕES DE SANEAMENTO

BRASIL - 1970

SANEAMENTO	TOTAL DE DOMICÍLIOS		URBANO		RURAL	
	Nº de Domic.	%	Nº de Domic.	%	Nº de Domic.	%
Abastecimento de água						
Rede Geral	5.939.493	32,84	5.751.470	54,95	188.023	2,47
Poço ou Nascente	4.473.274	24,73	2.471.526	23,61	2.001.748	26,27
Outros e s/ declaração	7.673.564	42,43	2.244.290	21,44	5.429.274	71,26
Total	18.086.336	100,00	10.467,286	100,00	7.619,050	100,00
Instalações Sanitárias						
Rede Geral	3.157,208	17,46	3.121.180	29,82	36.028	0,47
Fossa Septica	1.713.819	9,48	1.595.004	15,24	118.815	1,56
Fossa Rudimentar	6.024.516	33,30	4.285.684	40,94	1.738.832	22,82
Sem instalação e Sem declaração	7.190.793	39,76	1.465.418	14,00	5.725.375	75,15
Total	18.086.336	100,00	10.467.286	100,00	7.619.050	100,00

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - IBGE - p. 519 - 1971.

B I B L I O G R A F I A

- NISKIER (Arnaldo) "Nosso Brasil-Para estudos de Problemas Brasileiros-Edição Block 3.^a Edição-973.
- MUSIO(Antônio José de Mattos) "Os ciclos econômicos do Brasil-Boletim Geográfico da Fundação IBGE nº206 Set/Out-68 pp50-72.
- TAUNAY(Affonso de E.) "História do Café no Brasil"-Edição do Departamento Nacional do Café-1939-Rio de Janeiro-402 pp
- Baklanoff e outros "The Shaping Of Modern Brasil" Louisiana State-University Press United States-1969.
- FURTADO(Celso) Formação Econômica da América Latina-Lia Editora S/A-Rio 1969.
- FURTADO(Celso) Formação Econômica do Brasil-Editôra Universidade de Brasília-1963.
- FURTADO(Celso) O Mito do Desenvolvimento-Editôra Paz e Terra S/A-2.^a Edição-Rio-1972.
- Prado Junior História Econômica do Brasil-Editôra Brasiliense-São Paulo-1963
- PRADO JUNIOR(Caio) Evolução Política do Brasil-Editôra Brasiliense-São Paulo 1972.
- PRADO JUNIOR(Caio) História e Desenvolvimento-Editôra Brasiliense-São Paulo 1972.
- PERROUX(François) L' économie du Siecle XX-1961.
- SALVADOR(Frei.Vicente) História do Brasil-Melhoramentos Editôra-São Paulo-1965.
- GURITCH(Georges) As Classes Sociais-Iniciativas Editoriais-Lisbôa-1966.
- LAMBERT(Jacques) Os dois Brasis-Brasiliana Cia.Editôra Nacional-1969.
- OLIVEIRA TORRES(Jão Camilo)Estratificação Social no Brasil Corpe e alma do Brasil-Difusão Européia do Livro-1965.
- HONORIO RODRIGUES(Josè) História e Historiografia-Editôra Vozes Ltda-Rio-1970.
- ALMEIDA RIOS(Josè) Análise crítica da Renda Nacional Frente a um Desenvolvimento Harmônico pecuário e Industrial-1959.

GUIMARÃES (F. BIATO E.A.).

WITACKER DA CUNHA (João)

REIS VELLOSO (João Paulo)

SPIEGEL (Henry William)

AGUIAR (Neuma)

DURHAM (N.G.)

GALVES (Ernane)

PEREIRA (Luiz)

SMITH (Lynt)

BUESCU (Mircéa)

BUESCU (Mircèa)

PEREIRA (Brésser)

BUARQUE DE HOLANDA (Sérgio)

KUSBETS (Simon); MOORE (Wilbert and

SPENGLER (Joseph)

SCHLLS (THEodore)

VILLELA (Vilanova)

SUZIGAN (WILSON)

VARIOS:

PUBLICAÇÕES:

M.H. Figueiredo-A Transferência da Tecnologia no Brasil.

Democracia e Cultura 1973.

Desenvolvimento e Grandeza do Brasil.

A Experiência Econômica e Social da Revolução -Planejamento e Desenvolvimento.

The Brazilian Economy-Chronic Inflation-Ano Sporadic Industrialization The Blaskiston Company-Philadelphia-Toronto-246 pp-

Hierarquia em classes-Organizadora Zahar Editôra-Rio de Janeiro-1974.

Duke University Press-1955-613 pp.

Brasil-Fronteira do Desenvolvimento APEC Edotôra S/A-Rio de Janeiro 1973

Organização e Desenvolvimento-Editôra Ashar-Rio de Janeiro 1973.

Brasil-Povo e Instituições-Trabalho traduzido por JOSE ARTHUR RIOS-USAID-1967.

História Econômica do Brasil-Pesquisa a análise-APEC Editôra Rio-970 300 anos de Inflação.

Desenvolvimento e Crise no Brasil-Editôra Brasiliense -1975.

Raízes do Brasil-José Olimpic Editôra -5.^a Edição.

Economic Growth:Brasil-Indian-Japan O Capital Humano.

Política do Governo e Crescimento da Economia.

Brasil em perspectiva. Corpo e Alma do Brasil. Difusão Europeia do livro 1971

Os Ciclos Econômicos do Brasil Fundação IBGE-Boletim Geográfico nº 207 Nov/Dez-1968-pp67-82.

Censo Demográfico do Brasil-VII Re-
censeamento Geral 1970-Série Nacional
V.1-Fundação IBGE-Rio de Janeiro 1973
Revista Brasileira de Economia-64/72.

Diálogos das Grandezas do Brasil-Im-
prensa Universitária-Recife-1966.

Segurança e Desenvolvimento-Revista dos
Diplomados da ESG nº 146-71-Rio de Jan.
Revista Planejamento e Desenvolvimento-
nº 11-maio/74-nº19-Dezembro/74 nº 21-
Fevereiro/75.

Notas e Bases para a ação do Governo
Presidência da República-Serviço Gráfi-
co da Fundação IBGE-Set-1970

I PND-1972/1974-Lei nº 5.727 de 4.11.71.

II PND 1975/1979-Lei nº 6.151 de 4.12.74

Relatório anual do Banco do Brasil-1973

Relatório CACEX 1973-Banco do Brasil

Comércio Exterior-Editado pelo Ministé-
rio das Relações Exteriores.

Os grandes Números do Brasil-Edição 1975
Realidade.

Brasil, para Comparar(Com dados do IIPND)
1975.

Planejamento P&D Desenvolvimento-Especia
al.

II PND nº 16-Out/74.

Informação Semanal-CACEX-Banco do Brasil
nº 2/3-1975.

JORNAIS:

O GLOBO 11.Junho 1974.

JORNAL DO BRASIL-Revista Econômica 1974.

JORNAL DO COMERCIO " Brasil Financeiro-
30 dias 30//72 3 4/7/72.

ANALYSIS de Las Relaciones entre Salud y Desarrollo -Hernán Durán-
OPS-OMS-Centro Panamericano de Planifi-
cación de La Salud-Santiago-Agost/1971

BRASIL EM DADOS

Rio Gráfica Editôra S/A-Rio de Janeiro
1975

PRODUTIVIDADE	Aspecto Médico-Social-R. MUNIZ DE ARAGÃO: Cadernos de Ciências Sociais nº5-Instituto de Ciências Sociais da Universidade dp Brasil-1962
A POLITICA NACIONAL DE SAUDE	Conferência Pronunciada pelo MINISTRO de ESTADO da SAUDE- PROF- FRANCISCO DE PAULA DA ROCHA LAGÔA-Ago/71 na ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA.
SUBSIDIOS PARA PROGRAMAS DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA-	Ministério da Saúde-Secretaria de Assistência Médica -Coordenação de proteção Materno-Infantil-Grupo Técnico Multidisciplinar do M.S.co Assessoria da OPS-OMS-Rio de Janeiro-Jul/1973.
PROGRAMA DE SAUDE MATERNO-INFANTIL-	Grupo Técnico Multidisciplinar com Assessoria da OPS-OMS-Coordenação de Proteção Materno-Infantil da Secretariã de Assistência Médica do Ministério da Saúde-1974.
CONFERENCE SCIENTIFIQUE DES NATIONS UNIES POUR LA CONSERVATION ET UTILIZATION DES RESSOURCES NATURELLES	1950/1953.
ADESG	Manual dos Ciclos (1974)
ADESG	Trabalhos dos estagiários 1974 de PETROPOLIS.
O.E.A.	Lineamentos para alcanzar el mayor empleo y crecimiento em A. Latina-72.
DEAMON(A.)	Desenvolvimento das Areas marginais Latino Americano.
CEPAL	Estudo Econômico da América Latina.
STRONG(Maurice)	El médio ambiente-Una Vision Internacional.
I.P.E.A.	Diagnóstico de Saúde.
LINTON (Ralph)	O Homem.
U.S.A. CENTER	Consulta.
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS	Consulta.
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	Consulta
SECRETARIA DE SAUDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-	Consulta
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO	Consulta

